



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

DA

COVILHÃ

ATA N.º 02-A/2025

DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 29 DE DEZEMBRO DE 2025

INICIADA ÀS 10 HORAS. CONCLUÍDA ÀS 20 HORAS E 30 MINUTOS.

SUMÁRIO:	FL
ABERTURA	02
INTERVENÇÃO DO PÚBLICO	08
ANTES DA ORDEM DO DIA	08
ORDEM DO DIA	38
ENCERRAMENTO	130

ATA N.º 02-A/2025ABERTURA

Aos vinte e nove dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e cinco, no Auditório Municipal, sito na Rua do Castelo, em Covilhã, reuniu em Sessão Ordinária a Assembleia Municipal do Concelho da Covilhã, sob a presidência do Exmo. Senhor **Dr. João José Casteleiro Alves** com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS**1. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO****2. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA****2.1 - Apreciação e votação de Atas**

- a) Ata n.º 04/2025 de 30 de maio de 2025**
- b) Ata n.º 05/2025 de 30 de junho de 2025**
- c) Ata n.º 06/2025 de 29 de julho de 2025**
- d) Ata n.º 01-A/2025 de 02 de novembro de 2025**

2.2 - Leitura resumida do expediente**2.3 - Pedidos de informação e esclarecimentos****2.4 - Declarações de âmbito político e de interesse municipal****2.5 - Apresentação, discussão e votação de propostas de deliberação**

- 2.5.1 - Voto de Pesar pelo Falecimento de Pilar Azevedo Lourenço (PCP)**
- 2.5.2 - Voto de Pesar pelo Falecimento de José Ribeiro Cunha (PCP)**
- 2.5.3 - Voto de Pesar pelo Falecimento de Daniel Agrelo (PS)**
- 2.5.4 - Voto de Pesar pelo Falecimento de Fernando Paulo Louro Neves (PS)**
- 2.5.5 - Voto de Pesar pelo Falecimento de Maria Graça Vicente (PS)**
- 2.5.6 - Voto de Pesar pelo Falecimento de Padre José Dionísio (PS)**
- 2.5.7 - Voto de Pesar pelo Falecimento de João Manuel Pinto (PS)**
- 2.5.8 - Voto de Pesar pelo Falecimento de Luís Jardim (PS)**
- 2.5.9 - Voto de Louvor – Bruno Borralhinho (PS)**
- 2.5.10 - Voto de Louvor – Sofia Craveiro (PS)**
- 2.5.11 - Moção sobre Mobilidade e Transportes (PCP)**

2.5.12 - *Moção pela Coesão Territorial no Acesso ao Ensino Superior – Salvaguarda das IES do Interior e Correção de Assimetrias nas Regras de Vagas e Bolsas (Ano letivo 2026_2027) (PS)*

2.5.13 - *Moção Pela Correção das Verbas Atribuídas às Freguesias Desagregadas pelo OE 2026 (PS)*

3. PERÍODO DA ORDEM DO DIA

3.1 - *Debate entre Grupos Municipais - “Requalificação do Espaço Urbano” (PS)*

3.2 - *Apreciação da Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da Atividade e Situação Financeira do Município*

3.3 - *Eleição de quatro Representantes e Suplentes para a Assembleia Intermunicipal da Região Beiras e Serra da Estrela*

3.4 - *Eleição de um Representante das Freguesias e um Suplente para os Congressos da Associação Nacional de Municípios Portugueses*

3.5 - *Eleição de até dois Representantes das Freguesias para integrarem a Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais (CMGIFR)*

3.6 - *Eleição de um Representante das Freguesias para integrar a Comissão Municipal de Proteção Civil*

3.7 - *Eleição de um Representante das Freguesias para integrar o Núcleo Executivo da Rede Social da Covilhã – CLAS*

3.8 - *Eleição de um Representante das Freguesias para integrar o Conselho Municipal de Saúde*

3.9 - *Eleição de um Representante das Freguesias para integrar o Conselho Municipal de Educação*

3.10 - *Indicação de membro da Assembleia Municipal de cada partido ou grupo de cidadãos eleitores para integrar o Conselho Municipal da Juventude*

3.11 - *Eleição de um Representante da Assembleia Municipal para integrar a Comissão Municipal de Toponímia*

3.12 - *Eleição de um Representante das Freguesias e um Representante da Assembleia Municipal para integrar a Conselho Municipal do Desporto*

3.13 - *Eleição de um Representante da Assembleia Municipal para integrar o Conselho Municipal de Cultura*

3.14 - *Tomada de conhecimento das diligências já efetuadas quanto à matéria do IC6*

3.15 - *Tomada de conhecimento do relatório de avaliação e controlo dos efeitos significativos no Ambiente – Plano de Urbanização da Grande Covilhã – AAE*

3.16 - *Apreciação e deliberação sobre as propostas de autorização da celebração de contratos interadministrativos de transferência de competências com as Freguesias: Barco, Cantargalo, Casegas, Coutada, Ourondo, Peso, Vales do Rio e Vila do Carvalho*

3.17 - *Apreciação e deliberação sobre a proposta de autorização da celebração de contrato interadministrativo de delegação de competências a celebrar com a Freguesia de Orjais –*

Execução de trabalhos de reconstrução do muro de pedra localizado na Rua das Lages, n.º 28, em Orjais

- 3.18 - Apreciação e deliberação sobre a proposta de autorização da celebração de contratos interadministrativos de delegação de competências da Câmara Municipal da Covilhã nas Juntas de Freguesia de Erada e de Cortes do Meio – Transportes escolares – Ano escolar 2025/2026*
- 3.19 - Apreciação e deliberação sobre a proposta de autorização da celebração de contrato interadministrativo de delegação de competências da Câmara Municipal da Covilhã na Junta de Freguesia de Peraboa para pagamento das despesas correntes do funcionamento das atividades letivas e não letivas e refeitório do JI de Peraboa – Ano escolar 2025/2026*
- 3.20 - Apreciação e deliberação sobre as propostas de autorização da celebração de contratos interadministrativos de transferência de competências com as Freguesias de Cantar-Galo, Coutada e Vila do Carvalho – Recursos Humanos – Ano escolar 2025/2026*
- 3.21 - Apreciação e deliberação sobre a proposta de autorização da celebração de contratos interadministrativos de delegação de competências da Câmara Municipal da Covilhã nas Juntas de Freguesia – Contratação de RH para acompanhamento do serviço de refeições – Ano escolar 2025/2026*
- 3.22 - Apreciação e deliberação sobre as propostas de autorização da celebração de contratos interadministrativos de transferência de competências com as Freguesias de Cantar-Galo, Coutada e Vila do Carvalho – Aquecimento Escolar – Ano escolar 2025/2026*
- 3.23 - Apreciação e deliberação sobre a proposta de autorização da celebração de contratos interadministrativos de delegação de competências da Câmara Municipal da Covilhã nas Juntas de Freguesia – Aquecimento escolar – Ano escolar 2025/2026*
- 3.24 - Apreciação e deliberação sobre a proposta de autorização da celebração de contratos interadministrativos de delegação de competências da Câmara Municipal da Covilhã nas Juntas de Freguesia – Contratação de RH para assegurar a componente de apoio à família no 1.º Ciclo e atividades de animação e apoio à família nos jardins-de-infância – Ano escolar 2025/2026*
- 3.25 - Apreciação e deliberação sobre a proposta de autorização da celebração de contratos interadministrativos de delegação de competências da Câmara Municipal da Covilhã na Junta de Freguesia de Aldeia de São Francisco de Assis – Contratação de RH para assegurar a componente de apoio à família no 1º Ciclo e atividades de animação e apoio à família nos jardins-de-infância – Ano escolar 2025/2026*
- 3.26 - Apreciação e deliberação sobre a proposta de autorização de celebração de aditamento ao contrato interadministrativo de delegação de competências da Câmara Municipal da Covilhã na Junta de Freguesia do Paul – Aquecimento escolar – Ano escolar 2024/2025*
- 3.27 - Apreciação e deliberação sobre a proposta de autorização de celebração de contratos Interadministrativos de delegação de competências entre o Município da Covilhã e os Agrupamentos de Escolas e Escolas não Agrupadas*
- 3.28 - Apreciação e deliberação sobre a proposta de autorização da celebração de contrato interadministrativo entre o Município da Covilhã e a Guarda Nacional Republicana*

- 3.29 - *Apreciação e deliberação sobre a Proposta de Orçamento Municipal para 2026; Mapa de Pessoal para 2026; Listagem de Prédios Municipais, por Freguesia, para Alienação; Tabela Geral de Taxas Municipais; Tabela Geral de Preços e Outras Receitas Municipais e Autorização para Dispensa de Autorização Prévia da Assembleia Municipal*
- 3.30 - *Apreciação e deliberação sobre a Proposta de Fixação de IMI para o ano de 2025 a aplicar no âmbito da cobrança a ocorrer no ano de 2026*
- 3.31 - *Apreciação e deliberação sobre a Proposta de Fixação da Derrama para o ano de 2025*
- 3.32 - *Apreciação e deliberação da proposta de aquisição, por lotes, do fornecimento de energia elétrica em BTN, BTE, MT e IP - Município da Covilhã*
- 3.33 - *Apreciação e deliberação sobre a proposta de isenção de taxas urbanísticas nas Freguesias afetadas pelos incêndios*
- 3.34 - *Apreciação e deliberação sobre a proposta de prorrogação de isenção de IMI por mais 5 (cinco) anos – Processo n.º 149/19*
- 3.35 - *Apreciação e deliberação sobre a proposta da celebração de contratos-programa entre o Município da Covilhã e a ADC – Águas da Covilhã, EM. para prestação de serviços de gestão e manutenção de espaços públicos:*
 - a) *Prestação de Serviços de Gestão e Manutenção de Espaços Verdes Públicos*
 - b) *Compensação de Adoção de Preços Sociais*
 - c) *Prestação de Serviços no Âmbito da Proteção Civil Municipal e na Beneficiação de Redes em Edifícios Municipais*
 - d) *Prestação de Serviços de Gestão de Limpeza Urbana em Espaço Público*
 - e) *Prestação de Serviços de Gestão e Manutenção do CROAC – Centro de Recolha Oficial de Animais da Covilhã*
- 3.36 - *Apreciação e deliberação sobre a proposta de normas de atribuição do “Cartão Branco/Fair-Play”*
- 3.37 - *Apreciação e deliberação sobre a proposta de “Regulamento Municipal de Água e Águas Residuais da Covilhã”*
- 3.38 - *Apreciação e deliberação sobre a proposta de “Regulamento do Orçamento Participativo Jovem do Município da Covilhã”*

A Sessão Ordinária foi secretariada pelos 1.º e 2.º Secretários, respetivamente, a Senhora Mestre Sandra Isabel Neves Ferreira e o Senhor Dr. Vítor Manuel Ferrinho Pinho. -----

Estiveram presentes na Sessão os Excelentíssimos Senhores(as): Dr. João José Casteleiro Alves, Doutor Nuno Jorge Cardona Fazenda de Almeida, Mafalda Lourenço Nunes, Prof. Doutor José Carlos Páscoa Marques, Eng.ª Catarina Sofia Oliveira Ramos Mendes, Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo em substituição do Mestre Adolfo Miguel Baptista Mesquita Nunes, Dr. Nuno Filipe Abreu Pedro, Dra. Leonor Cristina Adriano Lopes Cipriano, Prof. Amadeu Luís Pinto Fragas Alberto, Eng.º João Manuel Flores Casteleiro Alves, Prof. Vítor Manuel Reis Silva, João José de Sousa Corono em substituição de Rui Paulo da Silva Rosa, Mestre Sandra Isabel Neves Ferreira, Mestre Nuno Ezequiel Mendes Pais, Eng.º Pedro Miguel Melo Bernardo, Enf.ª Vera Cristina Madeira Oliveira, Dr. Afonso Manuel Mousaco Gomes, Dra. Ana Catarina Baptista Bernardino Trindade Branco, António Maria Proença Petrucci do Lago Saraiva, Francisco José Neves Farias, Beatriz Mangana Duarte, Dra. Vânia Sofia Saraiva Neves, Dra. Magna Carla Sousa Lourenço, Dra. Ana Maria Puebla Simões, Dr. Vítor Manuel Ferrinho Pinho e Doutora Mónica Cristina Cerqueira Ramôa, e os(as) Excelentíssimos(as) Senhores(as) Presidentes de Junta/União de Freguesia(s): Pedro Gaspar Matias (Aldeia de São Francisco de Assis), Prof. Vítor Barata Fernandes (Barco), Jorge Manuel Freire Santarém (Cantar-Galo), Dr. Hugo Gabriel Correia Gil Carvalheiro (Casegas), Dr. Jorge Ricardo Gouveia Viegas (Cortes do Meio), Jaime Afonso Rodrigues (Coutada), Prof. Jorge Manuel Matos Saraiva (Dominguizo), Enf.ª Sara Correia Fonseca (Erada), Dr. Gilberto Miguel Fortuna Melfe (Ferro), Dr. Sérgio Nuno Proença Rodrigues (Orjais), Dr. Carlos Amadeu Alves Costa (Ourondo), Dr. Duarte Nuno Simões Rodrigues (Paul), Prof. Pedro Miguel Tavares Silveira (Peraboa), Dr. Bruno Madeira Redondo (Peso), Paulo Jorge da Silva Maçãs Quintela (S. Jorge da Beira), Sofia Isabel Gaspar Sobreiro (Sobral de S. Miguel), Eulália Maria Antunes Ramos Pombo em substituição de Dr. Pedro Eduardo Carrola Farinha (Tortosendo), Mestre Licínio Aguilar Machado (Vales do Rio), Mestre Daniela Sofia Pereira Correia (Verdelhos), Dra. Sónia Isabel Afonso Moura (Vila do Carvalho), Francisco João Pereira Mota (Covilhã e Canhoso), Dra. Joana Filipa Real Sardinha (Teixoso e Sarzedo) e Daniel Nave Tavares (Vale Formoso e Aldeia de Souto). -----

Não compareceram à presente Sessão os Deputados Municipais Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra) e António dos Santos Lopes (Unhais da Serra). -----

Verificada a existência de “quórum”, o Excelentíssimo Presidente da Mesa deu por iniciados os trabalhos da presente Sessão. -----

PRESENCAS DA CÂMARA MUNICIPAL

--- Estiveram presentes os Exmos. Senhores: **Presidente da Câmara Municipal, Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro, e os Vereadores Prof.ª Doutora Maria Regina Gomes Gouveia, Eng.º Jorge Humberto Martins Simões, Prof. António Manuel Neves Vicente em substituição de Carlos do Carmo Martins, Eng.º Luís Miguel Ferreira Marques, Dr. João Carlos Izidoro Marques e Prof. José Eduardo Brites Cavaco; do corpo técnico: a Diretora do Departamento de Administração Geral e Coordenação Jurídica – Dra. Graça Isabel Pires Henry Robbins, o Diretor do Departamento de Finanças e Modernização Administrativa – Mestre Júlio Manuel de Sousa Costa, o Diretor do Departamento de Obras e Planeamento – Eng.º Jorge Manuel Galhardo Vieira e do Serviço de Apoio à Assembleia Municipal a Técnica Superior – Dra. Ivone Franco Correia, o Coordenador Técnico – Adriano Flávio de Jesus Mingote e a Assistente Técnica – Susana Raquel Alves da Costa Cameira.** -----

--- Submetida a **Ordem de Trabalhos** à apreciação, foi retirado da Ordem de Trabalhos o ponto: --

- **3.11 – Eleição de um Representante da Assembleia Municipal para integrar a Comissão Municipal de Toponímia**

- Após **alteração**, a Ordem de Trabalhos foi **aprovada por unanimidade.** -----

--- Antes do início dos trabalhos, o Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal**, após cumprimentar todos os presentes, iniciou dizendo: -----

“Sejam todos bem-vindos, especialmente os que agora iniciam as suas funções. No entanto, gostaria de dar uma palavra de gratidão aos deputados que terminaram os seus mandatos pelo esforço, pelo empenho e pela dedicação ao Município da Covilhã. Bem hajam!” -----

--- Não tendo estado presente no ato da instalação da Assembleia Municipal no dia 2 de novembro de 2025, o Deputado Municipal Dr. Afonso Manuel Mousaco Gomes foi convidado ao púlpito para tomar posse. -----

1. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

--- Não se registaram inscrições para intervenção do público. -----

2. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

2.1 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DE ATAS

A) ATA N.º 04/2025 DE 30 DE MAIO DE 2025

--- Submetida à apreciação e após o Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** ter comunicado os Deputados Municipais impedidos de votar nos termos do n.º 3 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro (CPA), a **Ata n.º 04/2025 de 30 de maio de 2025**, previamente enviada a todos os Senhores Deputados Municipais convocados, foi colocada à votação, tendo sido **aprovada por unanimidade**. -----

Não participaram na discussão e votação da ata, nos termos do n.º 3 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro (CPA), os seguintes Deputados Municipais: Doutor Nuno Jorge Cardona Fazenda de Almeida (PS), Mafalda Lourenço Nunes (PSD), Prof. Doutor José Carlos Páscoa Marques (MIPP), Dra. Leonor Cristina Adriano Lopes Cipriano (PSD), Prof. Amadeu Luís Pinto Fragas Alberto (CH), João José de Sousa Corono (MIPP), Mestre Nuno Ezequiel Mendes Pais (PSD), Enf.ª Vera Cristina Madeira Oliveira (PS), Dra. Ana Catarina Baptista Bernardino Trindade Branco (MIPP), António Maria Proença Petrucci do Lago Saraiva (PSD), Francisco José Neves Farias (CH), Beatriz Mangana Duarte (PS), Dra. Vânia Sofia Saraiva Neves (PS), Dra. Magna Carla Sousa Lourenço (IND), Dra. Ana Maria Puebla Simões (PSD), Doutora Mónica Cristina Cerqueira Ramôa (PCP), Pedro Gaspar Matias (Aldeia de São Francisco de Assis), Jorge Manuel Freire Santarém (Cantar-Galo), Dr. Hugo Gabriel Correia Gil Carvalheiro (Casegas), Dr. Jorge Ricardo Gouveia Viegas (Cortes do Meio), Jaime Afonso Rodrigues (Coutada), Prof. Jorge Manuel Matos

Saraiva (Dominguizo), Enf.ª Sara Correia Fonseca (Erada), Dr. Gilberto Miguel Fortuna Melfe (Ferro), Dr. Carlos Amadeu Alves Costa (Ourondo), Dr. Duarte Nuno Simões Rodrigues (Paul), Prof. Pedro Miguel Tavares Silveira (Peraboa), Dr. Bruno Madeira Redondo (Peso), Sofia Isabel Gaspar Sobreiro (Sobral de S. Miguel), Eulália Maria Antunes Ramos Pombo (Tortosendo), Mestre Licínio Aguilar Machado (Vales do Rio), Dra. Sónia Isabel Afonso Moura (Vila do Carvalho), Francisco João Pereira Mota (Covilhã e Canhoso) e Dra. Joana Filipa Real Sardinha (Teixoso e Sarzedo). -----

Não votaram ainda, por não estarem presentes na sala, os Deputados Municipais: Dr. Afonso Manuel Mousaco Gomes e Daniel Nave Tavares (Vale Formoso e Aldeia do Souto). -----

B) ATA N.º 05/2025 DE 30 DE JUNHO DE 2025

--- Submetida à apreciação e após o Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** ter comunicado os Deputados Municipais impedidos de votar nos termos do n.º 3 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro (CPA), a **Ata n.º 05/2025 de 30 de junho de 2025**, previamente enviada a todos os Senhores Deputados Municipais convocados, foi colocada à votação, tendo sido **aprovada por unanimidade**. -----

Não participaram na discussão e votação da ata, nos termos do n.º 3 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro (CPA), os seguintes Deputados Municipais: Doutor Nuno Jorge Cardona Fazenda de Almeida (PS), Prof. Doutor José Carlos Páscoa Marques (MIPP), Dr. Nuno Filipe Abreu Pedro (PS), Dra. Leonor Cristina Adriano Lopes Cipriano (PSD), Prof. Amadeu Luís Pinto Fragas Alberto (CH), João José de Sousa Corono (MIPP), Mestre Nuno Ezequiel Mendes Pais (PSD), Enf.ª Vera Cristina Madeira Oliveira (PS), Dra. Ana Catarina Baptista Bernardino Trindade Branco (MIPP), António Maria Proença Petrucci do Lago Saraiva (PSD), Francisco José Neves Farias (CH), Beatriz Mangana Duarte (PS), Dra. Magna Carla Sousa Lourenço (IND), Dra. Ana Maria Puebla Simões (PSD), Pedro Gaspar Matias (Aldeia de São Francisco de Assis), Jorge Manuel Freire Santarém (Cantar-Galo), Dr. Hugo Gabriel Correia Gil Carvalheiro (Casegas), Dr. Jorge Ricardo Gouveia Viegas (Cortes do Meio), Jaime Afonso Rodrigues (Coutada), Prof. Jorge Manuel Matos Saraiva (Dominguizo), Enf.ª Sara Correia Fonseca (Erada), Dr. Carlos Amadeu Alves Costa (Ourondo), Dr. Duarte Nuno Simões Rodrigues (Paul), Prof. Pedro Miguel Tavares Silveira (Peraboa), Dr. Bruno Madeira Redondo (Peso), Sofia Isabel Gaspar Sobreiro (Sobral de S. Miguel), Eulália Maria Antunes Ramos Pombo (Tortosendo), Mestre Licínio Aguilar Machado (Vales do Rio), Dra. Sónia Isabel Afonso Moura (Vila do Carvalho), Francisco João Pereira Mota (Covilhã e Canhoso) e Dra. Joana Filipa Real Sardinha (Teixoso e Sarzedo). -----

Não votaram ainda, por não estarem presentes na sala, os Deputados Municipais: Dr. Afonso Manuel Mousaco Gomes e Daniel Nave Tavares (Vale Formoso e Aldeia do Souto). -----

C) ATA N.º 06/2025 DE 29 DE JULHO DE 2025

--- Submetida à apreciação e após o Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** ter comunicado os Deputados Municipais impedidos de votar nos termos do n.º 3 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro (CPA), a **Ata n.º 06/2025 de 29 de julho de 2025**, previamente enviada a todos os Senhores Deputados Municipais convocados, foi colocada à votação, tendo sido **aprovada por unanimidade**. -----

Não participaram na discussão e votação da ata, nos termos do n.º 3 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro (CPA), os seguintes Deputados Municipais: Doutor Nuno Jorge Cardona Fazenda de Almeida (PS), Mafalda Lourenço Nunes (PSD), Prof. Doutor José Carlos Páscoa Marques (MIPP), Dra. Leonor Cristina Adriano Lopes Cipriano (PSD), Prof. Amadeu Luís Pinto Fragas Alberto (CH), João José de Sousa Corono (MIPP), Mestre Nuno Ezequiel Mendes Pais (PSD), Enf.ª Vera Cristina Madeira Oliveira (PS), Dra. Ana Catarina Baptista Bernardino Trindade Branco (MIPP), António Maria Proença Petrucci do Lago Saraiva (PSD), Francisco José Neves Farias (CH), Beatriz Mangana Duarte (PS), Dra. Magna Carla Sousa Lourenço (IND), Dra. Ana Maria Puebla Simões (PSD), Pedro Gaspar Matias (Aldeia de São Francisco de Assis), Jorge Manuel Freire Santarém (Cantar-Galo), Dr. Hugo Gabriel Correia Gil Carvalheiro (Casegas), Dr. Jorge Ricardo Gouveia Viegas (Cortes do Meio), Jaime Afonso Rodrigues (Coutada), Prof. Jorge Manuel Matos Saraiva (Dominguizo), Enf.ª Sara Correia Fonseca (Erada), Dr. Gilberto Miguel Fortuna Melfe (Ferro), Dr. Carlos Amadeu Alves Costa (Ourondo), Dr. Duarte Nuno Simões Rodrigues (Paul), Prof. Pedro Miguel Tavares Silveira (Peraboa), Dr. Bruno Madeira Redondo (Peso), Sofia Isabel Gaspar Sobreiro (Sobral de S. Miguel), Eulália Maria Antunes Ramos Pombo (Tortosendo), Mestre Licínio Aguilar Machado (Vales do Rio), Dra. Sónia Isabel Afonso Moura (Vila do Carvalho), Francisco João Pereira Mota (Covilhã e Canhoso) e Dra. Joana Filipa Real Sardinha (Teixoso e Sarzedo). -----

Não votaram ainda, por não estarem presentes na sala, os Deputados Municipais: Dr. Afonso Manuel Mousaco Gomes e Daniel Nave Tavares (Vale Formoso e Aldeia do Souto). -----

D) ATA N.º 01-A/2025 DE 02 DE NOVEMBRO DE 2025

--- Submetida à apreciação e após o Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** ter comunicado os Deputados Municipais impedidos de votar nos termos do n.º 3 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro (CPA), a **Ata n.º 01-A/2025 de 02 de novembro de 2025**, previamente enviada a todos os Senhores Deputados Municipais convocados, foi colocada à votação, tendo sido **aprovada por unanimidade**. -----

Não participaram na discussão e votação da ata, nos termos do n.º 3 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro (CPA), os seguintes Deputados Municipais: Mafalda Lourenço

Nunes (PSD), João José de Sousa Corono (MIPP), João José de Sousa Corono (MIPP) e Eulália Maria Antunes Ramos Pombo (Tortosendo). -----

Não votaram ainda, por não estarem presentes na sala, os Deputados Municipais: Dr. Afonso Manuel Mousaco Gomes e Daniel Nave Tavares (Vale Formoso e Aldeia do Souto). -----

2.2 - LEITURA RESUMIDA DO EXPEDIENTE

--- Nos termos da alínea *m*) do n.º 1 do artigo 29.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi dado conhecimento do seguinte expediente: -----

- Ofício do Senhor Eng.º José Miguel Ribeiro de Oliveira a comunicar a renúncia ao cargo de Presidente do Conselho de Administração da ICOVI -----
- Requerimento do Senhor Prof. Doutor José Carlos Páscoa Marques a comunicar a constituição do Grupo Municipal do MIPP -----
- Email do Senhor Mestre Adolfo Miguel Baptista Mesquita Nunes a comunicar a constituição do Grupo Municipal do CDS-PP -----
- Email da Comissão Política do PSD da Covilhã a comunicar a constituição do Grupo Municipal do PSD – Partido Social Democrata -----
- Requerimento do Senhor Prof. Vítor Manuel Reis Silva a comunicar a constituição do Grupo Municipal do PCP – Partido Comunista -----
- Requerimento do Senhor Prof. Amadeu Luís Pinto Fragas Alberto a comunicar a constituição do Grupo Municipal do CHEGA -----
- Ofício do Secretário-Geral do Partido Socialista - José Luís Carneiro – a comunicar a aprovação, no âmbito da discussão do Orçamento do Estado para 2026, a proposta do PS que estabelece prazos máximos de pagamento às autarquias no contexto dos instrumentos de colaboração com o Estado -----
- Email do Senhor Dr. António Luís Vaz da Veiga Camões a comunicar a renúncia ao mandato -----
- Email da Comissão Política do PSD da Covilhã a comunicar alteração da constituição do Grupo Municipal do PSD -----

2.3 - PEDIDOS DE INFORMAÇÃO E ESCLARECIMENTOS

--- Foi interveniente a Deputada Municipal **Mafalda Lourenço Nunes (PSD)** que, após cumprimentar todos os presentes, referiu que, “no passado dia 2 de novembro, quando tomou posse como Presidente da Câmara Municipal da Covilhã, afirmou, e passo a citar: “*investir na*

regeneração urbana, nas infraestruturas e no espaço público, a investir na qualidade de vida e na dignidade de quem aqui vive". -----

Por isso, não podia deixar de o parabenizar pela limpeza e higiene de alguns espaços urbanos, bem como pelas medidas de emergência adotadas após os incêndios e as cheias. -----

No entanto, nesse mesmo dia foram feitas várias promessas que importa relembrar e esclarecer. Prometeu que os sanitários públicos iriam estar abertos até ao final do ano. Hoje, dia 29 de dezembro, não existe um único sanitário público em funcionamento. Daqui a dois dias teremos a festa de fim de ano na Praça do Município e os Covilhanenses continuarão sem acesso a estas infraestruturas básicas. Pergunto-lhe, Senhor Presidente, quando será cumprida esta primeira promessa? -----

Prometeu também uma cidade mais iluminada, nomeadamente nas proximidades da Praça do Município e no edifício da Câmara Municipal. Para quando uma iluminação digna nas passadeiras que atualmente representam um perigo real para os Covilhanenses? -----

Prometeu ainda a constituição de uma equipa de trabalho que, no prazo de seis meses, apresentaria um relatório técnico e estratégico sobre o estado da rede viária municipal. Essa equipa já foi constituída?" -----

2.4 - DECLARAÇÕES DE ÂMBITO POLÍTICO E DE INTERESSE MUNICIPAL

--- Nos termos da alínea f) do n.º 1 do artigo 45.º do Regimento da Assembleia Municipal da Covilhã, foi concedida a palavra de acordo com a ordem estabelecida no referido Regimento aos seguintes Deputados Municipais: -----

- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (PCP):** Após cumprimentar todos os presentes, iniciou referindo que "Vivemos num período difícil e deveras perigoso para a humanidade com intervenções bélicas, reconfigurações geoestratégicas, a procura desesperada do domínio dos recursos naturais e uma luta feroz entre a tentativa de manutenção do poder unipolar do imperialismo americano e os esforços de vários países a introduzirem novas regras nas relações internacionais mais equilibradas e justas, como afirmam. -----

É neste contexto agressivo que no nosso país se procura fragilizar mais as relações laborais com um pacote de propostas que alteram vários normativos do Código Laboral, do Código do Trabalho, já por si mal, mas que querem pior para as condições de vida daqueles que trabalham para sobreviver. -----

Mas a ação do Governo não fica por aí. Também no que diz respeito às regiões, se acentua a governamentalização das políticas regionais. O Decreto-Lei n.º 181/2025, de 24 de dezembro, que altera a orgânica das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional, publicado em Diário da República em 24 de dezembro, sem qualquer discussão pública ou entre autarcas, bem como as notícias sobre a nomeação dos presidentes e vice-presidentes das CCDR confirmam e acentuam a natureza e funções destas entidades, constituir-se como instrumentos de estratégia de

adiamento descendia da regionalização e da imposição de políticas regionais a partir do comando governamental. -----

O diploma agora publicado, resultante da conhecida partilha de concepções centralistas entre PS e PSD que envolverá agora, não apenas o acordo para um novo e mais negativo e burocrático papel destas entidades, mas também uma negociada divisão do poder entre estes dois partidos, confirma também a farsa da democratização que se pretendia atribuir a uma eleição de representantes das autarquias, cujo exercício de funções se encontra subordinada, em termos de decisão, às orientações e escrutínio do Governo. -----

O que agora se estabelece acentua a natureza centralista e governamentalista das CCDR, passando o Governo a nomear diretamente cinco dos oito membros do seu Conselho Diretivo, a limitar um Presidente e a um Vice-Presidente os cargos eleitos a partir da participação das autarquias e, mesmo assim, totalmente dependentes no exercício desses cargos do escrutínio do Governo e aprofunda o processo de eliminação da estrutura do Estado, comprometendo a sua dimensão universal em áreas tão importantes como as da Educação, Agricultura, Ambiente, Cultura e, agora, Saúde, transferindo para a CCDR a condução dessas responsabilidades. -----

Não é demais lembrar e denunciar a falsa ideia de apresentar, como descentralização, um modelo de mera desconcentração que, na prática, concentra ainda mais nas mãos da tutela as políticas regionais e os critérios de atribuição de verbas, seja do Orçamento de Estado, seja dos fundos comunitários”. -----

- **Prof. Amadeu Luís Pinto Fragas Alberto (CH)**, após cumprimentar todos os presentes, referiu que iniciava, “com sentido de dever, honra e responsabilidade os trabalhos como Deputado Municipal da Covilhã em representação do Partido Chega. Faço-o com a consciência de que este mandato é uma missão de serviço público, um compromisso com a verdade, a justiça e a defesa intransigente do interesse dos Covilhanenses. -----

A Covilhã é um concelho com enorme potencial, com história, com gente trabalhadora e com vontade de mudança. Contudo, é também um concelho que tem sido marcado por anos de estagnação, promessas por cumprir e uma falta de transparência que afastou os cidadãos da política. -----

O Chega está aqui para quebrar este ciclo, para dar a voz a quem se sente esquecido, para fiscalizar sem medo e para propor soluções que ponham os Covilhanenses em primeiro lugar. -----

O meu compromisso é com a verdade, com a proximidade e com a defesa de uma política séria que diga chega ao compadrio, ao favorecimento e à inércia que tanto tem prejudicado o nosso concelho. Trabalharei com lealdade institucional, mas com firmeza nas convicções porque ser deputado municipal é, acima de tudo, servir a população com coragem, com ética e com a certeza de que a mudança começa em cada um de nós.” -----

- **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP)** cumprimentou todos os presentes e saudou “especialmente todas as caras novas que aqui estão pela primeira vez e todos aqueles que

regressaram de uma maneira ou de outra às suas funções. Aos novos elementos desta Câmara, espero que tenham a capacidade de aprender o que é de bom na política e não é só nos princípios, é na prática. Peço-vos que tenham essa capacidade que já não conseguimos demonstrar às vezes pelos vícios que temos, mas era um desejo que aqui queria deixar ficar conjuntamente com o desejo de boas festas normais nestas alturas natalícias. -----

É a primeira Assembleia após as eleições que dão origem a este novo mandato e queria fazer um bocado o balanço destas eleições, parabenizando quem ganhou, obviamente, e parabenizando todos aqueles que conseguiram ser eleitos e que mantiveram as suas representações, como foi o caso da Coligação Mais Covilhã. Aqui não posso deixar de começar e não é falsa modéstia, mas é a verdade de que o CDS representa na Covilhã ou continua a representar na Covilhã, uma força política que consegue, em pelo menos três ou quatro eleições consecutivas, ter representantes eleitos, fazer parte desta Câmara e tentar influenciar pela positiva o que são as políticas municipais. Nem sempre consegue, muitas das vezes porque efetivamente temos que ter a consciência de que não manda quem sabe, manda quem pode. É assim que o povo diz e, portanto, é nessa circunstância que me dirijo especialmente ao novo Senhor Presidente da Câmara com as seguintes palavras. -----

Há 16 anos, penso eu, quando aqui pela primeira vez discurssei dirigindo-me ao seu antecessor, disse que há três questões fundamentais de quem exerce o poder que são: saber, poder e querer. E para se exercer o poder é preciso saber-se e presumo que pela sua experiência e pelo seu percurso no Executivo essa parte darei de barato que sabe ou, pelo menos, tem a obrigação disso. O querer – pelo que percebi do seu discurso ou da sua comunicação política durante a campanha eleitoral e pós eleição sempre lhe vi a possibilidade ou a vontade de querer mudar, de querer melhorar de facto aquilo que de mal esteve no passado. Resta-me saber se consegue e se tem o poder para o fazer. E não digo isto dos resultados eleitorais porque, tendo uma maioria absoluta, tem obrigação também de ter o poder de fazer o que bem entende ou dentro dos limites legais, obviamente, mas remeto-me aqui para aquilo que é a sua herança. O Senhor fez parte dessa realidade, mas herda uma estrutura pesada com demasiados condicionalismos, com demasiados se calhar hábitos que não se conseguiram mudar durante estes últimos 12 anos e nos últimos 8 anos de mandato em maioria absoluta. Portanto, essa foi a sua escola e espero que tenha a capacidade de enfrentar os poderes internos desta pesada estrutura e que tenha a capacidade e a ambição, de facto, de alterar o estado de coisas em que existe no Município. -----

Peço desculpa, mas tenho que dizer isto. A única coisa que efetivamente tem dado resultados a este Partido Socialista é o Município continuar a ser ou a promover como se fosse uma agência de emprego e, portanto, a admitir mais gente, a criar mais dependências, a fazer mais relações, aquilo que consideramos, de alguma maneira pernicioso. Espero que, de facto, não se venha a verificar esta prioridade nas escolhas que vai fazer no futuro. Portanto, espero bem que a questão desta agência de emprego se mude para, de facto, se conseguir fazer alguma coisa em prol da Covilhã.

Acho que é isso que todos desejamos e que todos queremos que aconteça. Todos necessitam que a Covilhã tenha um desenvolvimento sustentável e coerente nos próximos anos.” -----

- **João José de Sousa Corono (MIPP)**, após cumprimentar todos os presentes, iniciou desejando ao Senhor Presidente da Câmara Municipal “um bom mandato em prol da Covilhã. -----

Quero fazer uma saudação especial aos Covilhanenses: que o ano de 2026 seja um ano próspero e que lhes traga uma vida digna. -----

O assunto que me traz aqui, por incrível que pareça, é um assunto que não se percebe como é que não é tema central, nem foi na campanha, nem atualmente. Não vejo comunicação nenhuma a esse respeito. Estou a falar de 10 milhões de euros que todos os anos saem do bolso dos consumidores para uma empresa que nem portuguesa é. Estou a falar das águas. Estou a falar das Águas da Covilhã e estou a falar da ADS. O conjunto das duas somas dos compromissos assumidos são 10.200.000 €/ano. Como é que é possível, com esta verba avultada que representa 15% do atual Orçamento da Câmara Municipal, que isto não seja tema para discussão? -----

Vou começar pela AdC. Temos um compromisso com AdC, uma espécie de comissão de assessoria, em que temos que pagar, na altura o Dr. Vítor Pereira, em 14/02/2014, num encontro com os Covilhanenses, disse que de 2008 a 2013 tinha pago ao parceiro privado 22.500.000 € pelos 49%. -

Se bem me lembro, o artigo 14.º desse acordo parassocial anexo ao contrato previa que ao 11.º ano, 21.º e 31.º ano poderia ser readquirido pelo preço para o qual foi comprado. Ora, a AdC foi criada em 2008. Em 2019 era o ano da reconversão ou da possibilidade de haver um resgate. Aqui nesta Assembleia, o Senhor Vítor Pereira, confrontado pelo Nuno Pinto da parte do público a alertá-lo que esse ano seria o ano do resgate, quem respondeu foi o Senhor José Miguel Oliveira que disse “fizemos as contas e fizemo-las muito bem-feitas” e que custariam nos 23 milhões € a readquirir os 49% à empresa privada. Ora bem, se nos custaria 23 milhões €. Na altura eram 45 milhões. Neste momento são 380.000 €/mês que se paga ao parceiro privado. Portanto, estamos a falar de 4.800.000 €/ano. Como é que é possível continuarmos com esta senda?! -----

Não vejo possibilidades ou interesse em resolver este assunto porque, se em 2019 tem atendido a posição que foi tornada pública pelo Nuno Pinto aqui, hoje estava pago os 49% da compra ao privado e daqui até ao final dos dez anos já teríamos poupado 22 milhões €. Ou seja, isto é fácil de fazer. Se em dez anos, a preço de 2008, 2013 nos custava 45 milhões, se nos custava 23 milhões, poupamos em dez anos 22 milhões € que vai para o privado. Isto não se percebe! Temos que defender essencialmente o interesse dos Covilhanenses. -----

O que é que se podia fazer com essas verbas? Melhorar substancialmente a prestação de serviços, nomeadamente na higiene e outros serviços. Davam-nos pano para mangas e não se pode desperdiçar uma importância deste género. -----

Quanto à ADS, a ADS é um caso de estudo porque não se percebe também o resgate. Senão vejamos: temos de pagar até ao final do ano da concessão, que é em 2035, ainda 52 milhões €. Ora, temos que pagar 52 milhões € quando podíamos resgatar a empresa, segundo o que vem na imprensa regional, por 16 milhões. A Câmara fez um empréstimo de cerca de 6 milhões para tentar colmar. Aqui qualquer coisa que não está a bater bem. Ora, se temos que pagar 52 milhões, se o privado quer 16 milhões e nós oferecemos 6 milhões, queremos acabar com a galinha dos ovos de ouro para o privado?! Claro que não aceitam! -----

Será que esta negociação foi séria? A pergunta que se põe é se foi séria ou foi só para tapar os olhos porque tem sido recorrente, sempre que se aproxima o período eleitoral, estes temas virem à baila para amansar, digamos, a opinião pública. -----

É necessário que haja a frontalidade de acabar de vez com estas concessões em prol da cidade. Os Covilhanenses agradecem. Estamos a falar só na redução do preço da água. Mais importante do que a redução do preço da água é a rede que requeremos para a posse pública – esses dois setores para podermos desenvolver o Concelho. -----

Portanto, peço ao Senhor Presidente que pondere esta situação porque não vejo nada divulgado neste aspeto e porque acho que é uma situação extremamente grave e complexa, mas temos que agir.” -----

- **Dra. Leonor Cristina Adriano Lopes Cipriano (PSD)**, após cumprimentar todos os presentes, iniciou dizendo que “é com muita responsabilidade que uso da palavra pela primeira vez nesta Assembleia Municipal da Covilhã como deputada eleita pelo Partido Social Democrata. -----

Em primeiro lugar, permitam-me felicitar todos os eleitos neste mandato. Ao Senhor Presidente da Câmara e à maioria socialista, desejo os maiores sucessos na governação, pois o bem do Concelho está acima de qualquer diferença partidária. Felicito igualmente os Senhores Presidentes de Junta eleitos. A democracia vive da pluralidade e esta Assembleia reflete a diversidade de opiniões dos Covilhanenses. -----

Deixo também um agradecimento especial aos eleitos que cessaram funções nesta Assembleia. --

Como oposição construtiva, o PSD estará aqui vigilante, mas sempre comprometido com o progresso da Covilhã e do seu Concelho. Não viemos para obstruir, mas para contribuir, fiscalizar e propor soluções que respondam às reais necessidades dos nossos cidadãos. -----

A Covilhã tem um enorme potencial: a Universidade da Beira Interior, o património histórico, a tradição industrial e o turismo de natureza. No entanto, enfrentamos desafios que não podem ser ignorados e que exigem ação urgente. -----

Infelizmente, não nos foi possível apresentar a nossa proposta para o Plano e Orçamento que iremos analisar. Este ano, o Executivo entendeu que os partidos não seriam convocados para participar na reunião do direito da oposição, nos termos do artigo 2.º da Lei 24/98, de 26 de maio, que estabelece e aprova o Estatuto do Direito de Oposição. -----

Assim, permitam-me destacar algumas prioridades que o PSD considera essenciais para o futuro do nosso Concelho: -----

- Mobilidade e transportes públicos – É imperativo melhorar a oferta de transportes no Concelho, especialmente nas zonas mais periféricas. Defendemos a expansão da gratuitidade ou redução das tarifas para os idosos, jovens e famílias carenciadas, bem como a requalificação de abrigos de passageiros e o reforço de ligação interfreguesias. A Covilhã merece um sistema de transportes eficiente e acessível que combata o isolamento das populações rurais; -----

- Habitação e fixação de população – Precisamos de mais habitação a custos controlados especialmente para jovens e famílias. Propostas como incentivos à construção e reabilitação urbana em parceria com o setor privado são cruciais para inverter o envelhecimento demográfico e atrair novos residentes; -----
- Infraestruturas desportivas e lazer – Há muito prometidas intenções que tardam: requalificação da pista de atletismo, das piscinas municipais, campos de relvado sintético e ciclovias. O desporto é fundamental para a saúde, a juventude e o turismo. Devemos investir no associativismo desportivo e em equipamentos modernos, incluindo nas freguesias; -----
- Prevenção de incêndios e resiliência ambiental – Após os incêndios recentes, urge continuar o investimento em medidas de emergência, limpeza da floresta e proteção civil; -----
- Apoio ao turismo, economia e emprego – Devemos apoiar as empresas locais, nomeadamente o setor têxtil e tecnológico, e criar condições para a atração de investimento. A Covilhã precisa de mais emprego qualificado e de uma estratégia de marketing territorial que nos coloque no mapa nacional e internacional; -----
- Ação social e educação – Reforçar os apoios às famílias vulneráveis, às creches e ao cartão social municipal, garantindo que ninguém fica para trás. -----

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, o PSD estará disponível para dialogar e apoiar todas as propostas que sirvam o interesse comum. Fiscalizaremos com rigor, mas proporemos com responsabilidade. Contamos com a colaboração de todos para fazer da Covilhã um Concelho mais próspero, inclusivo e sustentável.” -----

- **Doutor Nuno Jorge Cardona Fazenda de Almeida (PS):** Após cumprimentar todos os presentes, iniciou saudando “todos os eleitos e desejar a todos um excelente mandato porque também aquilo que será o vosso mandato será aquilo que será melhor para o Concelho da Covilhã. -----

Num segundo ponto, saudar também aquilo que foi o trabalho feito por quem esteve antes de nós porque isto também é reconhecer o trabalho dos eleitos nos mandatos anteriores e é também uma valorização da instituição e do serviço público daqueles que dedicaram o seu tempo, o seu empenho em prol do concelho da Covilhã e, por isso, também não queria deixar de dar uma palavra de saudação a todos aqueles que exerceram o mandato anterior. -----

E, por último, dar uma nota pessoal. Dizer que sinto-me muito honrado pelo mandato que me foi confiado e de fazer parte desta Assembleia Municipal e de poder dar o meu melhor contributo em prol do Concelho da Covilhã. -----

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, -----

Os resultados das eleições autárquicas foram claros no distrito de Castelo Branco. O PS foi o partido mais votado, o que obteve mais votos e a força política que lidera 7 dos 11 municípios. Na Covilhã, essa confiança foi particularmente expressiva, traduzindo-se numa vitória inequívoca com maioria absoluta. Essa maioria é, naturalmente, motivo de reconhecimento e de agradecimento aos Covilhanenses pela confiança que nos foi concedida, mas é, acima de tudo, uma responsabilidade

acrescida. A responsabilidade de governar bem. A responsabilidade de ouvir. A responsabilidade de agir, de concretizar, de fazer. A responsabilidade de melhorar a vida das pessoas. -----

Mas importa dizê-lo com clareza. O desenvolvimento da Covilhã convoca todos: o Executivo Municipal, esta Assembleia, as diferentes forças políticas aqui representadas, as Juntas de Freguesia e as diversas instituições do Concelho. Sim, a maioria governa e tem essa responsabilidade e não abdica da mesma. Mas o Concelho constrói-se em conjunto. Devemos todos assegurar convergência em torno do essencial e este espírito de convergência é ainda hoje mais necessário face ao atual contexto político nacional em que o Interior não é uma prioridade. Não existe uma visão nem uma estratégia para o Interior de Portugal e os dois últimos Orçamentos de Estado são exemplo disso mesmo. -----

Nos últimos anos, com os governos do Partido Socialista, houve uma agenda para o Interior com a ação concreta e deixo alguns exemplos: -----

- O Programa de Valorização para o Interior mobilizou mais de 6,6 mil milhões € para o Interior no seu conjunto. Este programa deixou de existir e não se perspetiva qualquer outro para o país; -----
- No Turismo, pela primeira vez, foi lançado uma agenda do turismo para o Interior, contratualizámos projetos, uma agenda com mais de 200 milhões € e foi mesmo apresentada aqui na Covilhã, onde tive também o gosto noutras funções de a apresentar;
- No Ensino Superior foi reforçado o investimento nas instituições de ensino superior do Interior, incluindo na UBI e no Politécnico de Castelo Branco e isto traduziu-se num crescimento efetivo de alunos nas instituições de ensino superior do Interior. Hoje, as políticas anunciadas pelo Governo colocam estas instituições em risco, com impacto direto na UBI, enquanto polo de conhecimento e de coesão territorial; -----
- Na ferrovia foi lançada a maior operação de valorização da ferrovia nacional em Portugal com uma forte incidência no Interior. Aqui mesmo, mais de dez anos depois, foi reaberta a Linha da Beira Baixa Covilhã-Guarda e foi recentemente reaberta a Linha da Beira Alta, um investimento de mais 500 milhões €; -----
- E na Saúde foram realizados vários investimentos significativos na ULS da Cova da Beira. Foi um caminho iniciado. Foi uma prioridade ao Interior que devia ser prosseguido, mas o que hoje verificamos é o contrário. -----

Como disse, o Interior deixou de ser uma prioridade. Há retrocesso. Há desinvestimento. Passaram quase dois anos e o Plano de Revitalização da Serra da Estrela continua na gaveta. No ano passado, ainda constava no Orçamento de Estado como sinal de reconhecimento da importância desse Plano, com uma verba irrisória é verdade, mas este ano, no Orçamento de Estado, a Serra da Estrela foi simplesmente apagada e estamos a falar de um Plano completo que identifica projetos, fontes de financiamento, promotores, calendários. Era um plano chave na mão. -----

Por isso, o que não falta é planeamento. Falta sim vontade política. Nos últimos 20 meses, nada aconteceu. -----

A Covilhã não pode desistir da reivindicação deste Plano e este é um ponto onde se exige convergência das diversas forças políticas locais. Defender a Serra da Estrela e este Plano é defender a Covilhã e o Interior. -----

Na área da Saúde, a situação do Serviço Nacional de Saúde é hoje, de conhecimento público, profundamente preocupante sobretudo nas urgências e nos serviços de emergência. Também aqui no Interior tivemos alguns casos. Deixo apenas dois exemplos: -----

- Na Covilhã tivemos, durante este Verão, um caso que não pode ser esquecido e que nem sequer pode ser relativizado. Um utente, vítima de um acidente no Paul, demorou mais de 5 horas a ser transferido da Covilhã para Coimbra. Uma situação clínica que exigia resposta célere. Este episódio é apenas um exemplo que reflete descoordenação e má gestão na emergência da saúde e, por isso, o direito à saúde não pode depender da geografia. O direito à saúde não pode depender do código postal. Viver no Interior não pode significar menos direitos, menos respostas e menos segurança; -----
- Já em dezembro de 2024, fomos confrontados com outra situação inaceitável. O Governo abriu 240 vagas de paramédicos, distribuiu-os por todos os distritos do país e deixou de fora o distrito de Castelo Branco. Nesse concurso foram zero vagas para medicina geral e familiar nas ULS de Castelo Branco e da Cova da Beira. Ora, isto é inaceitável. É um exemplo de má gestão da saúde, mas também de desconsideração pelas gentes da Covilhã e da nossa região. -----

Minhas Senhoras e meus Senhores, ainda na política nacional, uma breve palavra sobre as presidenciais. Portugal precisa de estabilidade institucional, de diálogo e de uma Presidência que conheça o país real, que integre de forma plena o Interior. É nesse contexto que considero que a candidatura de António José Seguro, um de nós, da nossa região, que tem defendido as causas do Interior, representa também uma oportunidade para construir um país mais desenvolvido e mais próspero. O Interior também precisa de uma voz ao mais alto nível do Estado. Uma presidência com esta visão é essencial para o país. -----

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, a Covilhã tem desafios exigentes, mas também tem ativos únicos: uma Universidade de reconhecido mérito, empresas de referência nacional e internacional, história e património, recursos únicos e sobretudo as suas gentes. Por isso este novo mandato deve ser um mandato marcado por três C – Concretização (concretizar, não adiar, fazer); Cooperação (trabalhar em conjunto); e Compromisso (assumir e e cumprir, isto é, não falhar com os compromissos assumidos). E aqui volto ao mesmo ponto. Este é um trabalho que convoca todos os que estamos aqui hoje presentes. -----

Estamos certos que da parte do Executivo e do Senhor Presidente da Câmara Municipal estará e fará tudo para concretizar uma agenda de desenvolvimento para o Concelho da Covilhã e cabe-nos a nós, seja a maioria, sejam as outras forças políticas, dar o melhor contributo em prol do Concelho da Covilhã.” -----

- Pediu o uso da palavra o Deputado Municipal **Francisco José das Neves Farias (CH)** para deixar “uma palavra de saudação e de compromisso ao Senhor Presidente da Câmara para o mandato

que agora inicia e, na sua pessoa, a todos os Senhores Vereadores, igualmente ao Presidente da Assembleia Municipal e, na sua pessoa, a todos os deputados municipais. -----

Antes de mais, permitam-me assinalar um momento histórico, não para o país que já se habituou a surpresas, mas pelo menos para esta Assembleia. Pela primeira vez o CHEGA marca presença neste Órgão. É com especial satisfação que aqui chegamos. Não porque sejamos novos na Covilhã que não somos, mas porque aparentemente, durante muito tempo, fomos invisíveis para alguns. -

Felizmente, os eleitores trataram de atualizar esta perceção. Prometemos não estragar rotinas antigas, pelo menos não todas. Algumas, aliás, talvez já merecessem a reforma antecipada. Vimos para ouvir, claro, mas também para perguntar o que não tem sido perguntado. Dizer o que não tem sido dito e, sobretudo, lembrar que esta Assembleia representa pessoas reais, não apenas consensos confortáveis. -----

Aos que nos recebem com curiosidade, agradecemos. Aos que nos recebem com desconfiança, compreendemos e aos que preferiam que não estivéssemos aqui, informamos que foi a democracia que nos convidou. Da nossa parte, podem esperar intervenção, vigilância e sempre que necessário algum incómodo, tudo dentro das regras, mas sem o silêncio que tantos confundem como bom funcionamento. -----

Sejam então bem-vindos a esta nova fase da Assembleia Municipal. Nós já chegámos. Hoje não estamos aqui para cumprir calendário ou levantar o braço para votar. Estamos aqui porque a Covilhã precisa de ser ouvida, porque há demasiada gente lá fora que sente que esta “Casa” deixou de os representar. Há famílias a apertar todos os meses para pagar as contas. Há jovens que estudam aqui, mas que sabem que assim que acabam o curso têm de fazer malas e ir embora. Há idosos que trabalharam uma vida inteira e que hoje se sentem esquecidos. Há comerciantes, empresários e trabalhadores que se sentem sufocados por impostos, burocracia e falta de apoio. -

Enquanto isto acontece, pergunta-se: onde está a ambição da Covilhã? Onde está a coragem para dizer que assim não chega? O CHEGA está aqui para dizer isso mesmo. Basta dizer basta! Basta de políticas que falham sempre para os mesmos. Basta de decisões tomadas longe das pessoas. Basta de promessas bonitas com campanha e silêncio dentro das eleições. -----

Acreditamos numa Covilhã com orgulho na sua história, na sua identidade serrana, no seu trabalho, na sua gente. Acreditamos numa Covilhã, segura, limpa, com regras claras e iguais para todos, onde quem trabalha e cumpre é respeitado e onde quem não cumpre é responsabilizado. -----

Que fique bem claro: o nosso compromisso é com os Covilhanenses e não com jogos partidários nem com interesses instalados. Sempre que uma proposta for boa para a Covilhã, terá o nosso apoio; sempre que for má, injusta ou enganadora, terá a nossa oposição firme. -----

A Covilhã merece mais e não vamos desistir de lutar por isso. -----

Por fim, uma palavra de apreço e reconhecimento pelo esforço aos Bombeiros Voluntários em geral e, em particular, aos nossos Bombeiros da Covilhã pelo desempenho no Verão bastante trágico.” -----

2.5 - APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DE PROPOSTAS DE DELIBERAÇÃO

--- Nos termos das alíneas d) e e) do n.º 1 do artigo 45.º do Regimento da Assembleia Municipal da Covilhã, foram apresentadas, discutidas e votadas as seguintes propostas de deliberação: -----

--- Os Grupos Municipais do **MIPP, CDS-PP** e do **PSD** associaram-se às propostas de Voto de Pesar e de Louvor. -----

2.5.1 – Voto de Pesar pelo falecimento de Pilar Azevedo Lourenço -----

“Pilar Azevedo Lourenço, natural do Casal da Serra (Tortosendo), faleceu em 21 de Setembro de 2025, com 81 anos. -----

Foi delegada sindical na empresa Moura & Matos e foi dirigente do Sindicato Têxtil da Beira Interior e da União dos Sindicatos de Castelo Branco/CGTP-IN. -----

Foi uma combatente pela liberdade, pelos trabalhadores, pela igualdade entre mulheres e homens, pela transformação da sociedade, pelo seu Tortosendo e pelo seu Casal da Serra. -----

Foi uma dirigente muito importante na integração de mulheres nas direções sindicais, num tempo em que os preconceitos e as ideias conservadoras quanto ao papel da mulher eram ainda muito fortes e discriminatórios. -----

Os membros do Grupo Municipal do PCP propõem que a Assembleia Municipal reunida, hoje, dia 29 de Dezembro de 2025, delibere aprovar um voto de pesar e apresentar as sentidas condolências à família enlutada e a todos os que sentem profundamente a sua ausência.” (Doc.01 proposto pelo Grupo Municipal do PCP) -----

--- Não havendo intervenções e colocados à votação, o presente **Voto de Pesar pelo falecimento de Pilar Azevedo Lourenço** foi **aprovado por unanimidade**. -----

2.5.2 – Voto de Pesar pelo Falecimento de José Ribeiro Cunha -----

“O Grupo Municipal do Partido Comunista Português apresenta o voto de pesar pelo falecimento, de José Ribeiro Cunha, de 78 anos, em 17 de Outubro de 2025. -----

José Ribeiro Cunha residia em Vila de Carvalho e foi dirigente da Associação de Reformados da Covilhã, da Direção Nacional do Murpi (Confederação Nacional de Reformados, Pensionistas e Idosos) e do Carvalhense Futebol Clube. -----

Desenvolveu ao longo da sua vida uma atividade relevante na defesa dos reformados, pensionistas e idosos e uma participação ativa no movimento associativo concelhio. -----

Assim, os membros do Grupo Municipal do PCP propõem que a Assembleia Municipal reunida, hoje, dia 29 de Dezembro de 2025, delibere aprovar um voto de pesar e apresentar as sentidas condolências à família enlutada e a todos os que sentem profundamente a sua ausência.” (Doc.02 proposto pelo Grupo Municipal do PCP) -----

--- Não havendo intervenções e colocado à votação, o presente **Voto de Pesar pelo Falecimento de José Ribeiro Cunha** foi **aprovado por unanimidade**. -----

2.5.3 – Voto de Pesar pelo Falecimento de Daniel Agrelo -----

“Exemplo sublime de altruísmo e coragem, Daniel Agrelo deixa-nos um legado inestimável de serviço à comunidade, à proteção civil e à salvaguarda da vida humana. A sua ação, sempre pronta e generosa, foi a expressão máxima da solidariedade, enfrentando o perigo para garantir a segurança de todos e defendendo, até ao limite das suas forças, o nosso território contra o flagelo dos incêndios. -----

Mais do que um operacional ou um voluntário, Daniel Agrelo foi um verdadeiro herói e um cidadão exemplar. A sua dedicação à causa pública, personificando o lema "Vida por Vida", tornou-o numa referência ética de abnegação para todos nós, com qualidades reconhecidas inclusive por Sua Excelência, o Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa. -----

A Covilhã e a região perdem um dos seus briosos soldados da paz, mas não esquecem a responsabilidade de honrar o sacrifício de quem veste a farda: a valorização das nossas corporações, o respeito por quem nos socorre e a gratidão eterna a quem tomba no cumprimento do dever. -----

Neste momento de dor e consternação, é dever desta Assembleia Municipal, órgão representativo de todos os covilhanenses, inclinar-se perante a sua memória e reconhecer o mérito e a dignidade do seu percurso de vida. -----

Assim, ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 14.º e na alínea d) do n.º 1 do artigo 45.º do Regimento da Assembleia Municipal da Covilhã, o Grupo Municipal do Partido Socialista, propõe que a Assembleia Municipal da Covilhã, reunida em sessão ordinária: -----

- Manifeste o seu mais profundo pesar pelo falecimento do Bombeiro Daniel Agrelo; -----

- Enderece à família enlutada e à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Covilhã as mais sentidas condolências.” (Doc.03 proposto pelo Grupo Municipal do PS) -----

--- Não havendo intervenções e colocado à votação, o presente **Voto de Pesar pelo Falecimento de Daniel Agrelo** foi **aprovado por unanimidade**. -----

2.5.4 – Voto de Pesar pelo Falecimento de Fernando Paulouro Neves -----

“Figura maior do jornalismo na nossa região, Fernando Paulouro Neves deixa-nos um legado inestimável de serviço à cultura, ao jornalismo e à cidadania. A sua voz, sempre lúcida e atenta, foi durante décadas um farol na defesa intransigente do Interior, combatendo o esquecimento a que

muitas vezes o nosso território foi votado e afirmando a identidade da Beira Interior no panorama nacional. -----

Mais do que um homem de letras ou de comunicação, Fernando Paulouro foi um humanista e um democrata. A sua dedicação à causa pública e o seu olhar crítico sobre a realidade social e política tornaram-no numa referência ética para todos nós. A região perde um ilustre pensador, mas herda a responsabilidade de continuar as causas que ele abraçou: a valorização da nossa terra, a liberdade de pensamento e a dignidade das nossas gentes. -----

Assim, ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 14.º e na alínea d) do n.º 1 do artigo 45.º do Regimento da Assembleia Municipal da Covilhã, o Grupo Municipal do Partido Socialista propõe que a Assembleia Municipal da Covilhã, reunida em sessão ordinária: -----

- 1. Manifeste o seu mais profundo pesar pelo falecimento de Fernando Paulouro Neves;* -----
- 2. Enderece à família enlutada as mais sentidas condolências.” (Doc.04 proposto pelo Grupo Municipal do PS)* -----

--- Não havendo intervenções e colocado à votação, o presente **Voto de Pesar pelo Falecimento de Fernando Paulouro Neves** foi **aprovado por unanimidade.** -----

2.5.5 – Voto de Pesar pelo Falecimento de Maria Graça Vicente -----

“Faleceu, recentemente, a Senhora Professora Maria da Graça Vicente com 71 anos. A Professora Doutora Maria da Graça Vicente é insigne historiadora, investigadora de mérito reconhecido e personalidade de elevado serviço à cultura e ao conhecimento histórico do nosso território. -----

A Professora Maria da Graça Vicente distinguiu-se pela excelência da sua produção científica, pela seriedade da sua investigação e pelo contributo determinante que deu ao estudo da história medieval da Covilhã e da região da Beira Interior. A profundidade do seu trabalho, alicerçado em rigor académico exemplar, permitiu iluminar épocas fundamentais da formação da nossa identidade coletiva, constituindo-se como referência incontornável na historiografia portuguesa. -

Ao longo da sua vida académica e científica, honrou a Covilhã e trouxe prestígio ao Município através de obras que consolidaram o entendimento das raízes históricas do nosso concelho, contribuindo decisivamente para a valorização do património cultural local e para a preservação da nossa memória comum. -----

O seu desaparecimento constitui uma perda irreparável para a comunidade científica, para os estudiosos da história regional e para o nosso Município, que vê partir uma das suas mais dedicadas e prestigiadas intérpretes. -----

Assim, a Assembleia Municipal da Covilhã expressa à família enlutada, amigos, colegas e instituições académicas com as quais a Professora Maria da Graça Vicente colaborou, as mais sentidas condolências e o mais profundo reconhecimento pela obra deixada.” (Doc.05 proposto pelo Grupo Municipal do PS) -----

--- Não havendo intervenções e colocado à votação, o presente **Voto de Pesar pelo Falecimento de Maria Graça Vicente** foi **aprovado por unanimidade**. -----

2.5.6 – Voto de Pesar pelo Falecimento de Padre José Dionísio -----

“Faleceu, no passado sábado, dia 13 de setembro, o Reverendíssimo Padre José António Dionísio Sousa, com 58 anos de idade. -----

Natural de Orjais, concelho da Covilhã, onde nasceu a 22 de fevereiro de 1967, ordenou-se sacerdote a 2 de fevereiro de 1992, dedicando mais de três décadas ao serviço da Diocese da Guarda, onde desempenhou, com reconhecido zelo e dedicação, diversas funções de grande relevância pastoral e comunitária, nomeadamente enquanto Arcipreste de Covilhã-Belmonte, Pároco de São José, Vila do Carvalho e Santa Maria, Diretor do Secretariado Diocesano da Liturgia, Mestre de Cerimónias na Sé e membro do Conselho Presbiteral. -----

Ao longo do seu percurso, o Padre José Dionísio destacou-se como um sacerdote profundamente comprometido com a sua missão, sempre próximo das pessoas, atento às realidades sociais e solidário com quem mais precisava. A sua ação ultrapassou o plano estritamente religioso, sendo igualmente um agente ativo de coesão social, promotor do diálogo e da fraternidade entre todos.

Homem de fé, humildade e serenidade, deixa a marca de uma vida inteiramente dedicada ao serviço do próximo. Entre as suas expressões mais significativas, recorda-se a frase que testemunha a sua confiança inabalável: -----

“Não tenho medo de morrer, sei que vou ressuscitar.” -----

A Assembleia Municipal da Covilhã manifesta o seu mais profundo pesar pelo seu falecimento, endereçando à família, amigos, Diocese da Guarda, comunidades paroquiais por si servidas as mais sentidas condolências. -----

Que o seu exemplo de vida, entrega, fé e humanidade permaneça como legado perene para a nossa comunidade.” (Doc.06 proposto pelo Grupo Municipal do PS) -----

--- Não havendo intervenções e colocado à votação, o presente **Voto de Pesar pelo Falecimento de Padre José Dionísio** foi **aprovado por unanimidade**. -----

2.5.7 – Voto de Pesar pelo Falecimento de João Manuel Pinto -----

“O Grupo Municipal do Partido Socialista na Assembleia Municipal da Covilhã manifesta o seu profundo pesar pelo falecimento de João Manuel Pinto, ocorrido no passado 31 de Outubro de 2025, covilhanense de reconhecido mérito e ação em prol do concelho da Covilhã. -----

Pelo seu contributo em prol da comunidade Covilhanense, apresentamos este voto de pesar a título de reconhecimento. -----

Do teor deste voto será dado conhecimento aos familiares.” (Doc.07 proposto pelo Grupo Municipal do PS) -----

--- Não havendo intervenções e colocado à votação, o presente **Voto de Pesar pelo Falecimento de João Manuel Pinto** foi **aprovado por unanimidade**. -----

2.5.8 – Voto de Pesar pelo Falecimento de Luís Jardim -----

“O Grupo Municipal do Partido Socialista na Assembleia Municipal da Covilhã manifesta o seu profundo pesar pelo falecimento de Luís Alberto Gonçalves Jardim, ocorrido em 4 de julho de 2025, músico e produtor de reconhecido mérito nacional e internacional. -----

Ao longo de uma carreira notável e sem fronteiras, Luís Jardim afirmou-se como um dos mais respeitados músicos e produtores portugueses no panorama internacional, tendo trabalhado com alguns dos maiores nomes da música mundial, entre os quais Rolling Stones, Paul McCartney, Bee Gees, Duran Duran, Björk, Tom Jones, Seal, Diana Ross, Mariah Carey, Bryan Adams, Robbie Williams, Cher, Celine Dion, Rod Stewart, George Michael e Tina Turner, com quem chegou a realizar digressões, colaborando igualmente com artistas portugueses como Rui Veloso e João Pedro Pais. -----

Nos últimos anos da sua vida, Luís Jardim escolheu viver na Covilhã, cidade onde se integrou plenamente e onde granjeou muitas amizades, fruto da sua simpatia, simplicidade e proximidade humana, qualidades que marcaram todos os que com ele conviveram. Aqui viveu com a sua esposa, Teresa Silveira, que também assumiu, nos últimos anos, responsabilidades profissionais na Covilhã, reforçando a ligação da família à comunidade local. -----

O falecimento de Luís Jardim representa uma perda significativa para a cultura e para a música, em Portugal e além-fronteiras. À sua família, e em particular à sua esposa Teresa, o Grupo Municipal do Partido Socialista endereça as mais sentidas condolências, associando-se ao seu luto e prestando justa homenagem à memória de Luís Jardim. -----

Que o presente Voto de Pesar seja comunicado à família enlutada e fique registado em ata.” (Doc.08 proposto pelo Grupo Municipal do PS) -----

--- Não havendo intervenções e colocado à votação, o presente **Voto de Pesar pelo Falecimento de Luís Jardim** foi **aprovado por unanimidade**. -----

2.5.9 – Voto de Louvor – Bruno Borralhinho -----

“O Covilhanense Bruno Borralhinho foi nomeado Diretor Musical e Maestro Titular do Erzgebirgische Theater und Orchester, na Alemanha, iniciando funções na temporada 2026-2027, num reconhecimento inequívoco do seu talento, mérito artístico e dedicação profissional, que constitui para a Covilhã motivo de grande regozijo e orgulho. -----

Violoncelista e maestro de reconhecida excelência, Bruno Borralhinho é, há muito, uma das referências maiores da cultura nacional e internacional, possuindo um percurso artístico e profissional de elevado prestígio, que contribui simultaneamente para projetar o nome da Covilhã além-fronteiras. -----

Formado na EPABI – Escola Profissional de Artes da Beira Interior, cedo viu o seu talento ganhar dimensão internacional. É atualmente membro da Orquestra Filarmónica de Dresden, venceu inúmeros concursos de música e dirigiu algumas das mais importantes e prestigiadas orquestras internacionais. Paralelamente, mantém um vínculo profundo e ativo à sua terra natal, sendo Diretor Artístico do Ensemble Mediterran, Diretor Musical do Beyra – Ensemble Orquestral da Beira Interior e Diretor Artístico do Concurso Internacional de Música Júlio Cardona. -----

A nomeação agora alcançada representa a chegada a uma instituição com 125 anos de tradição artística, na qual este Covilhanense deixará, certamente, uma marca artística relevante e duradoura, numa carreira internacional que inclui colaborações com algumas das mais prestigiadas orquestras e instituições mundiais. -----

Com esta nomeação, Bruno Borralhinho torna-se o primeiro português a assumir o cargo de Maestro Titular de uma orquestra alemã e de Diretor Musical de um teatro na Alemanha, representando um marco histórico para a presença portuguesa na música clássica internacional. -

Trata-se de mais um feito notável de um Covilhanense que importa reconhecer e valorizar. -----

Assim, reunida em 29 de dezembro de 2025, a Assembleia Municipal da Covilhã delibera aprovar um Voto de Louvor a Bruno Borralhinho, pela sua recente nomeação e pelo percurso de excelência que tem construído, honrando a Covilhã e projetando o seu nome no panorama cultural internacional, formulando votos das maiores venturas, sucessos e felicidades no exercício das funções que irá assumir.” (Doc.09 proposto pelo Grupo Municipal do PS) -----

*--- Não havendo intervenções e colocado à votação, o presente **Voto de Louvor – Bruno Borralhinho** foi **aprovado por unanimidade**. -----*

2.5.10 – Voto de Louvor – Sofia Craveiro -----

“Sofia Craveiro, natural de Unhais da Serra (Covilhã), jornalista, licenciada e mestre pela Universidade Da Beira Interior, foi reconhecida pelo seu notável trabalho de investigação jornalística, que lhe valeu a atribuição do Prémio "Mário Soares, Liberdade e Democracia", concedido pela Assembleia da República. -----

Este reconhecimento resulta da série de artigos intitulada "Arquivos de media – memória sem garantia de preservação", fruto de dois anos de investigação rigorosa, que contribui de forma significativa para a preservação da memória democrática e para o fortalecimento dos valores da liberdade e da diversidade de opinião. -----

O trabalho desenvolvido por Sofia Craveiro reflete um compromisso exemplar com os princípios democráticos e com a formação de uma opinião pública informada, em total respeito pelos valores constitucionais e pela liberdade de imprensa, pilares fundamentais da nossa sociedade. -----

Expressando o seu reconhecimento e gratidão a Sofia Craveiro e desejando-lhe continuas sucessos na sua carreira, o Grupo Municipal do Partido Socialista propõe à Assembleia Municipal da Covilhã, reunida em sessão ordinária no dia 29 de dezembro de 2025, deliberar o presente voto de louvor à Unhaense Sofia Craveiro, pelos seus notáveis feitos e pela sua dedicação ao jornalismo.” (Doc.10 proposto pelo Grupo Municipal do PS) -----

--- Não havendo intervenções e colocado à votação, o presente **Voto de Louvor – Sofia Craveiro** foi **aprovado por unanimidade**. -----

2.5.11 – Moção sobre Mobilidade e Transportes -----

“Considerando que: -----

1. A mobilidade e os transportes assumem hoje uma importância central na vida das populações, pois pesam muito no já difícil equilíbrio do orçamento familiar, e são essenciais à defesa do ambiente; -----

2. As políticas de redução tarifária implementadas em muitas autarquias são essenciais para: i) tornar os transportes públicos financeiramente acessíveis a todos os cidadãos; ii) facilitar o acesso ao emprego, educação, saúde e serviços públicos; iii) diminuir a dependência do automóvel individual; iv) contribuir para a redução do trânsito e da sinistralidade rodoviária; v) diminuir as emissões de gases com efeito de estufa e a poluição atmosférica, apoiando objetivos de sustentabilidade ambiental e de combate às alterações climáticas; vi) melhorar a coesão territorial; apoiar a economia das famílias, libertando rendimento disponível para outras despesas essenciais.

3. A Câmara Municipal da Covilhã na primeira fase de implementação do PART (Programa de Apoio à Redução Tarifária), e agora Incentiva+TP, procedeu à redução do preço dos passes sociais nos transportes públicos, tendo, inexplicavelmente, voltado atrás como essa medida, colocando-se assim entre os concelhos do país onde o preço dos passes sociais são mais caros. Lembra-se que o passe social de São Jorge da Beira para a Covilhã é de cerca de 130 Euros e os dos transportes urbanos custam mais que nas áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto; -----

4. Entretanto, por força da intervenção das organizações sindicais/CGTP-IN, da Inter-Reformados e das Associações de Reformados, a Câmara Municipal da Covilhã procedeu a um aumento da sua comparticipação do preço dos passes sociais e bilhetes pré-comprados para os portadores do Cartão social Municipal, passando de 50 para 75%; -----

5. No dia do anúncio do aumento da comparticipação assumiu o compromisso de até final do mandato implementar a gratuitidade dos transportes públicos para os portadores do Cartão Social Municipal e a redução tarifária em geral, tendo, em setembro de 2025, o então presidente da Câmara, Dr. Vítor Pereira, apresentado uma proposta nesse sentido que teve os votos favoráveis dos vereadores do PS. -----

6. Com o início do ano de 2026 era expectável que a Câmara implementasse a proposta que apresentou em setembro.2025, o que ainda não aconteceu. -----

A Assembleia Municipal da Covilhã, reunida em Sessão Ordinária no dia 29 de dezembro.2025, no uso das suas competências, decide que a Câmara Municipal para apoio e mitigação do impacto das tarifas de transporte público, nas pessoas e empresas do Concelho da Covilhã, ainda no decorrer do ano de 2026, deve implementar as seguintes medidas de política de mobilidade e transportes: -

a) Gratuitidade dos transportes para os portadores do cartão social. -----

b) Redução em 50% no valor dos passes sociais dos transportes urbanos. -----

c) Implementação de um passe social não superior a 30 euros nos transportes em geral das freguesias rurais para a Covilhã e vice-versa. -----

d) Recomendar à Câmara Municipal que pondere a revogação da delegação de competências em matéria de transportes à CIM das Beiras e Serra da Estrela e assuma ela essa autoridade.” **(Doc.11** proposto pelo Grupo Municipal do PCP) -----

- Foi concedida a palavra ao Senhor **Eng.º Pedro Miguel de Melo Bernardo (PS)** que referiu ser “importante fazermos uma breve introdução àquilo que foi o trabalho e àquilo que tem sido o trabalho desenvolvido a nível da mobilidade no Concelho da Covilhã. -----

Ainda antes de haver passes gratuitos a nível escolar, o Município da Covilhã assumiu esse encargo como uma despesa como incentivo à mobilidade no Município. Tivemos inicialmente o passe social a ser compensado em cerca de 50% e depois posteriormente para 75% e foi o Executivo Municipal, e também a bancada do Partido Socialista, um dos primeiros dentro desta Assembleia em conjunto, como é evidente, com outras bancadas que mais pugnou e tem pugnado pela igualdade de oportunidades e de igualdade daquilo que é a realidade e os acessos de mobilidade quando comparado, por exemplo, com centros metropolitanos como o de Lisboa e como o do Porto. -----

Tudo isto e todos estes contextos obrigam anualmente a um investimento superior a 2 milhões € por parte do Executivo Municipal àquilo que é o Programa de Mobilidade e a Estratégia de Mobilidade para o Concelho da Covilhã. -----

Posto isto e também face àquilo que é a estratégia definida pública, a prioridade para a Covilhã entendemos que deve passar pela existência de um passe único a nível municipal, cifrado em cerca de 30 € para todo o Concelho. -----

Nesse sentido e porque aquilo que estamos a falar dentro desta moção é o estabelecimento de algumas condições da ação governativa, o Partido Socialista irá votar contra, não obstante que é recetivo e é perfeitamente compreensível aquilo que são as manifestas intenções das diferentes associações e movimentos sindicais que aqui também estão associados.” -----

- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (PCP):** “Apresentámos esta moção porque já no anterior mandato discutimos aqui, por diversas vezes, a necessidade de se concluir e de se acabar com a discriminação que é feita em relação às populações das zonas rurais e das freguesias à diferença

que existe na gestão dos transportes e às dificuldades inerentes à existência de duas entidades gestoras de transportes no Concelho. -----

Já tínhamos concluído nesta Assembleia e penso que na Câmara Municipal o anterior Presidente da Câmara também o tinha feito e o conteúdo desta proposta tem muito daquilo que foi a proposta do Senhor Presidente da Câmara anterior na própria Câmara Municipal e que não foi aprovada porque, enfim, estava-se num momento pré-eleitoral. -----

No fundo, aquilo que propomos não deixa de ser as promessas que foram feitas pelo Partido Socialista às populações do Concelho quanto à gratuitidade dos transportes para os portadores do cartão social, a promessa do Partido Socialista em alargar a toda a população do Concelho o mesmo passe de 30 €. Penso que estamos todos de acordo e recomendar, no fundo, a revogação da delegação de competências na CIM quanto à gestão dos transportes das zonas urbanas ou interurbanas porque tem-se verificado que a existência das duas entidades a gerir os transportes no Concelho da Covilhã tem criado e tem sido também fator da existência dessa discriminação. ---

Portanto, não entendemos neste caso a declaração feita aqui pelo Partido Socialista em relação a esta moção porque esta moção tem tudo aquilo que o Partido Socialista já propôs e aquilo que o Partido Socialista já defendeu anteriormente e o anterior executivo. -----

Que fique registado, de facto, não só esta contradição e esta falta de vontade política do Partido Socialista que agora dá sinal de que continua a não querer resolver o problema.” -----

Colocada à votação, a presente ***Moção sobre Mobilidade e Transportes*** foi ***rejeitada por maioria com 31 votos contra (PS e DMI), 16 votos a favor (PSD, MIPP, CHEGA, Dra. Magna Carla Sousa Lourenço (IND), Dr. Jorge Ricardo Gouveia Viegas (Cortes do Meio), Dr. Duarte Nuno Simões Rodrigues (Paul) e Dr. Bruno Madeira Redondo (Peso)) e 02 abstenções (CDS-PP).*** -----

--- Foram feitas as seguintes **Declarações de Voto:** -----

- **Mestre Nuno Ezequiel Mendes Pais (PSD):** “O Grupo Municipal do PSD vota a favor desta moção, contudo deixa uma recomendação, ou seja, não se revê no ponto da alínea d) de recomendação à Câmara Municipal no que toca à revogação da delegação de competências em matéria de transportes à CIM Beiras e Serra da Estrela. Não nos revemos neste ponto. Tudo o resto da moção, estamos a favor.” -----

- **Eng.º Pedro Miguel de Melo Bernardo (PS):** “Do ponto de vista daquilo que é a estratégia da mobilidade, o Partido Socialista será sempre líder e estará sempre empenhado naquilo que é o melhor acesso de serviço e a melhor qualidade de serviço de mobilidade dentro do Concelho da Covilhã. -----

Há uma coisa que foi dita e que merece também ser reforçada da nossa parte que a questão da competência e o resgate da competência da CIM e a revisão dessa mesma competência da CIM é algo que nós, enquanto Partido Socialista, estaremos sempre empenhados para que assim aconteça, caso venha realmente a dar melhores condições de mobilidade a todo o Concelho da

Covilhã. Essa é a nossa preocupação. Mais do que aquilo que é a forma, realmente estamos preocupados na qualidade do serviço que vamos estar a prestar aos nossos concidadãos.” -----

- **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP):** “Só para referir que a bancada do CDS – Partido Popular se absteve nesta moção não por não concordar no que diz respeito à questão das reduções e da gratuitidade dos transportes que está referido, mas sobretudo para por esta questão essencial da CIM e da delegação de competências. Não se trata de um resgate. Trata-se de uma revogação. Portanto estará na dependência concreta e na dependência da decisão do Executivo e do Município. -----

O que nós não aceitamos é que, de facto, atendendo aos exemplos que nos são dados por esse país fora dos bons exemplos em que a CIM faz um excelente trabalho nesta matéria, aquilo que se calhar faz falta é, de facto, uma intervenção positiva e forte do Município da Covilhã na CIM, exigindo aquilo que é exigido e que é concretizado lá fora. Mas não podemos aceitar esta situação porque efetivamente vai contra aquilo que é a lógica de funcionamento intermunicipal e, nestes transportes em que hoje em dia a mobilidade não se cinge ao nosso Município, temos que ter estas pontes, temos que ter estes mecanismos porque de outra maneira vamos ficar ainda mais isolados e mais fechados dentro de nós próprios.” -----

2.5.12 – Moção pela Coesão Territorial no Acesso ao Ensino Superior – Salvaguarda das IES do Interior e Correção de Assimetrias nas Regras de Vagas e Bolsas (Ano letivo 2026_2027) -----

“Para o ano letivo de 2026/2027, a tutela pretende introduzir alterações relevantes em duas dimensões estruturantes do acesso e da permanência no Ensino Superior: por um lado, conferiu maior autonomia às Instituições de Ensino Superior (IES) na gestão das vagas, por outro, modificou as regras de atribuição de bolsas de estudo, passando a prever uma majoração indexada ao custo de vida local. -----

Embora as medidas de autonomia e de reforço da ação social escolar possam, em abstrato, constituir instrumentos positivos de modernização do sistema, o seu desenho concreto, quando não é acompanhado de mecanismos de correção territorial, tende a produzir efeitos assimétricos, favorecendo os grandes centros urbanos e o litoral e penalizando o interior e os territórios de baixa densidade. -----

Nestes territórios, o papel das IES enquanto âncora de desenvolvimento regional, de inovação, de emprego qualificado e de fixação de população é bastante mais preponderante. Quando o enquadramento nacional do acesso e da ação social académica passa a induzir, ainda que indiretamente, uma concentração reforçada nos grandes centros, enfraquece-se a capacidade dos territórios do interior de reter e atrair talento, comprometendo objetivos de coesão territorial e de desenvolvimento equilibrado do país. -----

O Grupo Municipal do Partido Socialista da Covilhã reafirma uma posição de responsabilidade institucional e de compromisso com a coesão territorial, reconhecendo o valor da autonomia das instituições e a importância de reforçar a ação social escolar. Entende, contudo, que nenhuma reforma do acesso ao Ensino Superior e dos respetivos apoios sociais pode ser implementada sem

mecanismos de correção territorial claros, sob pena de agravar desigualdades e concentrar oportunidades. Neste sentido, considera que a autonomia na gestão de vagas, quando aplicada de forma plena e desprovida de parâmetros nacionais de equilíbrio territorial, tende a criar incentivos e dinâmicas que, na prática, penalizam as Instituições de Ensino Superior localizadas no interior. Do mesmo modo, a majoração das bolsas indexada ao custo de vida, se não for devidamente calibrada com critérios de coesão, pode retirar um incentivo relevante à escolha de territórios onde o custo é menor, reforçando o efeito atrativo das áreas metropolitanas. Por essa razão, o Grupo Municipal do Partido Socialista entende que a coesão territorial deve assumir-se como um princípio operativo, e não meramente declarativo, na formulação destas políticas públicas. -----

Em particular, o Grupo Municipal do PS entende que: -----

1 - A autonomia na gestão de vagas, quando aplicada de forma plena e desprovida de parâmetros nacionais de equilíbrio territorial, cria incentivos e dinâmicas que, na prática, penalizam as IES do interior; -----

2 - A majoração das bolsas indexada ao custo de vida, se não for calibrada com critérios de coesão, pode retirar um incentivo relevante à escolha de territórios onde o custo é menor, reforçando o efeito atrativo das áreas metropolitanas; -----

3 - A coesão territorial deve ser um princípio operativo, e não meramente declarativo, na formulação destas políticas. -----

Neste contexto, e no âmbito das competências deliberativas e de tomada de posição da Assembleia Municipal sobre matérias de interesse para o Município, entende o Grupo Municipal do Partido Socialista (PS) apresentar a presente Moção.-----

A Assembleia Municipal da Covilhã, reunida em sessão ordinária no dia 29 de dezembro de 2025, considerando que: -----

1 - Para o ano letivo 2026/2027 foi atribuída maior autonomia às IES na gestão das vagas, alterando o equilíbrio previamente existente entre coordenação central do sistema e organização da oferta formativa; -----

2 - Foram alteradas as regras de atribuição de bolsas de estudo, passando a existir uma majoração indexada ao custo de vida local; -----

3 - O efeito combinado destas medidas tende a favorecer os grandes centros urbanos e o litoral, penalizando o interior e os territórios de baixa densidade; -----

4 - As IES localizadas no interior constituem âncoras de desenvolvimento regional, inovação, emprego qualificado e fixação de população, com impacto direto na coesão social e económica do território; -----

5 - A coesão territorial exige políticas públicas desenhadas com critérios de equidade territorial e com instrumentos de correção que previnam a intensificação de assimetrias; -----

6 - O Ensino Superior é um setor estratégico nacional que deve ser liderado centralmente, em articulação com as IES e os territórios, assegurando equilíbrio, previsibilidade e justiça territorial nas decisões que condicionam a procura, a oferta e os incentivos à escolha; -----

7 - Compete à Assembleia Municipal tomar posição e recomendar aos órgãos do Estado medidas em matérias de relevante interesse municipal, designadamente quando estejam em causa condições estruturais de desenvolvimento do concelho. -----

Neste enquadramento, a Assembleia Municipal da Covilhã, sob proposta do Grupo Municipal do Partido Socialista, defende e recomenda a adoção de soluções exequíveis e equilibradas, designadamente: -----

1 - Tomar posição pública pela necessidade de assegurar a coesão territorial no desenho e aplicação das políticas de acesso e de ação social no Ensino Superior, no âmbito das alterações previstas para o ano letivo 2026/2027; -----

2 - Recomendar à tutela a adoção de medidas que salvaguardem as Instituições de Ensino Superior localizadas no interior e em territórios de baixa densidade, designadamente através do aumento concreto de vagas e da avaliação dos efeitos territoriais das regras de atribuição de bolsas de estudo; -----

3 - Reafirmar o papel estratégico do Ensino Superior como instrumento de desenvolvimento equilibrado do país, devendo as políticas públicas nacionais evitar o agravamento das assimetrias entre o litoral e o interior; -----

4 - Mandatar a Mesa da Assembleia Municipal para dar conhecimento da presente Moção às entidades competentes, nos termos regimentais aplicáveis.” (**Doc.12** proposto pelo Grupo Municipal do PS) -----

--- O Senhor **Prof. Amadeu Luís Pinto Fragas Alberto (CHEGA)** fez uma interpelação à Mesa da Assembleia Municipal dizendo que “relativamente ao 2.5.12 e 2.5.13, se não estou em erro. -----

Para uma boa condução dos trabalhos, Senhor Presidente, e para uma análise séria da documentação por parte de todos, em e-mail enviado no dia 19/12, solicita que tem de dar entrada nos serviços administrativos da Assembleia Municipal até às 15h00, dia útil anterior ao limite do prazo estabelecido no número anterior, ou seja, estamos aqui a falar do dia 26/12. -----

Depois, considerando aqui que foi dado tolerância de ponto, foi aqui indicada a data de 23 de dezembro, às 15h00 de terça-feira. -----

Assim, foi recebido email por parte da Assembleia Municipal, sábado dia 27/12 às 16h31 e à 24:12 para a atualização de convocatória e a chegada de documentação. -----

Ao abrigo do ponto 2 do artigo 53.º da Lei 75/2013 do Regime Jurídico das Autarquias Locais, passo a citar “A ordem do dia é entregue a todos os membros do órgão com antecedência mínima de dois dias úteis sobre a data do início da sessão ou reunião, enviando-lhes em simultâneo a respetiva documentação.” -----

Assim, gostava de perguntar ao Presidente da Mesa a que horas chegou a documentação e, uma vez que ela foi aceite, concluímos que está a sair em benefício o prevaricador em vez do cumpridor. Acredito que houvesse aqui outras bancadas que pudessem apresentar também moções ou

propostas. Não o fizeram para cumprimento dos prazos e estas moções foram aceites. Assim, gostávamos de saber a data da entrada da documentação.” -----

--- O Senhor **Eng.º João Manuel Flores Casteleiro Alves (PS)** referiu que “o senhor deputado se referiu é a ordem do dia. Estamos no período de antes da ordem do dia antes de mais. -----

Os documentos – foram cumpridos os prazos que estão no Regimento, ou seja, foram enviados na sexta-feira até às 15h00, porque sexta-feira foi considerado dia útil. Percebo que os serviços até pediram para que pudesse ser mais cedo. Não foi possível. Qualquer grupo que tivesse enviado dentro do prazo regimental, acho que deve ser aceite os documentos.” -----

--- O Senhor **Prof. Amadeu Luís Pinto Fragas Alberto (CHEGA)** concluiu que “a chegada dos documentos à nossa bancada foi tardia e não foi cumprida a legislação das 48 horas antes.” -----

--- Relativamente ao ponto em análise, foi interveniente o Senhor **Dr. Afonso Manuel Mousaco Gomes (PS)** que fez a apresentação da moção dizendo que devido ao facto de: -----

- 1 - *“no ano letivo de 2026/2027, a tutela pretender introduzir alterações em duas dimensões que são estruturantes no acesso e na permanência dos estudantes no Ensino Superior: por um lado, o aumento na autonomia da gestão das vagas pelas Instituições e também uma majoração dos apoios sociais indexada ao custo de vida local. -----*
- 2 - *As medidas de autonomia e reforço de ação social são naturalmente bem-vistas por nós, como é lógico. No entanto, uma vez que se trata de um assunto tão estruturante também para a coesão territorial, consideramos que estes instrumentos têm de ser aplicados de forma responsável, ponderada e, sobretudo, estratégica. Caso contrário, ao invés do Ensino Superior funcionar ou poder funcionar como um corretor de assimetrias, torna-se um precursor destas mesmas assimetrias. -----*
- 3 - *Todos sabemos bem, através do exemplo da nossa Universidade, o papel das Instituições de Ensino Superior enquanto âncora de desenvolvimento, inovação, emprego qualificado e também fixação de população. -----*
- 4 - *Portanto, consideramos que, se as Instituições de Ensino Superior ganham autonomia para gerir as vagas, podendo chegar até um aumento de 5%, e as bolsas passarão a contemplar o custo de vida local, é previsível que os estudantes poderão ficar mais perto da sua zona de residência ou dos grandes centros urbanos, criando dificuldades às IES do Interior em prejuízo das instituições que se encontram nas grandes metrópoles. -----*
- 5 - *O que esta moção propõe, no fundo, é uma abordagem equilibrada, prudente e exequível que, desde logo, avalia a necessidade de assegurar a coesão territorial no desenho e aplicação das políticas de acesso e de ação social no ensino superior e, em segundo lugar, recomenda à tutela a adoção de medidas que salvaguardem estas IES do Interior, através do aumento das vagas e de a avaliação concreta dos efeitos territoriais destas medidas. –*

6 - *Aproveito para concluir que é uma moção que procura o equilíbrio, não rejeita de maneira nenhuma a ação social, mas exige que seja compatível com a coesão territorial e que afirma, de forma clara, que o ensino superior é um instrumento central na Covilhã e no Interior do país.*” (**Doc.13** com as alterações introduzidas durante a leitura do mesmo) -----

--- Não havendo intervenções e colocado à votação, a presente **Moção pela Coesão Territorial no Acesso ao Ensino Superior – Salvaguarda das IES do Interior e Correção de Assimetrias nas Regras de Vagas e Bolsas (Ano letivo 2026_2027)** foi **aprovada por maioria com 38 votos a favor (PS, MIPP, PCP e DMI) e 10 abstenções (PSD, CDS-PP, CHEGA e Dr. Bruno Madeira Redondo (Peso)).** -

Não votou o Senhor Prof. Vítor Barata Fernandes (Barco) por se encontrar ausente da sala. -----

--- Foram feitas as seguintes **Declarações de Voto:** -----

- **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP):** “O CDS – Partido Popular absteve-se nesta moção por entender que a moção em si não diz nada com que se possa discordar, mas acho que peca por uma confusão de conceitos que acho que não pode ser passado em claro. -----

São duas questões: -----

- 1 - É a questão efetivamente destas alterações do sistema das instituições do ensino superior – maior autonomia nas instituições. Recordar aqui que ficou esta limitação dos 5% por imposição do Conselho de Reitores porque a proposta do Governo ia além disto. Referir que, de facto, existia esta intenção do Governo em dar mais poder às instituições do ensino superior para terem mais vagas, caso assim o entendessem; -----
- 2 - A outra parte tem a ver com a questão do apoio social e da atribuição de bolsas de estudo. Esta alteração com a questão da coesão territorial tem a ver com outra questão que, se calhar, esta moção ficou aquém. Não está cá. É que, de facto, a coesão territorial faz-se com a competitividade, com a atratividade dos territórios por estas pessoas. No que diz respeito aos apoios sociais, é evidente que esta ponderação do custo de vida local, quanto a nós, é uma vantagem porque vem respeitar o princípio da igualdade no que diz respeito ao acesso ao ensino superior. Somos todos iguais. É tratar o igual como igual e o diferente como diferente. Não podemos estar de acordo em que um estudante que vá estudar para um local onde tenha rendas de 500 € o apoio seja o mesmo a de um estudante que vá para um local onde as rendas médias sejam 200 €. -----

A abstenção do CDS aqui tem a ver com esta confusão que a moção tem como pressuposto, sem discordar efetivamente com todos os princípios que aqui estão que são válidos e que são aplicáveis a todos os governos, mas não deixam de ser generalidades que depois não têm concretização e esquecem, sobretudo, qual é que é o papel do Município nesta atratividade e neste desenvolvimento local que promova esta coesão territorial.” -----

- **António Maria Proença Petrucci do Lago Saraiva (PSD):** “O Grupo Municipal do PSD absteve-se nesta moção, não querendo dizer que não nos identifiquemos com partes da mesma, mas não com a sua totalidade. -----

Consideramos que a coesão territorial, especialmente no ensino superior, é algo muito importante, especialmente para a nossa região dada a Universidade da Beira Interior, mas isso não quer dizer que nos identifiquemos com as soluções que foram propostas nesta moção. -----

Além disso, consideramos que também pode e deve partir do Executivo Municipal tornar a Covilhã uma cidade mais atrativa, mais acessível e com mais condições para os estudantes, quer daqui quer de fora, estudarem. -----

A razão da nossa abstenção é esta.” -----

2.5.13 – Moção Pela Correção das Verbas Atribuídas às Freguesias Desagregadas pelo OE 2026

“Com as eleições do passado dia 12 de outubro, e com as tomadas de posse subsequentes, concretizou-se, por fim, uma justa reivindicação de centenas de freguesias portuguesas, sendo-lhes restituída a autonomia autárquica e permitindo assim às suas populações elegerem órgãos próprios que, com maior proximidade da realidade local, estarão certamente mais capacitados para responder às necessidades e pretensões das suas comunidades. -----

Tendo este processo de desagregação de freguesias sido apoiado por uma larga maioria na Assembleia da República, inclusive pelo principal partido do governo, cumpre agora dar as condições necessárias às novas freguesias para realizarem um trabalho profícuo em prol dos seus fregueses, relevando o seu papel único de representação do Estado no território nacional. -----

No entanto, analisada a proposta de Orçamento de Estado do governo para 2026, na qual constam as verbas a transferir para as Juntas de Freguesia no âmbito do Fundo de Financiamento das Freguesias (FFF), sobressai uma incompreensível injustiça para com as freguesias recentemente criadas, prejudicando-as de sobremaneira relativamente às restantes Juntas. No Mapa 13 do OE 2026, no qual surgem discriminados os montantes atribuídos a cada freguesia, é possível verificar que as freguesias desagregadas são bastante prejudicadas no total de transferências que lhes é designado, tal resultando do método de cálculo utilizado para aferição do valor de “Adicional” (nº 8 do artigo 38º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais). -----

O facto deste “Adicional” ser calculado para a freguesia agregada, distribuindo posteriormente este valor pelas freguesias resultantes da desagregação, leva a uma gritante injustiça na distribuição das verbas, criando graves desigualdades que inclusive colocam Juntas de Freguesia em situação de total asfixia financeira. -----

Quando legalmente o cálculo do FFF apenas tem por critérios a densidade populacional, o número de habitantes e a área das freguesias, não é compreensível que cheguemos ao ponto de, até dentro do mesmo concelho, haver freguesias (desagregadas) que têm maior densidade populacional, maior número de habitantes e maior área que outras freguesias, mas que ainda assim lhes sejam atribuído, em comparação, um valor dezenas de milhares de euros inferior. -----

Estando em crer que o Governo não pretende penalizar as freguesias recém-criadas na sua capacidade de funcionamento, com influência no serviço prestado às populações, urge corrigir esta inaceitável incongruência presente no Orçamento de Estado apresentado. -----

Desta forma, a Assembleia Municipal da Covilhã vem exortar o Governo a proceder à correção da grave injustiça patente na atribuição de verbas às freguesias pelo Orçamento de Estado de 2026, instando à revisão do método de cálculo das verbas adicionais a distribuir pelas freguesias, por forma a conferir a todas as freguesias do país, independentemente de haverem sido recentemente desagregadas, um tratamento equitativo e justo que permita, a todas elas, cumprirem a sua importante missão junto das respetivas comunidades. -----

*Em caso de aprovação, do teor desta moção deve ser dado conhecimento ao Governo, através do Ministro de Estado e das Finanças e do Ministro Adjunto e da Coesão Territorial, à DGAL (Direção-Geral das Autarquias Locais), à ANAFRE e aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República.”
(**Doc.14** proposto pelo Grupo Municipal do PS) -----*

--- Ainda sobre a questão do envio da convocatória e da documentação o Senhor **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (PCP)** disse que, “como é evidente, as correções e as distorções têm de ser resolvidas, mas reafirmar aqui aquilo que também já aqui foi dito em relação à questão da convocatória e da aceitação das propostas de deliberação enviadas. -----

Aquilo que penso é aquilo que defendo que, de facto, não foram cumpridos os prazos ou pelo menos houve desconformidade em relação àquilo que foi dito e foi indicado pela própria Mesa que indicou que era até às 15h00 do dia 23 e ponto. Penso que é compreensível porque 24 foi vésperas de Natal e dia 26 também houve prorrogação. As coisas acontecem no sábado. -----

Isto revolta-me mais a mim porque já tive uma proposta de deliberação que entreguei fora de prazo e o Partido Socialista não a aceitou. Hoje que fique registado salientando o facto que todas as bancadas aceitaram as propostas do Partido Socialista entregues fora do prazo.” -----

- O Senhor **Eng.º Pedro Miguel de Melo Bernardo (PS)** questionou se a Ordem de Trabalhos não tinha sido votada e aprovada por unanimidade no início da Assembleia. -----

- O Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia** registou a intolerância do Senhor Deputado Prof. Vítor Manuel Reis Silva. “É contra a tolerância que lhe é concedida na maior parte das vezes.” -----

- O Senhor **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP)** fez “uma interpelação à Mesa, no sentido claro de que as maiorias têm a opção, representam o que representam, mas sobretudo têm a responsabilidade de respeitar. Só se respeita quem se dá ao respeito ou só tem direito ao respeito quem se dá ao respeito e acho que estas coisas temos que ser claros nisto. -----

Da parte da oposição, não temos problemas nenhuns em discutir quaisquer moções. Aquilo que está aqui em causa é uma coisa muito simples que é uma alteração de critérios da Mesa que não

é comunicada às restantes bancadas porque, se há alteração ao momento da entrada das moções porque é que isto não foi comunicado a todas as bancadas?” -----

- O Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** respondeu que “podia ter muita razão”, mas esclareceu que, no início da sessão, tinha colocado à votação a Ordem de Trabalhos e ninguém falou sobre esta questão. -----

--- Sobre a Moção em concreto, foram intervenientes: -----

- **Dra. Ana Maria Puebla Simões (PSD)**: “Questionava o Senhor Presidente da Câmara e a maioria socialista se, perante esta situação que invocam na moção de haver assimetrias e desigualdades, não há nenhuma medida concreta que esta Câmara, com maioria, consiga apresentar a esta Assembleia para mitigar esta situação.” -----

- **Eng.º João Manuel Flores Casteleiro Alves (PS)**: “Só para termos uma melhor noção do que está em causa, estamos a falar de mais de 200.000 € que são devidos ao conjunto de freguesias desagregadas só no Concelho da Covilhã. São cerca de 10.000 a Casegas, cerca de 20.000 ao Peso e ao Barco, cerca de 27.000 a Vila do Carvalho e a Cantar-Galo, 30.000 aos Vales e a Coutada e 40.000 ao Ourondo. -----

A título de exemplo, o Dominguiço, que não passou pelo processo de desagregação, já é uma Freguesia historicamente prejudicada pelo método cálculo do FFF que, devido à pequena área da Freguesia, era até aqui a Freguesia da Covilhã que menos valor recebia, apesar dos quase 1000 eleitores. Ora, quando já existia esta injustiça para com a Freguesia do Dominguiço, verificamos agora existirem freguesias com maior área, mais eleitores que o próprio Dominguiço, como é o caso de Cantar-Galo e da Vila do Carvalho, receberem menos de dezenas de milhares de euros ao ano. Percebemos que, no caso das freguesias desagregadas, a injustiça atingiu um grau para lá do aceitável. -----

Quando os únicos critérios para o apuramento do FFF são área, densidade populacional e habitantes é totalmente incompreensível existirem novas freguesias que superem outras em todos os critérios e recebam um valor menor do Estado Central. -----

Este é um problema que urge resolver. Cabe ao Governo fazê-lo rapidamente. As verbas são do Orçamento de Estado e quem tem essa obrigação, perante a Lei, é o Estado e não o Município. Cabe ao Governo fazê-lo rapidamente, sob o risco de asfixiar financeiramente as freguesias desagregadas, não lhes conferindo condições para cumprirem com a sua missão em defesa das suas populações.” -----

--- Colocada à votação, a presente **Moção Pela Correção das Verbas Atribuídas às Freguesias Desagregadas pelo OE 2026** foi **aprovada por maioria com 45 votos a favor (PS, PSD, MIPP, PCP E DMI) e 04 abstenções (CDS-PP e CHEGA)**. -----

--- Foi feita a seguinte **Declaração de Voto**: -----

- **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP)**: “O CDS – Partido Popular absteve-se nesta votação desta moção por discordar de uma questão essencial. Resulta da moção que isto é uma crítica ao Governo. Isto é uma incumbência não do Governo e, portanto, penso que há aqui alguma coisa que não está a ser bem interpretada porque efetivamente, quando a desagregação das freguesias foi aprovada na Assembleia da República e o Orçamento de Estado que deveria alterar as condições, os critérios e os financiamentos que estão tão em causa, é da competência da Assembleia da República. Sabemos que a Assembleia da República tem a composição que tem e aquilo que não se vê é que não podemos imputar ao Governo uma responsabilidade que não é dele. E, portanto, acho que aquilo que estamos aqui a fazer com esta moção é, de facto, imputar a um órgão incompetente para decidir sobre esta matéria e é por essa razão que, concordando com as necessidades e penso que é uma situação que terá de ser obviamente corrigida nomeadamente para estas novas freguesias, para as freguesias desagregadas. -----

Mas isto não é um problema das freguesias desagregadas. É um problema de todas as freguesias, todos os municípios e do próprio peso do Interior que tem muito a ver com esta questão que efetivamente não está devidamente valorada do que é que é o território, do que é que é a população, mas isso é uma discussão de há muitos anos e acho que deve ser encaminhada para o local próprio.” -----

3. PERÍODO DA ORDEM DO DIA

3.1 - DEBATE ENTRE GRUPOS MUNICIPAIS

--- Nos termos do artigo 49.º do Regimento da Assembleia Municipal da Covilhã, o Grupo Municipal do PS indicou para discussão o tema “*Requalificação do espaço urbano*”. -----

--- O Deputado Municipal **Eng.º Pedro Miguel de Melo Bernardo (PS)**, após cumprimentar todos os presentes, fez a seguinte apresentação do tema: -----

“Antes de passar à intervenção que aborda a temática, permita-me, em nome da bancada do Partido Socialista e reforçando aquilo que foi o manifesto do meu colega Nuno Fazenda, parabenizar e desejar um mandato. Dentro desta “Casa”, que seja produtivo do ponto de vista do debate de ideias, que seja leal, que seja coerente, que seja produtivo para aquilo que é a nossa missão que é servir os Covilhanenses. Desejo, por isso, não só as boas vindas àqueles que chegam agora. É bom renovar algumas caras que aqui vejo, mas também não só os Presidentes de Junta de Freguesia que também aqui iniciam funções na Assembleia Municipal e que iniciaram funções pela primeira vez dentro das suas freguesias, mas também reconhecer aquilo que é o trabalho desenvolvido por quem cessou funções no passado mês de outubro. Quero com isto dizer que não só reconhecer, mas também salientar aquilo que foi o espírito democrático que vivemos nos

últimos quatro anos, apesar das diferenças e apesar daquilo que foram a substância nas soluções que foram apresentadas à Covilhã. Por isso, mais uma vez, não só dou os parabéns, mas também agradeço o serviço aos Covilhanenses por quem cessou funções no passado mês de outubro. -----

Do debate, a reabilitação do espaço urbano é um dos pilares fundamentais para o desenvolvimento de qualquer município. -----

No caso da Covilhã, este tema assume particular relevância e exigência, não apenas pela nossa orografia, mas também pela necessidade de garantir que o território responda aos desafios atuais e futuros num balanço de respostas de um concelho apostado em cativar e reter os mais jovens e cuidar dos mais idosos na construção de um concelho de futuro, preservando a nossa identidade coletiva. -----

O espaço urbano não é, por isso, apenas um cenário onde decorre a nossa vida enquanto comunidade. É um instrumento ativo de qualidade de vida e, por isso, da atratividade, inclusão social, mobilidade, sustentabilidade ambiental e competitividade territorial que o Partido Socialista assume como uma das prioridades para o mandato que agora iniciamos. -----

Por estas razões, hoje trazemos à primeira Assembleia Municipal deste mandato, um debate sobre a reabilitação do espaço urbano num desafio que propomos, a todos os que a constituem, que de forma construtiva sejam apresentadas soluções realistas e de como as implementar, não só na cidade, mas também nas nossas freguesias. -----

Nos últimos anos, a Covilhã tem registado avanços importantes na reabilitação urbana de forma integrada entre sector público e privado na procura de dar resposta a diversos objetivos prioritários para o concelho, nomeadamente a requalificação e qualificação do espaço público, a reabilitação de edifícios devolutos, a valorização do património edificado, bem como a promoção de mobilidade sustentável e de acesso a todos e a todas. Exemplos práticos destes objetivos são muitos que mereceram um investimento direto de milhões de euros por parte do Município ao longo dos últimos anos, mas também de forma indireta na promoção e incentivo ao investimento privado, bem como no apoio às nossas freguesias. -----

Entre os inúmeros exemplos promovidos pelo Município que poderia aqui trazer, destaco a reabilitação da Avenida Frei Heitor Pinto e da Rua da Indústria, a reabilitação do edifício que hoje é o Museu da Covilhã, bem como a reabilitação do Teatro Municipal da Covilhã, a política de reforço dos incentivos à reabilitação urbana dentro e fora das áreas ARU ou ainda a Estratégia Local de Habitação em execução. -----

Mas destaco ainda os bons exemplos que as nossas Freguesias desenvolvem na sua ação diária, como são exemplo a requalificação do Olival da Fonte em Orjais, o Centro Interpretativo Mineiro, o Centro Interpretativo do Brulhão, entre tantos outros exemplos de menor dimensão, do muro ao passeio, mas de essencial importância na qualificação do espaço público que as Uniões e Juntas de Freguesias promovem junto das suas populações. -----

Se muito já foi feito, é certo que muito ainda há por fazer. Como referi no início da minha intervenção, no Concelho da Covilhã este tema assume particular exigência na sua ação prática. No entanto, se existe a lição aprendida ao longo do tempo, é que apenas em conjunto, Município e privados, Município e Freguesias ou ainda Município e associações é possível dar resposta aos

desafios da reabilitação urbana. -----

Para que o passeio degradado deixe de ser problema é necessário um trabalho conjunto e de proximidade entre Município e Juntas de Freguesia. -----

Para que o património devoluto seja reabilitado é necessário procurar respostas concertadas entre Município e privados. -----

É por isso que o Partido Socialista assumiu na sua campanha eleitoral a ambição na construção de uma Covilhã com futuro, sendo que a reabilitação urbana assume particular relevo na construção de um concelho renovado, funcional, verde e humanizado, por isso reconhecendo total confiança e capacidade no Executivo Municipal para que assim se concretize.” -----

--- Foram intervenientes os Deputados Municipais: -----

- **António Maria Proença Petrucci do Lago Saraiva (PSD):** “Quanto à requalificação urbana, há quatro pontos em que nos devemos debruçar: as estradas e vias pedonais; as escolas; os parques e ribeiras; e a habitação. -----

Em relação ao primeiro ponto das estradas, consegui identificar, não com grande dificuldade, algumas vias e troços, tanto de estradas como pedonais, que se encontram bastante degradados, nomeadamente: na Rua Pinhal do Gaiteiro junto ao José Campos Melo onde há um buraco enorme que já é conhecido e que se tem vindo a degradar ainda mais ao longo dos últimos tempos e que é necessário resolver porque começa a representar um perigo para as pessoas que ali circulam; a estrada do Casal da Serra que é uma promessa antiga do anterior Executivo e que até hoje nunca saiu do papel; as estradas e passeios no Bairro da Biquinha, junto ao Largo de São José quando subimos em direção ao Calvário, junto à Tinturaria, quando se sobe para a Fonte Santa; no Bairro Municipal, junto ao campo das festas; no eixo TCT, um eixo fundamental que, neste momento, não tem condições de verdadeira utilidade em segurança. Além disso, a ligação viária da Tinturaria que passa por cima da ribeira da Goldra encontra-se, neste momento, encerrada devido ao risco de queda. -----

Em relação às escolas, na Boidobra existem falta de salas e de um espaço coberto para a prática desportiva. No Canhoso existem falta de salas e acontece alunos terem aulas em contentores. Na Escola do Rodrigo há uma visível degradação do interior do edifício e no Ferro existe a falta de um refeitório para as crianças. -----

Em relação aos parques e ribeiras, é urgente uma limpeza das ribeiras da Goldra e da Carpinteira, tanto do ponto de vista ambiental como do ponto de vista estético, em especial para quem nos visita. O Parque da Goldra, na minha opinião, não deve ser apenas requalificado, tem de ser repensado. Pode ser repensado nomeadamente para a prática desportiva, devido a uma certa falta de algumas infraestruturas desportivas na sede do Concelho e, além dessa requalificação, deve ele ser pensado de outra maneira para que tenha mais utilidade até na ligação entre a parte alta e a parte baixa da cidade. -----

Indo ao último ponto e ao ponto, na minha opinião, mais importante, o ponto da habitação. Na Covilhã necessitamos de mais habitação social e de habitação a rendas controladas. Pode a Câmara

Municipal requalificar imóveis devolutos ou degradados do Município ou criar também, a par de um programa de incentivos para a requalificação de imóveis. -----

Quanto à habitação social, acho que o mais importante é não segregar, não colocar as pessoas em habitação social todas em conjunto, recuperar edifícios no centro da cidade nomeadamente e utilizar essas casas para habitação social. -----

Quanto à habitação a rendas acessíveis, no Orçamento não vem absolutamente nada. Vem apenas um programa de apoio do acesso à habitação que é o 1.º Direito, mas o 1.º Direito é apenas um programa de habitação social e não de habitação a rendas controladas e sinto que é só uma lacuna que temos urgentemente de preencher. -----

Retornando à parte das estradas, a inscrição no Orçamento da pavimentação da área urbana da Grande Covilhã encontra-se apenas nos 50.000 € que penso que é manifestamente insuficiente para essa requalificação necessária. -----

Quanto à requalificação do Parque da Goldra, estão inscritos 220.000 €, se não estou em erro, e gostava de questionar o que é que está pensado para fazer no Parque da Goldra. -----

Termino considerando que não basta requalificar. É necessário um projeto a longo prazo para pensar melhor a nossa malha urbana. Não chega requalificar. É necessário trazer investimento, emprego e fixar jovens para termos uma cidade mais atrativa, mais limpa e mais acessível. -----

Aproveito também para desejar a todos um feliz 2026, umas boas entradas e que seja um ano de muito trabalho para todos nós e em especial para o Senhor Presidente da Câmara e para o Executivo. Espero também que seja um ano de muitos sucessos para a Covilhã.” -----

- **Prof. Doutor José Carlos Páscoa Marques (MIPP):** “A cidade da Covilhã e espaços urbanos interligados formam uma cidade presépio que urge embelezar, mas também tornar funcional e com qualidade de vida para todos os que nela vivem ou a visitam. -----

A falta de visão integrada tem dado origem à formação de vazios urbanos que necessitam de ser integrados no espaço urbano e apropriados pelas pessoas. Este é um elemento essencial para garantir a melhoria da qualidade de vida dos habitantes – o nosso objetivo último. -----

É importante garantir uma mobilidade para todas as idades entre as várias zonas da cidade, reduzindo a fragmentação e a desconexão, integrando a convivência dos vários estratos sociais da sociedade, eliminando os guetos. Uma cidade que une tem mais energia. -----

Entre essas zonas de fragmentação têm surgido também vazios urbanos por falta ou abandono de infraestruturas existentes – jardins, parques ou até pela existência de espaços devolutos. -----

A UBI tem um Curso de Arquitetura que tem desenvolvido trabalho em diferentes municípios do país. É urgente ativar este recurso, solicitando-lhe um projeto global e, posteriormente, projetos setoriais. -----

Uma requalificação dos espaços urbanos não se pode fazer sem ter uma visão integrada para todo o conjunto urbano. Onde estamos, para onde vamos e como vamos. Desde o Polis e o Plano de

Urbanização da Grande Covilhã que passámos a planear ao biscate. A sustentabilidade tem de ser um elemento de ligação. -----

Os espaços verdes com rega por gravidade, os jogos de água tão úteis no Verão são um cartaz de uma cidade de montanha com um forte toque de contemporaneidade. Não podemos esquecer a manutenção e recuperação das ribeiras e permitir que a população delas usufrua com percursos pedonais e corredores verdes urbanos. Mas as infraestruturas, entre elas os parques, não podem ser deixados em suspenso (quais jardins suspensos da Babilónia), alguns em regime de semiabandono. É essencial garantir a sua apropriação pelos cidadãos. -----

Os nossos espaços urbanos têm de ser funcionais de forma a contribuir para a melhoria da qualidade de vida. É essencial garantir espaços de estacionamento em zonas habitacionais onde existem espaços devolutos e vazios e onde os automóveis se amontoam em passeios por falta de planeamento. -----

É urgente fazer um estudo para toda a cidade que permita conhecer a quantidade de automóveis que a integra e a efetiva necessidade de estacionamento. Os rácios para um prédio de habitação familiar são completamente diferentes dos rácios para o mesmo edifício ocupado por estudantes, onde cada um tem o seu carro. Não devemos estigmatizar. Devemos integrar. -----

A nível da infraestrutura viária, é importante refazer os estudos sobre as diferentes vias, nomeadamente identificando-as em função da sua velocidade média de circulação, promovendo percursos de circulação para quem visita a Covilhã e a sua zona urbana. Uma cidade de montanha e de turismo tem de mostrar a quem nos visita a boa qualidade de vida, um convite a juntarem-se a nós e a viver com qualidade numa cidade de pessoas felizes. -----

Em alguns aspetos, a nossa cidade parece viver ainda no regime romano da Via Cardo Norte-Sul e Decumano Leste-Oeste. E não estou a brincar! É mesmo assim, sendo tudo o resto um emaranhado fractal. -----

É importante trazer as pessoas para a rua, seja para simples fruição da natureza que envolve o espaço, seja para o convívio ou o comércio. Os espaços comerciais em espaço urbano estão pulverizados pela cidade e os comerciantes entregues à sua sorte. Todos os aglomerados urbanos de referência possuem zonas comerciais que são acarinhadas pelos executivos municipais. As cidades ganharam esse nome quando passaram a oferecer esses serviços. Sem isso, não há cidade. Os municípios têm essas expectativas e os visitantes vêm com o sonho de as encontrar. -----

Há todo um potencial e espaço de futuro possível. Há que aproveitá-lo. É importante usar instrumentos como o IMI, o ARU cuja área deve ser expandida, assim como outros a criar para conseguir mobilizar os municípios para a reabilitação urbana. -----

Mas a requalificação urbana é muito mais do que reabilitação. A requalificação urbana necessita de uma ideia global multidisciplinar para toda a cidade e espaços urbanos. Não basta colocar chips e eletrónica nos semáforos para dizer que somos uma *smart city*. Antes de *smart* da esperteza dos chips, precisamos da inteligência das pessoas e de pensar a cidade globalmente. Faça acontecer, Senhor presidente.” -----

- **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP):** “Penso que teríamos um bom princípio. Considerando as moções e aquilo que existe, a necessidade deste processo de transformação do espaço urbano que envolve a execução de obras de conservação, recuperação, adaptação de edifícios e de espaços urbanos com objetivos de melhorar as condições de uso e de habitabilidade, preservando o carácter fundamental dos locais é, de facto, aquilo que se pretende que uma câmara faça. Era aquilo que estaria à espera que o PS viesse aqui dizer do que pretende, de facto, para a Covilhã, para a reabilitação urbana da Covilhã e dos espaços urbanos da Covilhã e não só da Covilhã, mas de todas as freguesias que fazem parte do Concelho da Covilhã. -----

Estamos no início do mandato. Se fosse algum dos outros concorrentes que aqui estamos a falar, podíamos estar aqui com algumas dificuldades em perceber ou pelo menos teríamos que dar margem de manobra e de tolerância para haver adaptação, de haver promoção e de haver propostas concretas nesta matéria. -----

Aquilo que vemos é que estamos a fazer o mesmo erro do passado que é dizer que estamos a fazer tudo bem, que estamos a investir, que já fizemos tudo bem e que estamos a continuar a fazer tudo bem, quando na verdade aquilo que vemos é a realidade inabalável de todos os dias, de quem todos os dias anda e passeia na Covilhã e constata que os passeios estão na situação em que estão e os espaços verdes nem sequer se fala. Até no cuidado da limpeza das estradas é daquelas coisas que choca ao olho toda a gente que passa, a quantidade de folhas com que ficam dias e dias a amontoarem-se nas estradas e nas ruas do concelho. -----

Mas a verdade é que o espaço urbano na Covilhã é tratado desta forma displicente e desconsiderada. -----

Quando aqui foi proposto este tema para debate municipal, estava à espera em concreto, e espero que ainda venha a acontecer até ao final deste debate, que o PS diga qual é que é a ideia que têm para a Covilhã, qual é que é a ideia que têm para a reabilitação urbana. -----

Quando vejo o Orçamento e olho para a reabilitação urbana que está prevista e que consta do Orçamento, que aqui vamos votar daqui bocado, é uma coisa tão vaga, tão genérica, tão sem nexo que fico preocupado em saber o que é que se pretende com isto. -----

Uma das coisas que acho é que não podemos começar as casas pelo telhado e as coisas básicas que acho que temos que olhar são duas situações muito simples e muito óbvias que é o estado das estradas e o estado dos passeios. Nós inclusivamente propusemos que, pelo menos, se faça um levantamento e uma calendarização de intervenções para que os cidadãos possam saber o que é que esperam da Câmara e nem isso é aceite. É reconhecido que tem que ser feito e, portanto, como diz o Povo “de boas intenções está o inferno cheio”. -----

Espero que este novo Executivo não continue na senda do anterior, de dizer que é amanhã, que é depois, que vamos fazer coisas tudo muito bem, mas depois é uma mão cheia de nada. Espero que me engane e espero que me desengane, Senhor Presidente.” -----

- **Francisco José das Neves Farias (CH):** “Em relação a este tema, temos a abordar o seguinte. Na Covilhã, a requalificação urbana é uma espécie de regurgitação cívica. Todos acreditam nela,

poucos compreendem e quase ninguém vê planeamento concretizado. É anunciada com solenidade, inaugurada com fita e tesoura e esquecida logo a seguir até à próxima obra. -----

Requalificar na Covilhã significa sobretudo escavar. Escava-se com fé, como quem procura petróleo, mas encontra sempre o mesmo: tupo antigos, pedras históricas e um trânsito em coma induzido. A cidade transforma-se num museu arqueológico a céu aberto, onde cada buraco conta a história de um projeto anterior que também prometia revitalizar o centro urbano. -----

Os passeios ganham novas pedras escorregadias no inverno e incandescentes no verão e escolhidas com um carinho especial porque nunca teve de subir a pé da Anil até à Universidade. As rampas aparecem onde ninguém passa e desaparecem onde fariam falta numa coreografia subtil entre acessibilidade e desafio físico. Afinal, viver na Covilhã também em manter a forma. -----

As praças requalificadas ficam modernas, isto é, iguais a todas as outras do país – bancos minimalistas onde não se pode deitar, árvores recém-plantadas com a esperança da sombra em 2047, iluminação contemporânea que tanto serve para romantizar a noite, como para garantir que ninguém fica lá muito tempo. -----

O espaço público é devolvido às pessoas desde que as pessoas não façam demasiado uso dele. Tudo isto é acompanhado por discursos cheios de palavras como sustentabilidade, dinamização e visão estratégica. Estratégica, sem dúvida, é a capacidade de requalificar a mesma rua de cinco em cinco anos, mantendo viva a economia das obras e a memória curta dos eleitores. -----

A cidade muda para que tudo fique essencialmente igual, apenas com mais sinalização provisória. No fim, a Covilhã continua bela, teimosa, inclinada geograficamente e politicamente. Enquanto houver uma rua para abrir, uma rotunda por repensar ou um largo por valorizar, haverá sempre futuro porque na Covilhã a requalificação urbana não é um meio para melhorar a cidade, é um fim em si mesma. -----

Um dos maiores problemas é que as requalificações são feitas na rua ou de edifício em edifício sem uma visão urbana global. As consequências: espaços requalificados rodeados por zonas degradadas; falta de continuidade urbana; melhoria estética sem impacto estrutural no bairro (exemplo típico a requalificação da via da Avenida Frei Heitor Pinto, enquanto a rua secundária próxima continua ainda degradada); foco excessivo no espaço físico pouco social, pavimentos, fachadas, iluminação, mobilidade. Consequências: Bairros qualificados, mas sem vida; continuação do abandono habitacional; falta de comércio local e serviços (exemplo – Centro Histórico”; edifícios reabilitados coexistem com casas devolutas; população envelhecida e fraca dinâmica económica. -

Reabilitação e fixação da população. A Covilhã sofre de perda demográfica, envelhecimento populacional e êxodo de jovens. A requalificação urbana não tem sido suficiente para fixar novos residentes. Programas associados: casas reabilitadas ficam vazias, uso temporário, alojamento estudantil ou turístico e falta de políticas habitacionais complementares (exemplo – Intramuralhas, Judiaria e melhoria do espaço urbano sem repovoamento efetivo. -----

Desigualdade em concentração e outros que permanecem esquecidos – A Covilhã tem um forte legado industrial de lanifícios e uma requalificação urbana nem sempre integra esse património de forma consistente. Consequências: fábricas abandonadas e espaços sem função urbana; perda da

identidade local (exemplo – Antigos edifícios industriais sem reabilitação funcional contínua, apesar do potencial cultural, habitacional e criativo). -----

Muito podia aqui dizer. Deixo estas simples palavras: que a requalificação urbana, na pessoa do Senhor Presidente, seja uma realidade neste mandato e que assim pudéssemos ver novas melhorias nesta cidade.” -----

- **Doutora Mónica Cristina Cerqueira Ramôa (PCP):** “Quando falamos de requalificação do espaço urbano, temos de ser claros desde o início. Requalificar para quem? Porque não há neutralidade no planeamento, nem no urbanismo. Cada rua, cada praça, cada obra é uma escolha política e, na Covilhã, essa escolha tem de ser feita a partir da vida real das pessoas. -----

A Covilhã e o seu Concelho não é um cenário, não é um produto. É uma cidade feita de vidas. A cidade não é neutra. A cidade toma partido. Cada rua, cada prédio reabilitado, cada bairro esquecido ou cuidado diz-nos quem importa e quem pode ser descartado. -----

Quando falamos de requalificação do espaço urbano, não falamos apenas de obras. Falamos de como se vive, de quem fica e pode ficar e de quem é empurrado para fora. -----

A Covilhã é uma cidade construída com esforço, com trabalho duro, com indústria, com resistência e luta, mas hoje é também uma cidade onde há casas vazias e pessoas sem casa digna, onde há prédios degradados e vidas inteiras a resistir dentro deles. E sejamos claros, não há requalificação urbana enquanto houver frio dentro das casas, enquanto houver humidade nas paredes e escadas impossíveis para quem envelheceu, rendas que expulsam sempre quem aqui viveu. -----

Requalificar o espaço urbano não é valorizar o metro quadrado. É valorizar a vida. É dizer que a habitação é um direito e não um ativo financeiro. É dizer que reabilitar não é despejar. É dizer que melhorar não pode significar excluir, como já aconteceu em muitas outras cidades. -----

Queremos bairros vivos e não um centro histórico anacrónico. Queremos ruas habitadas, não uma cidade para consumo rápido. Queremos uma cidade onde quem envelhece não é empurrado para a margem, onde quem estuda encontra futuro, onde quem chega encontra lugar digno. -----

Requalificar espaço urbano é cuidar das ligações também, ligações entre bairros e serviços, entre freguesias dentro das próprias freguesias, entre casa e trabalho, entre a Universidade e a cidade real, cuidar das ligações entre a cultura e desporto e as pessoas. É garantir mobilidade como direito, transporte público digno, ruas onde andar a pé não seja um ato de coragem. É aceitar que a topografia não é desculpa para a desigualdade. É olhar para os lanifícios não como ruínas bonitas, mas como memória do trabalho e matéria-prima de futuro coletivo, habitação acessível, cultura, economia solidária e vida. -----

Nada disto é técnico. Tudo isto é político porque requalificar o espaço urbano é escolher entre uma cidade para poucos e uma cidade para todos. Nós escolhemos o lado de quem vive aqui, de quem trabalha, de quem resiste, de quem quer ficar, de quem para cá queira vir. -----

A cidade não se pode vender. A cidade constrói-se em comum. Requalificar a Covilhã é devolver a cidade às pessoas. No fundo, é o futuro a construir-se hoje. É esse futuro que escolhemos. Um futuro onde a cidade melhora sem expulsar, onde a transição climática reduz desigualdades, onde

o espaço público é um lugar de encontro, de cuidado e de pertença, onde viver na Covilhã não seja um plano B, mas uma escolha digna.” -----

3.2 APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO

--- Foi presente informação escrita do Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal que faz parte integrante da presente ata, ficando, para os efeitos legais, arquivada em pasta própria. -----

--- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** abdicou do seu tempo para apresentação do assunto. -----

--- Foram intervenientes os Deputados Municipais: -----

- **Dr. Jorge Ricardo Gouveia Viegas (Cortes do Meio):** “Queria fazer duas questões ao Senhor Presidente. -----

Uma tem a ver com o ponto de situação do projeto de postos de carregamento elétrico. A Junta de Freguesia de Cortes do Meio já praticamente um ano que deu indicação do local para a colocação do posto de carregamento e, até este momento, não temos nenhuma novidade sobre essa situação. Portanto, gostaríamos de saber o ponto de situação até porque, sendo a Junta de Freguesia gestora da rede de energia, ainda é mais fácil instalá-lo na Freguesia de Cortes do Meio do que em qualquer outra freguesia. -----

Depois gostava também de perceber qual é que é o ponto de situação da estrada de ligação entre o Miradouro do Alto dos Livros e a Nacional 339. Se bem me recordo, aqui numa das últimas assembleias, estando aqui ainda a discutir algum período de vigência do mandato anterior, o Presidente da altura disse-me que o concurso seria lançado até ao final do mandato. Terminou o mandato e disse também que, se isso acontecesse, que me retrataria nesta Assembleia. Portanto, gostava de perceber se, efetivamente, o concurso está em marcha e tenho que me retratar ou se, por outro lado, o anterior Presidente mentiu reiteradamente nesta Assembleia.” -----

- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (PCP):** “Tivemos notícia no mês de dezembro que o *Data Center* foi adquirido por uma empresa *Asterion Industrial* e a questão que colocava aqui, em relação ao *Data Center* era se o Imposto Municipal de Transações irá ser pago ou não. Penso que isso não entra nas isenções iniciais em relação ao *Data Center*. -----

Depois a questão relacionada com as isenções fiscais, confirmar com o Senhor Presidente da Câmara se os dez anos de isenção ao nível do IMI penso que caducam ou já caducaram, ou pelo

menos havia cinco mais cinco relacionado com o IMI que é uma receita importante para a Câmara Municipal. -----

Resultando da própria da informação escrita é referido um plano de emergência, de estabilização de solos, taludes e linhas de água após incêndios. Do conjunto das freguesias onde houve incêndios, o Paul não aparece. Portanto, a Freguesia do Paul não aparece na relação das freguesias onde a informação é dada ou pelo menos onde se encontra a implementar esse plano de emergência. -----

Depois questionar sobre a requalificação da Escola Secundária Campos Melo e das Escolas EB 2/3 do Paul e do Tortosendo. Oiço o Senhor Presidente da Câmara falar na requalificação da Escola Secundária Campos Melo e não vi ainda qualquer referência à EB 2/3 do Paul e do Tortosendo muito menos. -----

A questão dos auxílios económicos no ano letivo de 2025/2026 no 1.º Ciclo, questionava o Senhor Presidente como é que os vai entregar, como é que vai fazer chegar os auxílios económicos às crianças do 1.º Ciclo do escalão 1 e 2. -----

Da questão da requalificação da rede viária concelhia, recordar que houve, digamos, intervenções já de 2021 para a concretização da requalificação das estradas na zona Norte e na zona Sul do Concelho e aquilo que verifico é que existe aqui uma intenção de Casegas a Sobral de São Miguel que aparece nos documentos, mas em relação ao troço Ourondo, Ribeira do Brulhão, etc., que são aqueles troços que ainda estão por completar, não aparece qualquer referência. Questionar o Senhor Presidente da Câmara o que é que pensa fazer, se tem algum plano anual ou plurianual para a requalificação das vias municipais. -----

Questionar ainda sobre o ponto da situação da estrada 509, Unhais da Serra – Nave de Santo António e também tinha aqui a referência da estrada de Cortes do Meio que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia já colocou e que também é uma situação pendente. -----

E, por último, a questão do Plano Diretor Municipal que continua por ser revisto. Se possível, fazer o ponto da situação quanto ao procedimento para a sua revisão.” -----

- **Prof. Amadeu Luís Pinto Fragas Alberto (CH):** “Queria colocar aqui uns temas muito específicos e que são preocupantes para os munícipes da cidade da Covilhã. -----

Prende-se com a recuperação das vias rodoviárias. O que é que está planeado para a recuperação das vias rodoviárias e passeios, inclusive passeios na zona baixa da cidade que estão completamente desnivelados, fruto das raízes de árvores, onde a população é envelhecida e já tem dificuldades motoras e que causa um grande perigo público para os cidadãos. -----

Segundo ponto: a luminosidade. O que é que pensa e quais são os contratos que estão assinados e se realmente o contrato está a ser cumprido com rigor – a potência de eletricidade que foi definida, tendo em conta que, na zona baixa da cidade, os moradores queixam-se com a fraca luminosidade, que não conseguem ver de um passeio para o outro lado da rua. -----

Terceiro ponto: a vandalização e a segurança. O que é que está previsto para o ponto de vandalização, se há previsão de como combater a vandalização dos espaços públicos e a segurança da população. -----

Um último ponto: gostávamos de saber como está a situação que foi apresentada ao anterior Executivo relativamente à zona do centro urbano e à zona de bares e de estabelecimentos noturnos que são propícios a desacatos, são propícios a ruído sonoro não permitindo às pessoas descansarem na sua residência. E também a limpeza desses espaços. É engraçado que no ponto anterior estivemos aqui a falar de uma requalificação da Covilhã, mas quando estamos ao ponto de falar numa requalificação, quando nem sequer conseguimos fazer uma limpeza de uma escada, como é o exemplo da escada da Rua Direita para a Rua Rui Faleiro, é preocupante e isso deve ser resolvido para os munícipes.” -----

- **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP):** “A informação escrita preocupa-me. Mais do que as formas e mais que do conteúdo, às vezes a manutenção das formas deveria ser revista, pelo menos, para dizer que alguma coisa mudou, mas não mudou nada. -----

Queria aqui colocar duas questões. A primeira tem a ver com as reuniões de Câmara que já foram realizadas neste novo mandato, designadamente no dia 7 de novembro, no dia 21, no dia 5 e 19 de dezembro e extraordinariamente no dia 22. Tem a ver com a questão da inclusão nas ordens de trabalho das propostas enviadas pelos Vereadores da oposição. Temos conhecimento que o nosso Vereador eleito, Professor Cavaco, enviou propostas atempadamente, cumprindo os requisitos legais. Foram assim atestados pelos serviços da Câmara como sendo legalmente apresentadas. Ainda assim, o Senhor Presidente decidiu ou entendeu não incluí-las na ordem de trabalhos para serem sequer discutidas. Não sei do que é que tem medo ou se, de facto, há aqui algum problema com a interpretação da lei. É que isto não é uma decisão do Senhor Presidente da Câmara incluir estes pontos na ordem de trabalhos. -----

Aquilo que diz a Lei é um poder/dever de incluir as propostas que são apresentadas legal e tempestivamente. A Lei não permite ao Senhor Presidente da Câmara que discricionariamente inclua ou não inclua propostas apresentadas pelos Vereadores da oposição. Isto é, em nosso entender, um muito mau começo do mandato e peço que reveja efetivamente a sua posição o mais rapidamente possível e que, designadamente, na próxima reunião ordinária, inclua as propostas que já foram apresentadas e que, até agora, não há sinal de sequer se poderem vir a ser discutidas. -----

A segunda questão tem a ver diretamente com esta informação escrita, mas não diretamente com a Câmara. Tem a ver com a questão dos processos e dos litígios que podem afetar o Município. ---

Sabemos a extensa lista e a desatualizada lista porque é impossível que um processo seja para contestação um ano, como consta desta lista. Portanto, há qualquer coisa que não está bem nesta informação escrita. Não pode estar bem. Os processos judiciais são processos judiciais e, por muito que nos dê jeito ou que tentemos desse jeito alargar os prazos de contestação, eles não demoram um ano. Portanto, há informação que está perfeitamente desatualizada e peço-lhe também que indique os serviços para, pelo menos, a atualizarem para não termos estas incongruências e estes

absurdos de dizer que os processos estão parados há um ano à espera de contestação, quando não pode ser verdade. -----

Já aqui ouvimos falar nas Águas da Serra, no resgate, nestas coisas todas, mas preocupa-me aqui um processo que deu entrada no Tribunal Administrativo e Fiscal de Castelo Branco no dia 23 de outubro de 2025, em que é autor as Águas da Serra e é réu as Águas da Covilhã, que só tem um valor de 8.060.000 € e que é uma injunção. Ou seja, não é propriamente um processo normal. As injunções são processos específicos que podem ser utilizados em situações e em litígios que dizem respeito a processos de cumprimento de obrigações contratuais com o Estado. O que me preocupa, e peço-lhe esta informação, é saber, porque já andamos aqui a arrastar estas questões dos milhões de euros entre o que é a dívida da AdC com o parceiro privado que já devia ter vindo a esta Assembleia e que não veio, isto tem a ver com isso ou tem a ver com outras questões? Sabe-nos responder?” -----

- **Prof. Doutor José Carlos Páscoa Marques (MIPP):** “A informação prestada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal descreve com detalhe, embora com diferentes níveis de granularidade por serviço, os trabalhos efetuados pelos vários gabinetes e serviços do Município. -----

Sobre a mesma, é importante que sejam prestados alguns esclarecimentos adicionais para que todos possamos apreciar mais cabalmente a atividade ocorrida. -----

Assim, em particular no que se refere ao CIEC – Centro de Inovação Empresarial da Covilhã, um dos elementos da informação e que citamos é *“integração e instalação de novos projetos e empreendedores no CIEC, através da disponibilização de espaços, infraestrutura e suporte administrativo especializado com o fim ao crescimento e desenvolvimento sustentável.”* Não há mais informação. Neste particular urge esclarecer, entre as datas referidas no documento (25 de junho de 2025 e 17 de dezembro de 2025) quantas foram as empresas novas instaladas, quais os seus ramos de atividade e quantos são os novos empresários e colaboradores que estão envolvidos pela primeira vez neste período. Como certamente deve ter essa informação presente, gostaríamos de saber também o número total de empresas instaladas e o número de recursos humanos envolvidos. -----

Finalmente, e numa vertente mais estratégica, gostaríamos de conhecer o pensamento do Senhor Presidente sobre a forma como os vários braços armados do Município se devem articular no domínio da promoção do desenvolvimento económico com óbvios reflexos no desenvolvimento social. Neste caso particular, sobre a necessidade de articulação, de conjugação estratégica e operacional ou não com o Parkurbis e os parques industriais e outros serviços e espaços de que o Município dispõe para diferentes tipos de geometrias deste género. -----

Mais ainda, urge entender o que se entende efetivamente por crescimento e desenvolvimento sustentável do CIEC. Neste caso, refere-se a expansão física, a autossustentabilidade ou sustentabilidade por outras fontes.” -----

- **Mestre Nuno Ezequiel Mendes Pais (PSD):** “Tal como tem vindo a acontecer nos últimos 12 anos, o legado Socialista na Covilhã, apresentações exatamente da mesma forma, uma cidade tímida no

seu desenvolvimento, sem ambição estratégica, sem uma visão mobilizadora para o futuro. Importa dizê-lo com frontalidade política. Não existe uma única obra estruturante de referência, nem nos últimos 12 anos, nem no horizonte dos quatro anos que agora se iniciam. -----

A Covilhã continua à espera, à espera de uma liderança, à espera de coragem política, à espera de decisões que façam a diferença. -----

O documento que hoje analisámos é extenso, tecnicamente organizado, mas politicamente revelador. Revela um padrão que o PSD não pode ignorar e que os Covilhanenses têm direito a conhecer. -----

Até 12 de outubro assistimos a uma concentração evidente de ações, eventos, anúncios e pequenas obras, uma agenda carregada, uma comunicação intensa, uma pressa pouco habitual. Tudo isto, curiosamente, antes das eleições. -----

Depois do dia 2 de novembro, o ritmo muda. A ambição desaparece e o que encontramos é, sobretudo, uma gestão corrente, despachos administrativos, reuniões internas, manutenção do que já existia. -----

Isto não é desenvolvimento, Senhor Presidente. Isto é sobrevivência administrativa. Não confundamos atividade com visão política. Não confundamos volume de páginas com impacto real na vida das pessoas e, desde o dia 2 de novembro até hoje, não vemos um único novo projeto estruturante lançado. Não vemos uma estratégia económica renovada. Não vemos um plano sério para fixar jovens e famílias e não vemos uma coesão territorial a sério. O que vemos é um Município a funcionar em piloto automático. -----

Falemos agora da situação financeira. O documento procura transmitir normalidade, mas o PSD alerta para três riscos claros: -----

- 1º A dependência excessiva de fundos comunitários e financiamento externo sem músculo financeiro próprio para decidir o futuro; -----
- 2º A despesa corrente pesada e rígida que limita qualquer ambição futura do Município; -----
- 3º Investimentos estruturantes sucessivamente adiados, empurrados mandato em mandato, sem calendário, sem compromisso político e sem responsabilização. -----

E, por isso, pergunto: onde está a marca destes 12 anos? Onde está a transformação da cidade? Onde está o salto estratégico da Covilhã? -----

É aqui que o PSD quer ser absolutamente claro e não fazemos oposição por oposição, mas também não faremos o silêncio cúmplice. Teremos um compromisso com os Covilhanenses, com todos e, de uma forma especial, com aqueles que nos confiaram o seu voto. -----

É neste compromisso que se traduz propostas concretas que defendemos um programa municipal de habitação jovem com apoios diretos ao arrendamento e à habitação própria e reabilitação de imóveis devolutos no Centro Histórico e nas aldeias, integrando-os no mercado da habitação acessível. -----

Defendemos um programa médico para todos, com mais médicos de família e unidades móveis de saúde para as freguesias rurais porque a saúde não pode depender de um código postal. -----

Defendemos um passo único da Comunidade Intermunicipal Beiras e Serra da Estrela de preço reduzido e transporte flexível a pedido partilhado para que ninguém fique isolado. -----

Defendemos a revitalização dos parques industriais do Canhoso e Tortosendo com a modernização e ampliação e incentivos às empresas que integrem alunos da UBI com estágios e emprego. -----

Defendemos também o Covilhã Investe com incentivos fiscais municipais em acompanhamento sério ao investidor e defendemos refeições gratuitas para crianças no pré-escolar e 1.º Ciclo, o reforço às IPSS e a descentralização da oferta cultural para as freguesias rurais. -----

Defendemos sem hesitações as obras estruturantes que a Covilhã continua a adiar e este documento explana isso mesmo. A Barragem das Cortes, Parque da Cidade, Passadiços do Zêzere, Centro Cultural, Pavilhão Multiusos, Piscinas Municipais, revitalização do Complexo Desportivo, Parque da Goldra e da Escola da Quinta da Lageosa, estas não são promessas vagas. São compromissos políticos claros que defenderemos sempre. -----

Senhor Presidente, o PSD será uma oposição colaborativa quando for para construir, mas será vigilante e exigente contra a inércia do eleitoralismo. A Covilhã não pode continuar a ser uma cidade de relatórios de intenções. Precisa de trabalho, transparência e ambição. Pelos Covilhanenses exigimos e exigiremos sempre mais.” -----

--- O Senhor **António Maria Proença Petrucci do Lago Saraiva (PSD)** fez uma interpelação à Mesa dizendo que, segundo o Regimento da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da câmara responde no fim das intervenções da cada grupo municipal. -----

- O Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** respondeu que, no início da sessão, informou que o Senhor Presidente da Câmara responderia no fim a todas as questões. -----

- **Eng.º Pedro Miguel de Melo Bernardo (PS)**: “Em relação à informação escrita apresentada, salientar aquilo que é, de facto, o trabalho que os serviços prestam e apresentar-nos, de forma tão detalhada, aquilo que é o serviço e o trabalho do Município diariamente, ainda para mais uma informação que engloba cerca de seis meses de trabalho. Portanto, daí também a profundidade e a densidade de dados aqui apresentados. -----

Depois de ouvir aqui a bancada do PSD a tentar continuar aquilo que são os seus argumentos de campanha eleitoral julgados em praça própria que foi no dia das eleições, com o voto daquilo que é a população covilhanense, é de facto surpreendente que não só não recebeu essa mensagem como, de facto, continua a querer desvirtuar uma realidade de uma Covilhã. Afirmar que não houve obras estruturais nos últimos anos, afirmar que a Covilhã continua de alguma forma no mesmo marasmo que existe, só faltou aquilo que é um argumento que ouve-se muito na opinião pública de um saudosismo do antigo Presidente da Câmara que tantas e boas memórias deixa ao PSD atual e que, de facto, é sempre a grande fonte de inspiração para o futuro. -----

Senhores Deputados, nas últimas eleições e mais do que uma avaliação de 12 anos, olhámos para aquilo que é um projeto de futuro, um projeto daquilo que se apresenta, daquilo que são soluções para os desafios futuros e é exatamente nessa perspetiva que encaramos este desafio e aquilo que é o novo mandato e este voto de confiança que o meu lado – o PS – assume e irá dar resposta durante os próximos 12 anos. -----

No entanto, há uma coisa que não posso deixar de salientar que é, de facto, aquilo que acabou de dizer que foi uma ambição que desapareceu. A única coisa que desapareceu até agora foi o primeiro efetivo ou candidato efetivo à Assembleia Municipal por parte do PSD que, ainda antes mesmo de tomarmos posse, deixou e renegou aquilo que foi um mandato dado pelos Covilhanenses. Portanto, isso é algo que também deve ser tido em conta que é, de facto, a honrabilidade daquilo que é a confiança que o PSD transmite aos Covilhanenses.” -----

- **Francisco José das Neves Farias (CH):** “A primeira questão é simples: saber em que ponto de situação está a Casa do Escuteiro no Jardim Público. Tem já problemas de infiltração. Técnicos da Proteção Civil já foram verificar o telhado. Está com problemas bastante graves e continua-se a pagar uma renda a uma entidade privada pelo erário público. -----

A segunda situação é o associativismo. Aqui no plano não vejo cá quanto foi atribuído das verbas do associativismo de 2025 e que associações é que foram distribuídas. Também gostava depois de ter essa informação.” -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, após cumprimentar todos os presentes, iniciou saudando “os Covilhanenses e todos aqueles que, em 12 de outubro, se deslocaram às urnas de forma ordeira e massiva para expressar o seu sentido de voto e eleger aqueles que são os órgãos autárquicos nos próximos quatro anos. Deram uma verdadeira lição de democracia e uma lição de participação cívica naquilo que é a definição da sua vontade em relação ao futuro da nossa comunidade. Pois permitam-me também que saúdo e cumprimento todas e todos os eleitos nestas eleições, desejando-lhes a todas e a todos um bom mandato, um mandato com um trabalho profícuo, leal, defendendo aquilo que acreditam, mas sobretudo sempre com foco naquilo que é a construção, a união e o contributo que cada um de nós pode dar naquilo que é a definição e no trabalho das nossas autarquias no dia-a-dia para resolver problemas aos nossos munícipes e aos nossos concidadãos. -----

Permitam-me também um cumprimento especial e um agradecimento aos autarcas que terminaram funções e cumprimento particularmente o Senhor Dr. Ricardo Silva e o Senhor Dr. Pedro Farromba que se encontram aqui e, na vossa pessoa, agradecer todas e todos os autarcas que terminaram funções nas últimas eleições autárquicas. É do trabalho conjunto de todos vós que a comunidade e o nosso Concelho é feito ao longo destes 49 anos de serviço público das autarquias eleitas desde o 25 de Abril. Portanto, quero agradecer muito todas e todos aqueles que ao longo destes anos todos, especialmente no último mandato, deram o seu contributo, o seu tempo e a sua disponibilidade para construirmos, cada um na sua perspetiva, uma Covilhã mais solidária, mais desenvolvida, mais justa, mais fraterna. -----

Depois, permitam-me também que explique e que justifique a não utilização dos cinco minutos na intervenção do debate dos temas das bancadas porque vai ser um tema central naquilo que é a informação escrita e naquilo que é o Orçamento e, procurando contribuir para aquilo que é a gestão do tempo, resolvi fazê-lo agora, tal também como a bem da gestão do tempo, considerando termos uma assembleia muito longa, optei por fazer uma resposta de todas as questões colocadas na informação de escrita do Presidente. -----

Permitam-me também que neste ponto da ordem de trabalhos na informação escrita, faça aqui algumas considerações em relação às intervenções que foram feitas também já nesta Assembleia e, em relação à questão que a Senhora Deputada Mafalda Nunes levantou no início da Assembleia, não exatamente naquele ponto porque aquele ponto diz respeito a pedido de informações à condução dos trabalhos da própria Assembleia e imagino que fosse neste, mas agradeço as palavras simpáticas de reconhecimento do trabalho que tem sido feito nestes 55 dias de mandato, nomeadamente em termos da higiene urbana, do cuidado público, de limpeza de muros, daquilo que tem sido feito por este Executivo e dar-lhe conta também que, ao nível das casas de banho, aquela casa de banho que está ao lado do Mercado Municipal já está aberta. Não foi ainda possível abrir a casa de banho que está atrás do Município. Espero que seja nos próximos dias. Espero também que seja possível, no início do próximo ano, reforçarmos aquilo que são as infraestruturas e equipamentos de casas de banho nos espaços públicos, nomeadamente no centro da cidade. ---

Dar depois nota também à Senhora Deputada Leonor Narciso que o Direito de Oposição foi integralmente cumprido. Aliás, foi para lá daquilo que é o Direito de Oposição porque aquilo que diz a Lei n.º 24/98 é que devem ser ouvidos os partidos que não têm assento no Executivo Municipal. Aquilo que esta maioria fez e agradeço ao Senhor Vereador a diligência de ter ouvido e auscultado aquilo que é os partidos e os grupos municipais na Assembleia Municipal. Todos, mesmo aqueles que tinham representação no Executivo Municipal. Portanto, a Lei só nos obriga a ouvir os partidos ou movimentos independentes que não têm assento na Assembleia Municipal e aquilo que fizemos foi ouvi-los todos e ouvi-los até com tempo. Portanto, eu lamento. Certamente que não houve ou não tiveram condições e oportunidade de o PSD fazer a participação nessa reunião. Foi o único partido, mas agradeço também muito os contributos que aqui deixou para o Orçamento Municipal. -----

Dar também uma saudação e um agradecimento ao Partido Socialista pela apresentação da moção sobre as vagas do Ensino Superior e, já agora, permitam-me também lamentar a falta de unanimidade nesta moção. -----

Senhora Deputada Ana Simões, quero-lhe dizer que, em relação à questão que me colocou do que é que a Câmara Municipal da Covilhã pode fazer para combater esta decisão do Governo em relação à distribuição de vagas do Ensino Superior como forma de instrumento de coesão territorial, já o começámos a fazer ou, pelo menos, foi essa a interpretação que fiz da questão que colocou. Já o começámos a fazer colocando e denunciando exatamente, do nosso ponto de vista, esta injustiça que é um instrumento da coesão territorial a distribuição de vagas e que foi utilizado no passado, pelo Partido Socialista no Governo, como uma forma de coesão nas universidades e nos institutos politécnicos e acabou por não ser acompanhado neste Governo. -----

Espero que no futuro isto possa ser corrigido e que, de facto, a coesão territorial, que é promovida pelas Instituições de Ensino Superior e a abertura de vagas, possa continuar com uma diferenciação positiva naquilo que é o número de vagas abertas no Ensino Superior dos institutos politécnicos e universidades fora dos grandes centros urbanos. -----

Em relação às questões que são colocadas na informação escrita em concreto, dar conta ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cortes do Meio, Jorge Viegas, sobre a questão dos postos de carregamento. Senhor Presidente, os postos de carregamento na Junta de Freguesia de Cortes do Meio, tal como outras freguesias, na altura o concurso público para a concessão de três lotes houve um dos lotes que ficou deserto. O Município tentou, posteriormente, fazer uma negociação para que esses lotes ficassem instalados. Essa negociação não resultou. Aquilo que lhe posso dizer é que iremos, espero eu, já na Assembleia Municipal de fevereiro, avançar com uma nova autorização de concessão para que o terceiro lote, no fundo os municípios e as freguesias ficaram de fora dos outros dois lotes, possa ter um concurso de concessão para instalação de postos de carregamento elétrico. -----

Em relação à ligação da Estrada Nacional ao Miradouro de Alto dos Livros, a estrada foi qualificada temporariamente com uma intervenção de manutenção há relativamente pouco tempo. A nossa expectativa é também conseguir manter essa manutenção e eventualmente melhorar as condições daquilo que é essa qualificação de estrada, nomeadamente a sua pavimentação. -----

Depois, em relação ao Senhor Deputado Municipal Vítor Reis Silva, dar-lhe conta que, em relação ao *Data Center*, ainda não há nenhum negócio fechado. Aquilo que há é um acordo prévio entre a entidade detentora da infraestrutura e um potencial comprador, estando nesta fase o negócio naquilo que é a avaliação e as autorizações necessárias das autoridades de concorrência e afins. Não conhecemos exatamente os termos em que esse negócio é feito pelo que não lhe consigo dizer se, porventura, haverá direito ao pagamento do IMT ou que tipo de impostos é que podem ser devidos e pagos ao Município da Covilhã. -----

Aquilo que lhe posso dizer é que, enquanto Presidente da Câmara, continuarei a pugnar para que este importante investimento e infraestrutura, que tem o apoio do Município num conjunto de benefícios enquadrados naquilo que foi o protocolo de apoio assinado à altura, se concretize na sua totalidade, isto é, que deste projeto possam ser construídos os restantes cubos e que dali possam resultar os empregos diretos e indiretos que, na altura, foram anunciados. -----

Sobre o Plano de Emergência nos pós-incêndios, posso-lhe dizer que aquilo que relata da ausência de referência do Paul foi certamente um lapso. Dizer-lhe que foi feita uma intervenção na limpeza da Ribeira entre Paul e Erada, mas foi também feito um conjunto de intervenções. Tivemos um orçamento aprovado de 570.000 € para as intervenções de resposta de emergência para os incêndios que se distribuíram entre no imediato nas proteções de linhas e captações de água, entre as áreas de proteção de erosão dos solos, entre os diques de proteção das linhas de água e o corte de árvores ardidadas naquilo que são as bermas das estradas. Estão a avançar a muito bom ritmo. Creio que estão praticamente concluídos. Demos resposta, como era nossa obrigação a esta catástrofe de emergência. Já agora, permitam-me também um parêntesis para saudar e agradecer penhoradamente todas e todos aqueles que fizeram um combate heroico em agosto a estes incêndios que afetaram a nossa região, que afetaram o nosso Concelho e reiterar o compromisso

com as freguesias ardidas que tudo faremos para procurar regenerar um território que é fundamental. São 20.000 hectares em 11 freguesias do nosso Concelho. Quero reafirmar o compromisso de que a Câmara Municipal tudo fará para que este território possa ser regenerado com condições e com uma capacidade de criação de riqueza e geração de riqueza para as populações que ali vivem. -----

Sobre o auxílio económico às crianças, dar-lhe conta que ocorrerão dentro daquilo que é a normalidade da atribuição. Espero que seja possível fazermos aqui uma atualização dos montantes a serem atribuídos, mas serão feitos através de Serviços de Ação Social e das escolas, como são feitos até hoje. -----

As estradas – O plano de intervenção das estradas é um plano de intervenção que é vasto, longo e que vai ocupar diria muito mais do que um mandato. Esperamos começar já a intervenção dessas estradas assim que o tempo o permita, nomeadamente na Primavera e, portanto, a intenção é que o plano de reabilitação das rodovias no Concelho seja contínuo e permanente ao longo dos quatro anos, sempre que, naturalmente, as condições meteorológicas o permitam seja para intervenções por administração direta através dos serviços do município, seja por intervenções de contratação de empreitadas quando assim se justifique. -----

Em relação ao PDM, ele está numa fase final. Aguarda-se, neste momento, a validação dos parceiros externos, nomeadamente a Agência Portuguesa do Ambiente. Espero que no início do próximo ano possamos obter essa autorização que já aguardamos há alguns meses e que, ainda no primeiro semestre tão breve quanto possível, possamos avançar para uma das últimas fases que é a audição pública, a consulta pública da proposta do PDM para que ainda, espero eu, no próximo ano preferencialmente no primeiro semestre, possamos também no Executivo Municipal e na Assembleia Municipal proceder à validação e à aprovação deste importante documento. -----

Senhor Deputado Amadeu Alberto do CHEGA, dar-lhe conta que, sobre a questão dos passeios, vamos fazer uma intervenção, o mesmo que tenho dito até aqui e também em relação às infraestruturas rodoviárias. É nossa intenção fazer uma intervenção contínua naquilo que é a requalificação dos passeios, das acessibilidades, do espaço público, das pracetas, digamos, na regeneração urbana. Esta é uma das prioridades do mandato que assumimos em campanha, que honraremos naquilo que é o nosso exercício de funções e para a qual conto também com o contributo e com a ajuda de todos vós. -----

Em relação à iluminação pública, demos já indicações para que aquilo que é a iluminação pública de LED estivesse na sua máxima capacidade luminosa, sendo que teremos que, no curto prazo, avançar e considerar a discussão daquilo que é substituição da iluminação nas restantes luminárias de iluminação pública que, ainda hoje na sua grande maioria, funcionam com tecnologia obsoleta. Isso permitir-nos-á não só avançar com a substituição dessas luminárias, como também melhorar e substituir aquelas que são as luminárias de iluminação LED que já hoje existem que, creio, foram instaladas já há quase uma década (em 2017, se não me falha a memória) e daí também, porventura, estar já uma tecnologia obsoleta. -----

Em relação ao vandalismo dos espaços públicos, à questão dos bares e do barulho noturno, é uma preocupação e conto com as forças de segurança, através do Conselho Municipal de Segurança, para encontrarmos medidas que nos permita, por um lado, assegurar que a Covilhã, como cidade

universitária, continua a ter condições de garantir aos nossos estudantes espaços de diversão noturna e de usufruto daquilo que é uma parte também importante naquilo que é a sua vida académica, a sua presença e a sua participação naquilo que é a vida académica no nosso Concelho, mas também conseguirmos salvaguardar aquilo que são as condições de segurança, de vandalismo ou de ausência de vandalismo nos espaços públicos e também aquilo que é um direito essencial que é o direito ao descanso dos nossos concidadãos. -----

É uma discussão que, provavelmente, vamos ter que ter também nesta Assembleia. Decorre na Câmara Municipal neste momento o prazo e contributos públicos para a revisão do Regulamento de Atribuição de Horários de Estabelecimentos e é aí também uma oportunidade para, porventura, darmos contributos para essa regulação e diria que esse Regulamento termina com a aprovação posteriormente aqui na Assembleia Municipal e será seguramente um tema que iremos visitar nos próximos meses nesta nossa Assembleia. -----

Em relação à limpeza urbana, compreendo a questão que me coloca. Será sempre possível encontrar um fio de cabelo fora do local. A verdade é que procuramos melhorar e aliás, já hoje nesta Assembleia, foi reconhecido também pela Senhora Deputada do PSD esse esforço que tem sido feito para melhorar aquilo que é a limpeza urbana. É a nossa intenção, naturalmente, melhorar sempre. Também é comumente aceite que será sempre impossível ter tudo exatamente como gostaríamos e, portanto, é preciso também apelarmos àquilo que é o civismo dos cidadãos que fazem a utilização do espaço público para que ajudem as entidades públicas a manter limpo um espaço que é de todos que é o espaço público. -----

Em relação ao Senhor Deputado João Bernardo, as propostas de inclusão na ordem de trabalhos, tive a oportunidade de dar resposta ao Senhor Vereador a respeito das questões que coloca e o Senhor Vereador as questões que coloca são exatamente sobre o regimento de funcionamento das reuniões de Câmara, nomeadamente a transmissão *online* dessas reuniões de câmara. Tive a oportunidade de dizer ao Senhor Vereador que eu próprio farei uma proposta de regimento no início do próximo ano, onde naturalmente depois cada um dos Senhores Vereadores podem dar os contributos e, portanto, essa é a razão da ausência do agendamento das propostas que, como muito bem sabe, o agendamento da ordem de trabalhos é da responsabilidade do Presidente da Câmara e não tenho obviamente nenhum receio de qualquer proposta, muito menos destas propostas como eu tive a oportunidade de referenciar ao Senhor Vereador na reunião do Executivo Municipal. -----

Em relação aos processos judiciais, é a informação que tenho dos serviços jurídicos e confio naturalmente na informação que os serviços nos prestam e irei questionar. O Senhor Deputado tem a vantagem de ser jurista e advogado e, portanto, com mais informação técnica sobre as questões jurídicas do que eu próprio, faço fé e confio naquilo que é a informação que os nossos serviços nos dão. Irei questionar aquilo que são os apontamentos do Senhor Deputado fez aos nossos serviços jurídicos e dar-lhe-ei depois conta numa próxima oportunidade. -----

Em relação ao processo das Águas da Covilhã, o valor que indica, da informação que tenho é que diz respeito a um montante que as Águas da Covilhã têm em dívida com as Águas da Serra e, portanto, é essa a razão e a justificação do montante entre dívida das Águas da Covilhã às Águas da Serra. -----

Quanto ao Senhor Deputado José Páscoa, a relação ao CIEC e a articulação da informação à articulação da estratégia com a Parkurbis, quero-lhe dizer, e lamento defraudar as suas expectativas, que não tenho de facto cabeça qual é o número de empresas, qual é o número de utilizadores que o CIEC tem neste momento até porque tem alguma volatilidade, nomeadamente naquilo que diz respeito aos espaços de *coworking*. Posso-lhe dizer que é um espaço muito frequentado e muito interessante para empresas, novas empresas, novos empreendedores, estudantes, aquilo que são nómadas digitais, aquilo que são novas formas de trabalho. É um espaço muito frequentado. É, do meu ponto de vista, uma obra estruturante, que vem dos anteriores mandatos, que reabilita um edifício histórico do nosso centro e que também dá a oportunidade para termos uma infraestrutura de apoio à inovação e ao empreendedorismo no Centro Histórico que, naturalmente, queremos intensificar aquilo que é a sua articulação com as restantes estruturas, nomeadamente com a Parkurbis e, eventualmente, gostaria também de encontrarmos espaço para ter um outro tipo de infraestruturas semelhante ao CIEC no Centro Histórico. Vamos avaliar quais são as possibilidades que temos em termos de infraestruturas, em termos de outros espaços no centro e em que medida é que conseguiremos reforçar essa presença deste tipo de infraestruturas para empresas e *coworkers* no centro da cidade. -----

Depois, o Senhor Deputado Municipal Nuno Ezequiel foi mais uma intervenção política. Não me recorde de ter colocado nenhuma questão. -----

Quanto ao Senhor Deputado do CHEGA, Francisco Farias, a questão dos escuteiros é uma infraestrutura privada. É uma obra e um edifício privado que não é da responsabilidade da Câmara Municipal. Gostaríamos, de facto, que ela oferecesse melhores condições para o Agrupamento de Escuteiros que ali desenvolve a sua atividade. Gostaríamos também que fosse possível que a Câmara Municipal tivesse condições para encontrar uma alternativa para o Agrupamento de Escuteiros. Infelizmente, até ao momento, ainda não foi possível. Continuaremos a tentar e a trabalhar, a perceber em que medida é que a Câmara Municipal consegue dar resposta a essa necessidade, reconhecendo a importância do Agrupamento de Escuteiros, do trabalho que é feito com os nossos jovens do Concelho da Covilhã e contam, como contaram até aqui e contarão no futuro também, com todo o apoio que a Câmara Municipal da Covilhã possa dar para esse trabalho com os jovens da nossa cidade. -----

Em relação ao associativismo, ainda não está fechado aquilo que é o Relatório de Atividades e de Execução dos protocolos de apoio do ano de 2025. Oportunamente, ele será feito e será trazido também para conhecimento desta Assembleia. Portanto, não lhe consigo dar mais informação do que esta que lhe presto. -----

Com isto creio que respondi, porventura ultrapassando um pouco de tempo, mas creio que respondi a todas as questões e, portanto, Senhor Deputado António, a questão que colocava de responder após cada uma das questões, creio que nenhuma delas ficou por responder.” -----

--- Foi atribuída a palavra ao Senhor **António Maria Proença Petrucci do Lago Saraiva (PSD)** que “o que diz o Estatuto do Direito da Oposição no seu artigo 3.º, n.º 2, é que “são também titulares do direito de oposição os partidos políticos representados nas câmaras municipais, desde que nenhum dos seus representantes assuma pelouros, poderes, delegados ou outras formas de

responsabilidade direta e imediata pelo exercício de funções executivas.” O Eng.º Jorge Simões, que é deputado do PSD, não assume nenhuma destas funções e o PSD não foi notificado para o Direito de Oposição. Agradecemos é que, da próxima vez que haja uma reunião desse âmbito, que sejamos notificados.” -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** esclareceu que tinha informação de que o primeiro membro do partido político na Assembleia Municipal tinha sido notificado.” -----

- **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP):** “O primeiro membro da bancada do CDS – Partido Popular é um Deputado Independente e é por essa razão que a Lei obriga a que o Direito de Oposição seja notificado aos partidos. Aliás, tenho informação que o CDS – Partido Popular, que é Presidente da Comissão Política Concelhia, enviou um mail exatamente a dar indicação do mail de contacto para ser convocado para o efeito e não foi. -----

Estamos a falar do primeiro Direito de Oposição, mas os titulares são os partidos políticos, não são os eleitos nas assembleias e, portanto, aquilo que é preciso é os serviços cumprirem a Lei. Não vale a pena estarmos aqui a inventar o que não é inventável. O que está na Lei tem que ser cumprido e tem que estar vertido naquilo que vamos depois aprovar ao apreciar que é o Relatório do Direito de Oposição no devido tempo.” -----

--- A presente sessão foi interrompida pelas 13:00 horas para almoço, reiniciando pelas 15:10 horas. -----

3.3 – ELEIÇÃO DE 4 (QUATRO) REPRESENTANTES E SUPLENTE PARA A ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL DA REGIÃO BEIRAS E SERRA DA ESTRELA

--- Na sequência do email do 1.º Secretário Executivo Intermunicipal de CIMRBSE, Senhor Dr. António Miraldes, datado de 13 de novembro de 2025, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para efeitos do disposto no artigo 83.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Foi presente à Mesa duas Lista: uma do Partido Socialista e outra do Partido Social Democrata.

- Submetidas, de seguida, as candidaturas a sufrágio por escrutínio secreto, apurou-se o seguinte resultado: -----

- Número de votantes: 26	Lista A	Lista B
- Número de Votos a favor:	11	09
- Número de Votos Brancos: 05		
- Número de Votos Nulos: 01		

--- Face ao resultado obtido, a Assembleia Municipal da Covilhã ***elegeu como representantes para a Assembleia Intermunicipal da Região Beiras e Serra da Estrela:*** -----

- ***Doutor Nuno Jorge Cardona Fazenda de Almeida;*** -----
- ***Eng.ª Catarina Sofia Oliveira Ramos Mendes;*** -----
- ***Mestre Nuno Ezequiel Mendes Pais;*** -----
- ***Dra. Ana Maria Puebla Simões.*** -----

Como ***suplentes, elegeu:*** -----

- ***Eng.º João Manuel Flores Casteleiro Alves;*** -----
- ***Enf.ª Vera Cristina Madeira Oliveira.*** -----

3.4 – ELEIÇÃO DE 1 (UM) REPRESENTANTE DAS FREGUESIAS E 1 (UM) SUPLENTE PARA OS CONGRESSOS DA ANMP

--- Na sequência da CIRC n.º 53-AS da Associação Nacional de Municípios Portugueses, datada de 2025-10-15, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 6.º dos Estatutos da ANMP. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Foi presente à Mesa uma Lista do Partido Socialista. -----

- Submetida, de seguida, a candidatura a sufrágio por escrutínio secreto, apurou-se o seguinte resultado: -----

- Número de votantes: 49	Lista A
- Número de Votos a favor:	35
- Número de Votos Brancos: 09	
- Número de Votos Nulos: 05	

--- Face ao resultado obtido, a Assembleia Municipal da Covilhã **elegeu como representante das Freguesias para os congressos da ANMP:** -----

- **Francisco João Pereira Mota – Presidente da União das Freguesias de Covilhã e Canhoso.**

Como **suplente, elegeram:** -----

- **Jorge Manuel Freire Santarém – Presidente da Junta de Freguesia de Cantar-Galo.** -----

3.5 – ELEIÇÃO DE ATÉ 2 (DOIS) REPRESENTANTES DAS FREGUESIAS PARA INTEGRAREM A COMISSÃO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADA DE FOGOS RURAIS

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 19 de dezembro de 2025, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 3-D da Lei n.º 76/2017, de 17 de agosto, através do ofício n.º 6717/25 de 2025/12/21 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Foi presente à Mesa duas Listas: uma do Partido Socialista e outra do Partido Social Democrata.

- Submetidas, de seguida, as candidaturas a sufrágio por escrutínio secreto, apurou-se o seguinte resultado: -----

- Número de votantes: 49	Lista A	Lista B
- Número de Votos a favor:	31	12
- Número de Votos Brancos: 04		
- Número de Votos Nulos: 02		

--- Face ao resultado obtido, a Assembleia Municipal da Covilhã **elegeram como representantes das Freguesias para integrarem a Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais:** -----

- **Paulo Jorge da Silva Maçãs Quintela – Presidente da Junta de Freguesia de São Jorge da Beira;** -----
- **Mestre Daniela Sofia Pereira Correia – Presidente da Junta de Freguesia de Verdelhos.** --

Como **suplentes, elegeram:** -----

- **Dra. Joana Filipa Real Sardinha – Presidente da União das Freguesias de Teixoso e Sarzedo;** -----

- **Daniel Nave Tavares – Presidente da União das Freguesias de Vale Formoso e Aldeia do Souto.** -----

3.6 – ELEIÇÃO DE 1 (UM) REPRESENTANTE DAS FREGUESIAS PARA INTEGRAR A COMISSÃO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 19 de dezembro de 2025, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido nos termos do artigo 41.º, Capítulo III, Secção II da Lei n.º 27/2006, de 3 de julho, na sua redação atual (Lei de Bases da Proteção Civil), através do ofício n.º 6716/25 de 2025/12/21 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Foi presente à Mesa duas Lista: uma do Partido Socialista e outra do Partido Social Democrata.

- Submetidas, de seguida, as candidaturas a sufrágio por escrutínio secreto, apurou-se o seguinte resultado: -----

- Número de votantes: 49	Lista A	Lista B
- Número de Votos a favor:	33	07
- Número de Votos Brancos: 07		
- Número de Votos Nulos: 02		

--- Face ao resultado obtido, a Assembleia Municipal da Covilhã **elegeu como representante das Freguesias para integrar a Comissão Municipal de Proteção Civil:** -----

- **Dr. Gilberto Miguel Fortuna Melfe – Presidente da Junta de Freguesia do Ferro.** -----

Como **suplente, elegeu:** -----

- **Pedro Gaspar Matias – Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia de São Francisco de Assís.** -----

3.7 – ELEIÇÃO DE 1 (UM) REPRESENTANTE DAS FREGUESIAS PARA INTEGRAR O NÚCLEO EXECUTIVO DA REDE SOCIAL DA COVILHÃ

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 22 de dezembro de 2025, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido em cumprimento do estabelecido no artigo 8.º do Regulamento Interno do CLAS-CVL, através do ofício n.º 6742/25 de 2025/12/22 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Foi presente à Mesa uma Lista do Partido Socialista. -----

- Submetida, de seguida, a candidatura a sufrágio por escrutínio secreto, apurou-se o seguinte resultado: -----

- Número de votantes: 49	Lista A
- Número de Votos a favor:	37
- Número de Votos Brancos: 08	
- Número de Votos Nulos: 04	

--- Face ao resultado obtido, a Assembleia Municipal da Covilhã ***elegeu como representante das Freguesias para integrar o Núcleo Executivo da Rede Social da Covilhã:*** -----

— ***Dra. Sónia Isabel Afonso Moura – Presidente da Junta de Freguesia da Vila do Carvalho.***

3.8 – ELEIÇÃO DE 1 (UM) REPRESENTANTE DAS FREGUESIAS PARA INTEGRAR O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 22 de dezembro de 2025, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido em cumprimento do estabelecido na alínea c) do artigo 4.º do Regulamento do Conselho Municipal de Saúde, através do ofício n.º 6743/25 de 2025/12/22 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Foi presente à Mesa uma Lista do Partido Socialista. -----

- Submetida, de seguida, a candidatura a sufrágio por escrutínio secreto, apurou-se o seguinte resultado: -----

- Número de votantes: 49	Lista A
- Número de Votos a favor:	37
- Número de Votos Brancos: 10	
- Número de Votos Nulos: 02	

--- Face ao resultado obtido, a Assembleia Municipal da Covilhã ***elegeu como representante das Freguesias para integrar o Conselho Municipal de Saúde:*** -----

— ***Enf.ª Sara Correia Fonseca – Presidente da Junta de Freguesia da Erada.*** -----

Como ***suplente, elegeu:*** -----

— ***Dr. Carlos Amadeu Alves Costa – Presidente da Junta de Freguesia do Ourondo.*** -----

3.9 – ELEIÇÃO DE 1 (UM) REPRESENTANTE DAS FREGUESIAS PARA INTEGRAR O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 22 de dezembro de 2025, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido nos termos do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 57.º do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, conjugado com a alínea d) do n.º 1 do artigo 3.º do Regimento Interno, através do ofício n.º 6739/25 de 2025/12/22 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Foi presente à Mesa uma Lista do Partido Socialista. -----

- Submetida, de seguida, a candidatura a sufrágio por escrutínio secreto, apurou-se o seguinte resultado: -----

- Número de votantes: 49	Lista A
- Número de Votos a favor:	38
- Número de Votos Brancos: 09	
- Número de Votos Nulos: 02	

--- Face ao resultado obtido, a Assembleia Municipal da Covilhã *elegeu como representante das Freguesias para integrar o Conselho Municipal de Educação:* -----

- **Prof. Jorge Manuel Matos Saraiva – Presidente da Junta de Freguesia do Dominguiço.** ---

3.10 – INDICAÇÃO DE MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CADA PARTIDO OU GRUPO DE CIDADÃOS ELEITORES PARA INTEGRAR O CONSELHO MUNICIPAL DA JUVENTUDE

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 22 de dezembro de 2025, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido nos termos do disposto na alínea b) do artigo 4.º da Lei n.º 8/2009, de 18 de fevereiro, na sua atual redação, conjugado com a alínea b) do artigo 6.º do seu Regulamento, através do ofício n.º 6740/25 de 2025/12/22 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Foram indicados os seguintes membros: -----

- **Beatriz Mangana Duarte – PS;** -----
- **António Maria Proença Petrucci do Lago Saraiva – PSD;** -----
- **Dra. Ana Catarina Baptista Bernardino Trindade Branco – MIPP;** -----
- **Enf.ª Vera Cristina Madeira Oliveira – CDS-PP;** -----
- **Prof. Amadeu Luís Pinto Fragas Alberto – CH;** -----
- **Doutora Mónica Cristina Cerqueira Ramôa – PCP.** -----

3.11 – ELEIÇÃO DE 1 (UM) REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA INTEGRAR A COMISSÃO MUNICIPAL DA TOPONÍMIA

--- O assunto foi retirado da Ordem de Trabalhos. -----

3.12 – ELEIÇÃO DE 1 (UM) REPRESENTANTE DAS FREGUESIAS E 1 (UM) REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA INTEGRAR O CONSELHO MUNICIPAL DO DESPORTO

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 19 de dezembro de 2025, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido em conformidade com a alínea g) do n.º 1 do artigo 5.º do Regulamento do Conselho Municipal de Desporto, através do ofício n.º 6719/25 de 2025/12/21 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Foi presente à Mesa uma Lista do Partido Socialista. -----

- Submetida, de seguida, a candidatura a sufrágio por escrutínio secreto, apurou-se o seguinte resultado: -----

- Número de votantes: 49	Lista A
- Número de Votos a favor:	36
- Número de Votos Brancos: 11	
- Número de Votos Nulos: 02	

--- Face ao resultado obtido, a Assembleia Municipal da Covilhã ***elegeu como representantes para integrarem o Conselho Municipal do Desporto:*** -----

Representante das Freguesias -----

- ***Dr. Pedro Eduardo Carrola Farinha – Presidente da Junta de Freguesia do Tortosendo (Efetivo);*** -----
- ***Mestre Licínio Aguilar Machado - Presidente da Junta de Freguesia de Vales do Rio (Suplente).*** -----

Representante da Assembleia Municipal -----

- ***Dr. Afonso Manuel Mousaco Gomes (Efetivo);*** -----
- ***Eng.º Pedro Miguel de Melo Bernardo (Suplente).*** -----

3.13 – ELEIÇÃO DE 1 (UM) REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA INTEGRAR O CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 22 de dezembro de 2025, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido em cumprimento da alínea c) do artigo 6.º do seu Regulamento, através do ofício n.º 6741/25 de 2025/12/22 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Foi presente à Mesa duas Lista: uma do Partido Socialista e outra do Partido Social Democrata.

- Submetidas, de seguida, as candidaturas a sufrágio por escrutínio secreto, apurou-se o seguinte resultado: -----

	Lista A	Lista B
- Número de votantes: 49		
- Número de Votos a favor:	31	10
- Número de Votos Brancos: 07		
- Número de Votos Nulos: 01		

--- Face ao resultado obtido, a Assembleia Municipal da Covilhã ***elegeu como representante da Assembleia Municipal para integrar o Conselho Municipal de Cultura:*** -----

— ***Prof. Pedro Miguel Tavares Silveira – Presidente da Junta de Freguesia de Peraboa.*** -----

Como ***suplente, elegeu:*** -----

— ***Sofia Isabel Gaspar Sobreiro – Presidente da Junta de Freguesia de Sobral de São Miguel.***

3.14 – TOMADA DE CONHECIMENTO DAS DILIGÊNCIAS JÁ EFETUADAS QUANTO À MATÉRIA DO IC6

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 05 de setembro de 2025, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para conhecimento, através do ofício n.º 5003/25 de 2025/09/16 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação foram intervenientes os Senhores: -----

- **Prof. Doutor José Carlos Páscoa Marques (MIPP):** “Assinala-se como muito positiva a informação sobre as diferentes diligências efetuadas pela Câmara Municipal anterior, designadamente até agosto de 2025 e referentes ao IC6. Muito em particular o ofício à Senhora Secretária de Estado da Mobilidade, Dra. Cristina Pinto Dias, de 15 de julho de 2025. -----

Teria sido interessante que a informação recebida, que basicamente é de índole administrativa, fosse acompanhada de informação adicional do Senhor Presidente da Câmara em exercício, no sentido de perspetivar as ações já ocorridas durante o seu mandato, se as houve, para ultrapassar o estado de inércia que tem vivido esta obra em particular desde 2010, altura em que foi tornado

público o Despacho que aprovou o estudo prévio do IC6 pela Declaração n.º 188/2010, publicada no *Diário da República* n.º 186 de 2010. -----

Muito em particular, recorde-se: esta obra consta do PROT Centro 2025 – Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro – que foi aprovado pelo Conselho Regional da CCDR Centro a 30 de abril de 2025 e também do agora, quase “defunto”, Programa de Revitalização do Parque Natural da Serra da Estrela que fornecia suporte político e financeiro a esta obra. -----

Assim, temos de nobremente, nobremente reafirmo, saudar as iniciativas das várias forças políticas com assento na Assembleia da República e também com assento nesta Assembleia Municipal que, tanto à esquerda como à direita, fizeram propostas de alteração da Lei do Orçamento de Estado para que esta obra fosse contemplada com uma dotação que fosse consentânea com o nível de seriedade que as populações merecem. -----

Neste sentido, gostaríamos que o Senhor Presidente da Câmara esclarecesse esta Assembleia Municipal das diligências que eventualmente terá tido referente a este assunto. Não as declarações de esperança que certamente todos conhecemos e compartilhamos solidamente e no *Quora*, mas sim eventuais pedidos de reuniões e intervenções junto do Governo de forma direta.”

- **Eng.º João Manuel Flores Casteleiro Alves (PS):** “Não vou falar da importância da obra. Já falámos disso várias vezes. -----

Este ponto foi integrado na ordem de trabalhos desta sessão por indicação ainda do anterior Executivo Municipal, dando conhecimento à Assembleia que foram transmitidas ao Governo as conclusões e reivindicações que resultaram do trabalho da Comissão Especializada, criada no último mandato, relativas ao IC6. -----

Pelo que me foi possível entender da leitura da documentação, não terá havido resposta por parte do Governo, mas sim da I.P., através da sua Gestão Territorial Distrital de Castelo Branco, uma resposta completamente ausente de conteúdo. Sendo sincero, parece até que apenas viram o título do documento e disseram a qualquer inteligência artificial para produzir uma resposta. ----

Senhor Presidente, o que peço em matéria do IC6, e aqui penso que com a concordância de todas as bancadas, é que seja respeitado o trabalho efetuado pelos membros da Comissão do IC6 do anterior mandato: que esta infraestrutura continue a ser uma prioridade e que, tão rapidamente quanto possível, o Governo avance para pedido de nova Declaração de Impacte Ambiental do IC6, tendo por base o estudo prévio já existente, que foi uma das conclusões que foi retirada da Comissão que funcionou no mandato passado.” -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** tomou a palavra para “saudar o trabalho que foi feito pela Comissão, nomeadamente na Assembleia Municipal do mandato passado. -----

As questões que Senhor Deputado coloca, certamente ainda por inexperiência na Assembleia, deveriam ter sido colocadas noutra fase. Tenho falado profusamente sobre a questão do IC6. Agradeço e saúdo a chegada do Senhor Deputado à causa do IC6 que, para mim, já é uma causa desde há muitos anos e, portanto, agradeço todas as achegas. São bem-vindas para que possamos

concretizar uma ambição e uma expectativa grande dos territórios na qual, pessoalmente, já milito há muitos anos e esta Assembleia também já há vários mandatos.” -----

--- **A Assembleia Municipal da Covilhã tomou conhecimento das diligências já efetuadas quanto à matéria do IC6.** -----

3.15 – TOMADA DE CONHECIMENTO DO RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO E CONTROLO DOS EFEITOS SIGNIFICATIVOS NO AMBIENTE – PLANO DE URBANIZAÇÃO DA GRANDE COVILHÃ – AAE

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 07 de julho de 2025, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para conhecimento, através do ofício n.º 4142/25 de 2025/07/11 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação foram intervenientes os Senhores: -----

- **Doutora Mónica Cristina Cerqueira Ramôa (PCP):** “Apesar de ser uma tomada de conhecimento, gostaria de colocar ao Senhor Presidente da Câmara duas questões. -----

Depois da análise deste relatório, consegue-se perceber que frequentemente a água superficial, quer na estação de Ponte Pedrinha, quer na estação do Canhoso, apresenta uma percentagem, sobretudo de oxigénio dissolvido, muito acima da máxima admissível, o que poderá indicar descargas de efluentes muito oxigenados que podemos pensar que é muito bom porque temos oxigénio, mas não é, ou eutrofização das águas, o que também é muito mau porque indica poluição. Em ambos os casos, isto leva a desequilíbrios ecológicos graves. Aliás, no relatório é dado essa indicação. -----

Como é que vão reforçar a monitorização e, se necessário, que medidas de mitigação estão pensadas para assegurar a qualidade da água, como é referido no relatório na página 44 em concreto? Se já estão pensadas essas medidas e de que modo é que vão monitorizar? -----

Por outro lado ainda, que medidas a Câmara está a pensar tomar pela situação da AdC, desde 24 de abril, não responder a uma solicitação da Câmara, dos Serviços da Câmara, para se poder fazer a avaliação da rede de coletores pluviais? Isto é importantíssimo para aferir a qualidade da água, por exemplo. Que medidas é que a Câmara está a pensar fazer para que situações como estas, que inviabilizam que este relatório, de facto, fique completo? Sem estes dados, não está completo.” --

- **Dra. Ana Catarina Baptista Bernardino Trindade Branco (MIPP):** “Este relatório é um documento necessário, tecnicamente sólido e legalmente obrigatório. O Município cumpre aqui uma exigência

clara do Decreto-Lei n.º 232/2007, garantindo a avaliação e o controlo dos efeitos ambientais de um instrumento estruturante para o concelho, como é o Plano de Urbanização da Covilhã. -----

Há trabalho técnico sério, há método, há alinhamento com a legislação nacional e com as orientações da Agência Portuguesa do Ambiente, merecendo o nosso reconhecimento. -----

Este relatório olha muito bem para o passado de 2011 a 2025, mas deveria ser mais ambicioso e olhar também para o futuro. Embora identifique impactos, enumera medidas e reconheça falhas, fica limitado na tradução de compromissos com prioridades, calendários ou responsabilidades. Chegamos inclusivamente ao cúmulo de, na página 45 do relatório, a Autarquia referir que a AdC até à data de 24/06/2025 não ter dado resposta ao ofício 2624 de 2025 sobre a rede de coletores pluviais na área de intervenção do Plano de Urbanização da Covilhã. -----

Ora, o Município refere que esta omissão não lhe é imputável, mas a AdC é uma empresa municipal e por delegação do Município da Covilhã a AdC e transcrevo *“é responsável pela gestão e exploração dos serviços municipais do ambiente, nomeadamente a distribuição de águas, a drenagem de águas residuais domésticas, industriais e pluviais, o tratamento de águas residuais urbanas, limpeza pública e recolha, transporte dos resíduos sólidos urbanos e os parques e jardins na área do Município da Covilhã.”* -----

Assim sendo, e como base legal do Código do Procedimento Administrativo, não deveria ter o Município acesso a essa informação? Como podem dizer, na página 46, que o funcionamento da rede de coletores pluviais revelou-se adequada quando não houve resposta por parte da AdC? Certamente o segundo parágrafo deveria ser alterado. -----

O Relatório Quadro de Referência Estratégica constitui a base orientadora para a elaboração de um plano ou programa. Embora nos últimos anos registaram-se alterações significativas no quadro legal do ordenamento do território, bem como em diversas estratégias de âmbito nacional, regional e municipal, será que está a responder aos desafios atuais, como o clima, a habitação, a mobilidade tão falada e tão pouco concretizada na cidade e nas freguesias do concelho e ainda sobre a pressão urbanística? -----

O Movimento Independente Pelas Pessoas sugere uma maior articulação entre o urbanismo, o ambiente e a habitação, bem como um reforço da participação pública, não só formal, mas efetiva, devendo também anunciar quem decide e quem responde quando os indicadores que nos são apresentados acabam por falhar. -----

Como é que podem ainda afirmar que a Avaliação Ambiental Estratégica do Plano de Urbanização da Covilhã cumpriu os seus objetivos essenciais quando não encontramos percursos pedonais ou estimula a manutenção da agricultura urbana, quando muitas vezes a limpeza dos leitos das margens fluviais não é feita, quando não é tida em conta a melhoria das acessibilidades no eixo TCT que a estrada está uma lástima, quando as infraestruturas desportivas e culturais estão degradadas? Logo não podem promover nem o bem-estar, nem o lazer e ainda é bastante importante para os nossos velhos ou os nossos jovens que queiram viver no nosso património histórico. -----

É necessário e urgente reabilitar a habitação social da cidade com custos controlados, dando qualidade de vida a quem vive nessas habitações. -----

Estes são apenas alguns pontos que carecem de reflexão neste relatório. Este relatório deverá ser uma base para melhorar a Grande Covilhã, refletir sobre a forma como planeamos e exigir, independentemente do partido político, do movimento, seja aquilo que for, que haja consequências práticas na vida dos munícipes.” -----

- **Eng.ª Catarina Sofia Oliveira Ramos Mendes (PS):** “No âmbito deste ponto, importa em primeiro enquadrar que este é um documento que visa o cumprimento legal da avaliação ambiental estratégica. Estamos, portanto, perante um instrumento que visa assegurar que as opções de planeamento urbano incorporam preocupações ambientais que, de forma objetiva e preventiva, suportam uma tomada de decisão mais informada e responsável. -----

O relatório agora apresentado reporta-se a um período de 2011 a 2025, acompanhado da implementação deste Plano de Urbanização da Covilhã com a emissão da respetiva Declaração Ambiental em 2011. Este exercício de avaliação e controlo dá assim cumprimento das obrigações legais de monitorização, permitindo aferir a eficácia das medidas propostas, identificar efeitos não previstos e, quando necessário, sinalizar as necessidades de medidas corretivas. -----

Importa ainda sublinhar que o relatório segue as orientações da norma técnica da Agência Portuguesa do Ambiente, contribuindo para a harmonização de procedimentos, para a transparência do processo e para a compatibilidade dos dados, o que valoriza o trabalho desenvolvido. -----

No que respeita à eficiência da avaliação ambiental estratégica, as conclusões são globalmente positivas. A avaliação ambiental estratégica revelou-se um instrumento importante no apoio à decisão e na integração das preocupações ambientais no planeamento territorial da Grande Covilhã. -----

A definição e aplicação de um plano de monitorização ambiental, assente em indicadores relevantes no contexto urbano (o ruído, a qualidade do ar e águas superficiais), permitiu acompanhar a evolução da qualidade ambiental ao longo destes anos. -----

Os resultados obtidos no domínio do ruído demonstram que, de um modo geral, os níveis sonoros se encontram dentro dos limites definidos no Regulamento Geral do Ruído, não se identificando situações de incumprimento com impactos significativos na qualidade de vida das populações. ---

Do mesmo modo, os dados relativos à qualidade do ar, disponibilizados pela APA, apontam para uma classificação globalmente favorável, refletindo boas condições atmosféricas na área abrangida pelo Plano. -----

Relativamente às águas superficiais, como a colega da Assembleia já aqui referiu, embora o desempenho global seja positivo na maioria dos parâmetros, como para os valores legais, foram identificados alguns sinais de pressão ambiental. Estes dados indicam a necessidade de reforço de vigilância e a adoção de medidas preventivas de modo a salvaguardar, a médio e longo prazo, o equilíbrio dos ecossistemas aquáticos. Suponho que esta monitorização seja feita neste momento pela APA, portanto, resta saber se há necessidade, junto da entidade, ver reforçada essa

monitorização ou se haverá outras entidades na área jurídica do Município que o possa fazer em sua substituição. -----

No que diz respeito ao funcionamento da rede de coletores pluviais, importa registar a limitação identificada no relatório, devido à ausência de dados. Apelamos, portanto, a um reforço da cooperação institucional entre o Município e outras entidades, condição essencial para uma monitorização ambiental mais completa e eficaz. -----

Em termos finais, o relatório conclui que a avaliação ambiental estratégica do Plano de Urbanização da Covilhã cumpriu os seus objetivos essenciais, contribuindo para um modelo de desenvolvimento urbano mais consciente, resiliente e informado. Mais do que um requisito legal, revelou-se um instrumento estratégico ao serviço da sustentabilidade da qualidade ambiental da Covilhã. -----

Com estes instrumentos, compete a todos os intervenientes políticos e institucionais assegurarem que esta cultura de monitorização, avaliação e correção contínua seja mantida e reforçar no futuro, num contexto de mercado, por desafios exigentes como as alterações climáticas, a pressão urbanística e a preservação dos recursos naturais. -----

Assim, saudamos a apresentação deste relatório e reafirmamos que a sua verdadeira importância reside na forma como as suas conclusões e as recomendações sejam integradas em decisões futuras no Município da Covilhã.” -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** referiu que, “pese embora este tema seja apenas para conhecimento e não diga respeito ao mandato que exercemos neste momento, quero dar conta do seguinte: que não exista nenhuma dúvida que, da parte do Município e desta maioria, a questão ambiental e o património natural do concelho é considerado um dos principais ativos que temos e tudo faremos para o defender, preservar e potenciar naquilo que é a sua valorização. -----

Não consigo responder com a minúcia e o detalhe técnico a todas as questões que as Senhoras Deputadas colocam. Não tenho, e seria hipócrita e irresponsável da minha parte, estar-vos a dizer que sei com detalhe as respostas técnicas àquilo que colocam. -----

Enquanto Presidente da Câmara e responsável desta maioria que governará o Município nos próximos quatro anos, é para nós muito claro que o património natural será um dos principais ativos da governação e dos principais ativos a valorizar durante estes quatro anos. -----

Iremos naturalmente tomar boa nota das questões que colocam e das recomendações que fazem e colocar também às entidades responsáveis pela gestão do ponto de vista das águas, das águas residuais, da parte ambiental no nosso concelho, procurando que esse trabalho seja mais eficaz, mais eficiente e que permita, de alguma forma, obter o desiderato de preservarmos e valorizarmos aquilo que é o nosso património natural. Esse é o meu compromisso.” -----

--- **A Assembleia Municipal da Covilhã tomou conhecimento do relatório de avaliação e controlo dos efeitos significativos no Ambiente – Plano de Urbanização da Grande Covilhã – AAE.** -----

**3.16 – APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE AS PROPOSTAS DE AUTORIZAÇÃO DA
CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS DE TRANSFERÊNCIA DE
COMPETÊNCIAS COM AS FREGUESIAS: BARCO, CANTAR-GALO, CASEGAS, COUTADA,
OURONDO, PESO, VALES DO RIO E VILA DO CARVALHO**

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 22 de dezembro de 2025, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, através do ofício n.º 4326/25 de 2025.07.23 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, foi interveniente a Deputada Municipal **Doutora Mónica Cristina Cerqueira Ramôa (PCP)** que afirmou que “o que está aqui em causa não são contratos interadministrativos. Aliás, são autos de transferência de competências e de recursos. O clausulado dos autos é exatamente o mesmo dos que estão em vigor com as restantes freguesias. As competências a transferir também são as mesmas, espaços verdes, limpeza urbana, passeios, terrenos, etc., e as fichas de caracterização, que antes continham o número de unidades e os vários critérios de ponderação, foram reduzidas a quadros simples com o valor global para cada competência. No nosso entender, é um retrocesso, digamos assim, em termos de informação e transparência.” -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** deu “nota à Senhora Deputada, agradecendo à sua intervenção, de que, no fundo, estas propostas de autorização de celebração de contratos interadministrativos advêm, em primeiro lugar, daquilo que é a desagregação das freguesias que estavam agregadas e que, por essa razão, juridicamente passam a ter outra personalidade e têm de ser feitos novos contratos de delegação de competências. -----

Compreendo aquilo que a Senhora Deputada diz. Aquilo que acho que é essencial, que desejo e que não tenho dúvida, já agora, que assim acontecerá daquilo que é os executivos eleitos nas juntas de freguesia em causa, é que estas novas freguesias continuarão a cumprir com brio aquilo que são as competências que o Município lhes delega e continuarão a cuidar do espaço público como o fizeram até aqui e vão porventura até melhorar. -----

Acho que isso, para o cidadão comum, compreendendo a questão que se coloca para o cidadão no final do dia, aquilo que importa é que a articulação e a colaboração entre as juntas de freguesia e a Câmara Municipal seja efetiva e produza resultados e, nesse aspeto, quero agradecer e destacar o trabalho que a juntas de freguesia, todas elas sem exceção, têm feito e tenho a certeza que vão continuar a fazer neste mandato para conjuntamente tratarmos melhor aquilo que é o espaço público e as competências que a Câmara Municipal agora lhes delega, também pela correspondente transferência financeira.” -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – ***Propostas de Autorização da Celebração de Contratos Interadministrativos de Transferência de Competências com as Freguesias: Barco, Cantar-Galo, Casegas, Coutada, Ourondo, Peso, Vales do Rio e Vila do Carvalho***, foi a mesma ***autorizada por maioria com 46 votos a favor (PS, PSD, MIPP, CH, PCP e DMI) e 2 abstenções (CDS-PP)***. -----

Não votou, por não se encontrar presente na sala, o Deputado Municipal João José de Sousa Corono (MIPP). -----

--- Foi feita a seguinte Declaração de Voto pelo Senhor **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP)**: “Só de referir que, concordando um bocadinho com as questões que foram levantadas aqui pela Deputada Mónica Ramos, mas basicamente estas questões dos contratos e das transferências de competências geram-nos sempre algum ceticismo. -----

Primeiro, porque não sabemos exatamente se acreditamos que seja exatamente aquilo que os presidentes de junta entenderam e solicitaram para a realização destas competências, mas não tendo a certeza do cumprimento e do pagamento destas questões, preferimos aguardar e verificar depois se isto foi devidamente cumprido ou não. Por isso a razão da nossa abstenção.” -----

3.17 – APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO DA CELEBRAÇÃO DE CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS A CELEBRAR COM A JUNTA DE FREGUESIA DE ORJAIS – EXECUÇÃO DE TRABALHOS DE RECONSTRUÇÃO DO MURO DE PEDRA LOCALIZADO NA RUA DAS LAGES, N.º 28, EM ORJAIS

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 22 de dezembro de 2025, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, através do ofício n.º 4327/25 de 2025.07.23 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, não se registaram quaisquer inscrições. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – ***Proposta de Autorização da Celebração de Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências a celebrar com a Junta de Freguesia de Orjaís – Execução de Trabalhos de Reconstrução do Muro de Pedra localizado na Rua das Lages, n.º 28, em Orjaís***, foi a mesma ***autorizada por maioria com 46 votos a favor (PS, PSD, MIPP, CH, PCP e DMI) e 02 abstenções (CDS-PP)***. -----

Não votou, por não se encontrar presente na sala, o Deputado Municipal João José de Sousa Corono (MIPP). -----

--- Foi feita Declaração de Voto pelo Senhor **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP)** com o mesmo teor do ponto anterior. -----

**3.18 – APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO DA
CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS
DA CÂMARA MUNICIPAL DA COVILHÃ NAS JUNTAS DE FREGUESIA DE ERADA E DE CORTES
DO MEIO – TRANSPORTES ESCOLARES – ANO ESCOLAR 2025/2026**

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 18 de julho de 2025, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, através do ofício n.º 4326/25 de 2025.07.23 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, não foram registadas inscrições. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – ***Proposta de Autorização da Celebração de Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências da Câmara Municipal da Covilhã nas Juntas de Freguesia de Erada e de Cortes do Meio – Transportes Escolares – Ano Escolar 2025/2026***, foi a mesma ***autorizada por maioria com 46 votos a favor (PS, PSD, MIPP, CH, PCP e DMI) e 02 abstenções (CDS-PP)***. -----

Não votou, por não se encontrar presente na sala, o Deputado Municipal João José de Sousa Corono (MIPP). -----

--- Foi feita Declaração de Voto pelo Senhor **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP)** com o mesmo teor do ponto 3.16. -----

**3.19 – APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO DA
CELEBRAÇÃO DE CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS
DA CÂMARA MUNICIPAL DA COVILHÃ NA JUNTA DE FREGUESIA DE PERABOA PARA
PAGAMENTO DAS DESPESAS CORRENTES DO FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES LETIVAS
E NÃO LETIVAS E REFEITÓRIO DA EB E JI DE PERABOA – ANO ESCOLAR 2025/2026**

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 18 de julho de 2025, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, através do ofício n.º 4327/25 de 2025.07.23 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, foi interveniente a Senhora **Doutora Mónica Cristina Cerqueira Ramôa (PCP)** que questionou se “a Câmara vai pagar 300 € mensais à Junta de Freguesia de Peraboa por um espaço cedido? É isso? Portanto, o espaço já foi cedido e a Câmara agora paga 300 €, além da cedência do espaço?” -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** respondeu que “são os custos de funcionamento. O espaço é de uma entidade particular, privada, que cede à Junta de Freguesia e aquilo que o Município faz é compartilhar com a Junta de Freguesia os custos de funcionamento desse espaço, dessa infraestrutura.” -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – ***Proposta de Autorização da Celebração de Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências da Câmara Municipal da Covilhã na Junta de Freguesia de Peraboa para pagamento das despesas correntes do funcionamento das atividades letivas e não letivas e refeitório da EB e JI de Peraboa – Ano Escolar 2025/2026***, foi a mesma ***autorizada por maioria com 46 votos a favor (PS, PSD, MIPP, CH, PCP e DMI) e 02 abstenções (CDS-PP)***. -----

Não votou, por não se encontrar presente na sala, o Deputado Municipal João José de Sousa Corono (MIPP). -----

--- Foi feita Declaração de Voto pelo Senhor **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP)** com o mesmo teor do ponto 3.16. -----

**3.20 – APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE AS PROPOSTAS DE AUTORIZAÇÃO DA
CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS DE TRANSFERÊNCIA DE
COMPETÊNCIAS COM AS FREGUESIAS DE CANTAR-GALO, COUTADA E VILA DO CARVALHO –
RECURSOS HUMANOS – ANO ESCOLAR 2025/2026**

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 22 de dezembro de 2025, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, através do ofício n.º 4326/25 de 2025.07.23 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, foi interveniente a Deputada Municipal **Doutora Mónica Cristina Cerqueira Ramôa (PCP)** que afirmou que “São aqui apresentados recibos verdes encapotados, pelo que não poderemos pactuar com esta situação.” -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – ***Proposta de Autorização da Celebração de Contratos Interadministrativos de Transferência de Competências com as Freguesias de Cantar-Galo, Coutada e Vila do Carvalho – Recursos Humanos – Ano Escolar 2025/2026***, foi a mesma ***autorizada por maioria com 44 votos a favor (PS, PSD, MIPP, CH e DMI), 2 votos contra (PCP) e 2 abstenções (CDS-PP)***. -----

Não votou, por não se encontrar presente na sala, o Deputado Municipal João José de Sousa Corono (MIPP). -----

--- Foi feita Declaração de Voto pelo Senhor **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP)** com o mesmo teor do ponto 3.16. -----

**3.21 – APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO DA
CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS DE DELEGAÇÃO DE
COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DA COVILHÃ NAS JUNTAS DE FREGUESIA –
CONTRATAÇÃO DE RH PARA ACOMPANHAMENTO DO SERVIÇO DE REFEIÇÕES – ANO
ESCOLAR 2025/2026**

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 18 de julho de 2025, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, através do ofício n.º 4329/25 de 2025.07.23 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, foi interveniente a Deputada Municipal **Doutora Mónica Cristina Cerqueira Ramôa (PCP)** que lembrou que “já falámos isto noutros anos. Estamos aqui a delegar competências no fundo da Educação nas várias freguesias. Se a Câmara contratualizasse no conjunto todos estes serviços, das refeições, do aquecimento, conseguir-se-ia se calhar poupar muitos euros e retirar das juntas de freguesia este ônus que continua a ser um ônus pesado nas suas contas, que as inviabiliza muitas vezes de poder aplicar ou investir, digamos assim, no desenvolvimento da freguesia por causa destas situações. -----

Por isso, continuamos a propor que este tipo de contratualização seja feita pela Câmara para todos os equipamentos escolares.” -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** agradeceu “a sua intervenção e usa os argumentos que aduz a esta discussão, mas quero-lhe dizer o seguinte: a nossa prioridade é a qualidade das refeições fornecidas às nossas crianças. Nesse sentido, aquilo que o Executivo Municipal e os serviços do Município têm procurado fazer é encontrar aquilo que é a melhor solução para que a qualidade das refeições servidas às nossas crianças seja a melhor possível. -----

Temos um procedimento contratado em termos de refeições para grande parte das escolas, nomeadamente das escolas do centro urbano, mas aquilo que se verifica e aquilo que me informa a Senhora Vereadora com o pelouro da Educação é que, nomeadamente neste caso, as juntas de freguesia acabam por assegurar uma relação qualidade/preço e uma qualidade de maior qualidade às nossas crianças. Seria, aliás, compreensivo, do ponto de vista prático, perceber que o confeccionamento de refeições num espaço urbano que depois é deslocado para serem servidas nas freguesias mais longe, acaba por colocar em causa até, não diria a qualidade, mas as próprias refeições chegarem quentes, etc. -----

Respeito os seus argumentos. Aquilo que é a informação que temos quer das juntas de freguesia, quer da Senhora Vereadora com o pelouro, quer dos serviços da Educação é que, de facto, esta é a melhor forma de garantir e assegurar a qualidade das refeições às nossas crianças e isso é aquilo que nos motiva, para além de que esta delegação de competências nas juntas de freguesia acaba por indiretamente assegurar alguns postos de trabalho de pessoas que acabam por confeccionar estas refeições nas juntas de freguesia e isso não é despendendo também.” -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Proposta de Autorização da Celebração de Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências da Câmara Municipal da Covilhã nas Juntas de Freguesia – Contratação de RH para acompanhamento do serviço de refeições – Ano escolar 2025/2026**, foi a mesma **autorizada por maioria com 46 votos a favor (PS, PSD, MIPP, CH, PCP e DMI) e 2 abstenções (CDS-PP)**. -----

Não votou, por não se encontrar presente na sala, o Deputado Municipal João José de Sousa Corono (MIPP). -----

--- Foi feita Declaração de Voto pelo Senhor **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP)** com o mesmo teor do ponto 3.16. -----

**3.22 – APRECIAÇÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE AS PROPOSTAS DE AUTORIZAÇÃO DA
CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS DE TRANSFERÊNCIA DE
COMPETÊNCIAS COM AS FREGUESIAS DE CANTAR-GALO, COUTADA E VILA DO CARVALHO
– AQUECIMENTO ESCOLAR – ANO ESCOLAR 2025/2026**

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 22 de dezembro de 2025, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, através do ofício n.º 6758/25 de 2025.12.23 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, não se registaram intervenientes. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – ***Proposta de Autorização da Celebração de Contratos Interadministrativos de Transferência de Competências com as Freguesias de Cantar-Galo, Coutada e Vila do Carvalho – Aquecimento Escolar – Ano escolar 2025/2026***, foi a mesma ***autorizada por maioria com 46 votos a favor (PS, PSD, MIPP, CH, PCP e DMI) e 2 abstenções (CDS-PP)***. -----

Não votou, por não se encontrar presente na sala, o Deputado Municipal João José de Sousa Corono (MIPP). -----

--- Foi feita Declaração de Voto pelo Senhor **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP)** com o mesmo teor do ponto 3.16. -----

**3.23 – APRECIAÇÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO DA CELEBRAÇÃO
DE CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DA CÂMARA
MUNICIPAL DA COVILHÃ NAS JUNTAS DE FREGUESIA – AQUECIMENTO ESCOLAR – ANO
ESCOLAR 2025/2026**

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 18 de julho de 2025,

foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, através do ofício n.º 4330 de 2025.07.23 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, não se registaram intervenientes. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – ***Proposta de Autorização da Celebração de Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências da Câmara Municipal da Covilhã nas Juntas de Freguesia – Aquecimento Escolar – Ano Escolar 2025/2026***, foi a mesma ***autorizada por maioria com 46 votos a favor (PS, PSD, MIPP, CH, PCP e DMI) e 2 abstenções (CDS-PP)***. -----

Não votou, por não se encontrar presente na sala, o Deputado Municipal João José de Sousa Corono (MIPP). -----

--- Foi feita Declaração de Voto pelo Senhor **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP)** com o mesmo teor do ponto 3.16. -----

**3.24 – APRECIAÇÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO DA
CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS DE DELEGAÇÃO DE
COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DA COVILHÃ NAS JUNTAS DE FREGUESIA –
CONTRATAÇÃO DE RH PARA ASSEGURAR A COMPONENTE DE APOIO À FAMÍLIA NO 1.º
CICLO E ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO E APOIO À FAMÍLIA NOS JARDINS-DE-INFÂNCIA –
ANO ESCOLAR 2025/2026**

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 18 de julho de 2025, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, através do ofício n.º 4331/25 de 2025.07.23 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, não se registaram intervenientes. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – ***Proposta de Autorização da Celebração de Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências da Câmara Municipal da Covilhã nas Juntas de Freguesia – Contratação de RH para assegurar a componente de apoio à família no 1.º Ciclo e atividades de animação e apoio à família nos jardins-de-infância – Ano escolar 2025/2026***, foi a mesma ***autorizada por maioria com 46 votos a favor (PS, PSD, MIPP, CH, PCP e DMI) e 2 abstenções (CDS-PP)***. -----

Não votou, por não se encontrar presente na sala, o Deputado Municipal João José de Sousa Corono (MIPP). -----

--- Foi feita Declaração de Voto pelo Senhor **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP)** com o mesmo teor do ponto 3.16. -----

**3.25 – APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO DA
CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS DE DELEGAÇÃO DE
COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DA COVILHÃ NA JUNTA DE FREGUESIA DE S.
FRANCISCO DE ASSIS – CONTRATAÇÃO DE RH PARA ASSEGURAR A COMPONENTE DE
APOIO À FAMÍLIA NO 1.º CICLO E ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO E APOIO À FAMÍLIA NOS
JARDINS-DE-INFÂNCIA – ANO ESCOLAR 2025/2026**

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 05 de setembro de 2025, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, através do ofício n.º 4994/25 de 2025.09.16 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, não se registaram intervenientes. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – ***Proposta de Autorização da Celebração de Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências da Câmara Municipal da Covilhã na Junta de Freguesia de S. Francisco de Assis – Contratação de RH para assegurar a componente de apoio à família no 1.º Ciclo e atividades de animação e apoio à família nos jardins-de-infância – Ano escolar 2025/2026***, foi a mesma ***autorizada por maioria com 46 votos a favor (PS, PSD, MIPP, CH, PCP e DMI) e 2 abstenções (CDS-PP)***. -----

Não votou, por não se encontrar presente na sala, o Deputado Municipal João José de Sousa Corono (MIPP). -----

--- Foi feita Declaração de Voto pelo Senhor **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP)** com o mesmo teor do ponto 3.16. -----

**3.26 – APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO DA
CELEBRAÇÃO DE ADITAMENTO AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE
COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DA COVILHÃ NA JUNTA DE FREGUESIA DO PAUL –
AQUECIMENTO ESCOLAR – ANO ESCOLAR 2024/2025**

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 18 de julho de 2025, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, através do ofício n.º 4332/25 de 2025.07.23 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação não se registaram inscrições, tendo o Senhor **Presidente da Câmara Municipal** esclareceu que se tratava de um “aditamento ao contrato anterior. Significa que, na prática, o valor previsto inicialmente no protocolo não foi suficiente para fazer face às despesas e, no fundo, é um aditamento que dá cobertura financeira.” -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – ***Proposta de Autorização da Celebração de Aditamento ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências da Câmara Municipal da Covilhã na Junta de Freguesia do Paul – Aquecimento Escolar – Ano Escolar 2024/2025***, foi a mesma ***autorizada por maioria com 44 votos a favor e 04 abstenções (CDS-PP e CH)***. -----

Não votou o Senhor João José de Sousa Corono (MIPP) por não se encontrar presente na sala. --

--- Foi feita Declaração de Voto pelo Senhor **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP)** com o mesmo teor do ponto 3.16. -----

**3.27 – APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO DA
CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS DE DELEGAÇÃO DE
COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICÍPIO DA COVILHÃ E OS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS E
ESCOLAS NÃO AGRUPADAS**

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 19 de dezembro de 2025, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para

efeitos do disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, através do ofício n.º 6718/25 de 2025.12.21 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, não se registaram intervenientes. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – ***Proposta de Autorização da Celebração de Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências entre o Município da Covilhã e os Agrupamentos de Escolas e Escolas não Agrupadas***, foi a mesma ***autorizada por maioria com 46 votos a favor (PS, PSD, MIPP, CH, PCP e DMI) e 2 abstenções (CDS-PP)***. -----

Não votou, por não se encontrar presente na sala, o Deputado Municipal João José de Sousa Corono (MIPP). -----

--- Foi feita Declaração de Voto pelo Senhor **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP)** com o mesmo teor do ponto 3.16. -----

3.28 – APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO DA CELEBRAÇÃO DE CONTRATO INTERADMINISTRATIVO ENTRE O MUNICÍPIO DA COVILHÃ E A GUARDA NACIONAL REPUBLICANA

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 05 de setembro de 2025, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, através do ofício n.º 4997/25 de 2025.09.16 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, foi interveniente a Senhora **Dra. Ana Catarina Baptista Bernardino Trindade Branco (MIPP)** que referiu que “o objeto deste contrato é legítimo, com vista à cooperação entre o Município da Covilhã e a GNR no âmbito da limpeza de terrenos, prevenção de incêndios e identificação de situações de incumprimento legal. -----

Do ponto de vista do interesse público, a medida é correta e necessária, mas quando esta cooperação envolve o tratamento de dados pessoais, a legalidade não deve ser um detalhe. É uma condição essencial da própria validade do procedimento. -----

No que diz respeito ao tratamento de dados pessoais, nos termos do artigo 4.º do Regulamento Geral sobre a Proteção de dados – Regulamento 679/2016, de 27 de abril, define dados pessoais e aqui remete-nos para este contrato na sua cláusula 2.ª, a transmissão de dados pessoais na identificação de proprietários com nome e morada e a utilização dessa informação para efeitos administrativos ou de contraordenações. Este Regulamento enuncia que deverá haver uma base legal para o tratamento dos dados (art. 6.º), embora este tratamento só é lícito se o titular dos dados tiver dado o seu consentimento para o tratamento dos seus dados pessoais para uma ou mais finalidades específicas e estas vigoram na alínea b) do artigo 5.º e as responsabilidades entre as entidades deverão estar claramente definidas, definindo quem é o responsável pelo tratamento dos dados (art.ºs 26.º e 28.º). Ou seja, neste contrato não está nem definido se o Município e a GNR atuam como responsáveis conjuntos pelo tratamento de dados (art.º 26.º) ou se, por outro lado, uma das entidades é subcontratante (art.º 28.º) o que exige uma cláusula mais detalhada. --

Do ponto de vista do direito nacional, a Lei n.º 58/2019, que assegura a execução do RGPD em Portugal, reforça essa exigência, nomeadamente no que respeita à atuação das entidades públicas o princípio da minimização dos dados e a necessidade de garantir direitos efetivos aos titulares dos dados. Falamos, por exemplo, do direito à informação, do direito de acesso, do direito à retificação, mesmo quando o tratamento dos dados serve para fins de interesse público. -----

Neste contrato, dever-se-ia ter em conta os limites à partilha de dados, o prazo de conservação da informação, bem como os mecanismos de responsabilização em caso da violação dos dados, não por causa de confiança nas instituições envolvidas, porque a proteção de dados pessoais é hoje essencial à confiança democrática. -----

Assim, o Movimento Independente pelas Pessoas considera que o objetivo do contrato é correto, é legítima a sua finalidade, mas fica aquém do enquadramento jurídico em relação à proteção de dados. Reforçar as cláusulas já enunciadas não fragiliza nem a ação do Município, nem tão pouco da GNR, mas certamente irá protegê-la juridicamente, assim como protege os direitos dos cidadãos. -----

Referir ainda que a limpeza dos terrenos não é apenas uma obrigação legal, é uma responsabilidade coletiva dos proprietários, mas também da Autarquia que deve dar o exemplo, começando pelos seus próprios terrenos e pelas muitas estradas do concelho onde essa limpeza, muitas vezes, não é efetuada.” -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – ***Proposta de Autorização da Celebração de Contrato Interadministrativo entre o Município da Covilhã e a Guarda Nacional Republicana***, foi a mesma ***autorizada por maioria com 46 votos a favor (PS, PSD, MIPP, CH, PCP e DMI) e 2 abstenções (CDS-PP)***. -----

Não votou, por não se encontrar presente na sala, o Deputado Municipal João José de Sousa Corono (MIPP). -----

3.29 – APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DE ORÇAMENTO PARA 2026; MAPA DE PESSOAL PARA 2026; LISTAGEM DE PRÉDIOS MUNICIPAIS, POR FREGUESIA, PARA ALIENAÇÃO; TABELA GERAL DE TAXAS MUNICIPAIS; TABELA GERAL DE PREÇOS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS E AUTORIZAÇÃO PARA DISPENSA DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 22 de dezembro de 2025, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para efeitos do disposto nas alíneas a) e o) do n.º 1 do artigo 25.º, conjugado com as alíneas c) e ccc) do n.º 1 do artigo 33.º todas do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, através do ofício n.º 6736/25 de 2025.12.22 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Ausentaram-se da sala, nos termos do n.º 4 do artigo 31.º do Código do Procedimento Administrativo, o Senhor Dr. Nuno Filipe Abreu Pedro (PS) e a Senhora Dra. Ana Maria Puebla Simões (PSD), não participando na apreciação e na votação do assunto. -----

--- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** fez a apresentação do assunto “com o apoio de uns slides. -----

O Orçamento Municipal de 2026 é um orçamento de responsabilidade, é um orçamento de rigor, um orçamento de compromisso, de ambição para trabalharmos para as pessoas, pelas pessoas e para uma Covilhã com futuro com mais desenvolvimento. É um orçamento de um novo ciclo de governação assente na ambição e na confiança de concretização. -----

Este Orçamento assenta num cenário e num contexto económico e financeiro de instabilidade e de incerteza internacional. É um orçamento cuja inflação prevista é de 2,1% em 2026, com uma exigência de consolidação das contas públicas e com o cumprimento dos limites e obrigações legais da situação financeira das autarquias. -----

É um Orçamento com os princípios orientadores do rigor, um orçamento de realismo e de ambição, conforme já disse, que também garante o equilíbrio orçamental integral, a sustentabilidade económica e financeira das finanças do Município e que é um exercício também de transparência e de responsabilidade na gestão pública. -----

É um orçamento com um total de 69,1 milhões de euros com um crescimento de 7,76% face ao montante de 2025 e com uma receita e uma despesa rigorosamente equilibradas. -----

É um orçamento cuja estrutura da receita assenta: na receita corrente de 74,77% (51,7 M€) e com receitas de capital de 25,23% (17,4 M€); nas transferências correntes, num total de 46,95% e com impostos indiretos de IMI, IMT e o IUC. -----

Em termos da fiscalidade municipal, começamos pelo IMI. É um IMI que chamamos de justiça social e territorial. É um IMI que mantemos naquilo que é o montante mínimo permitido por lei, onde nos prédios urbanos tem um montante 0,30% (taxa mínima legal) e nos prédios rústicos, 0,80%, onde diferenciamos também as famílias naquilo que é a lei, nos permite a adoção de 30 € num dependente, de 70 € em dois dependentes, de três ou mais dependentes a adoção de 140 €. -----

Temos também uma política com agravamento seletivo do IMI na triplicação da taxa para imóveis devolutos, ruínas e abandono fiscal e na majoração de 30% para prédios degradados. -----

É um IMI equilibrado para quem reside e um IMI que penaliza quem abandona o património, procurando de alguma forma incentivar a que esta reabilitação urbana, quer do espaço urbano da cidade, quer das nossas freguesias, aconteça. -----

Ao nível da Derrama, é uma Derrama que promove a competitividade do emprego também nos mínimos legais. A taxa normal de 1%, de 0,10% para empresas até 150.000 € de volume de negócios e a isenção total para empresas com sede na Covilhã e um impacto assumido previsto de 450.000 €, devolvidos à economia local. O que se pretende é que se reafirme que a Covilhã é um município amigo das empresas e do emprego e é o centro empresarial da região. -----

Na estrutura da Despesa, temos como despesa corrente 70,19% num total de 48,5 M€ e como despesa de capital 29,81% (20,6 M€) com o foco na prestação de serviços públicos de qualidade. -

Este é um orçamento para investir nas pessoas que nos vai permitir apostar nas condições de trabalho dos recursos humanos municipais, na valorização dos trabalhadores do Município. São eles, no fundo, que também nos ajudam a cumprir aquilo que é a obrigação de serviço público e de melhorar a condição de vida dos nossos concidadãos, bem como na aposta também nos Serviços Operacionais do Município, na Educação, na ação social, na saúde. Isto permite-nos, de alguma forma, dar também resposta às competências descentralizadas que o Município assumiu e que hoje tem responsabilidade para garantir aquilo que são os serviços no nosso concelho. -----

O investimento estruturante plurianual de 20.600.000 € será sobretudo investido como prioridade, como já tive oportunidade de reafirmar e como foi o nosso compromisso eleitoral, naquilo que é a requalificação do espaço público e dos equipamentos coletivos, na requalificação das infraestruturas rodoviárias e nos passeios e na aposta no desenvolvimento sustentável também como já tive a oportunidade de aqui reafirmar há pouco numa intervenção, mas quero fazê-lo agora no contexto do Orçamento. É para nós muito importante aquilo que são as prioridades ao nível da habitação e já falaremos mais à frente, ao nível da resposta da reabilitação urbana, da requalificação do espaço público (já falaremos também, mais à frente, um pouco mais sobre isso), mas também naquilo que é o desenvolvimento sustentável e o compromisso que também já assumi nesta Assembleia de procurarmos regenerar e recuperar o território ardido daquilo que foi o grande incêndio de agosto. -----

As Grandes Opções do Plano incluem sobretudo as questões da Habitação, as questões da Educação, da Saúde e da Ação Social, da Cultura, do Desporto e do Ambiente, uma aposta clara nas freguesias, na regeneração urbana e do espaço público e na requalificação de estradas e passeios. -----

Ao nível da Habitação, pretendemos dar continuidade à política da Estratégia Local de Habitação, dando resposta nomeadamente naquilo que é o programa do 1.º Direito. Pretendemos também reabilitar e aumentar aquilo que é o parque habitacional municipal, nomeadamente para habitações com rendas acessíveis, dar também resposta a situações de carência habitacional grave e procurar incentivar privados que construam habitações a custos acessíveis ou a custos controlados. -----

Ao nível da Educação, o compromisso com a manutenção e requalificação de escolas, continuar o trabalho que tem sido feito e dar resposta às muitas intervenções que são necessárias serem feitas. Vamos continuar com este orçamento a fazê-las no próximo ano; Continuaremos também a melhorar aquilo que são os serviços de transportes, de refeições, de apoios sociais às nossas crianças, aos nossos jovens, a dar também continuidade àquilo que são as atividades de apoio às famílias que são um complemento muito importante que o Município garante para que as famílias possam encontrar na escola um apoio não só em termos de formação das nossas crianças, dos nossos jovens, como um elevador social naquilo que é o seu futuro, mas também um apoio àquilo que é a sua vida e àquilo que é a vida familiar dos covilhanenses; uma gestão responsável das competências descentralizadas; e procurar continuar a trabalhar naquilo que é uma excelência e uma diferenciação do ensino oferecido no concelho da Covilhã. -----

Ao nível da Saúde e da Ação Social, o reforço dos apoios sociais às famílias carenciadas; o reforço dos apoios sociais aos estudantes carenciados; a requalificação e a capacitação das extensões de saúde nas freguesias. Melhorar aquilo que são as condições não só dos profissionais de saúde, mas sobretudo dos utentes das nossas freguesias que acabam por ter, nessas extensões de saúde, a oportunidade e as condições para terem uma saúde de proximidade essencial para a qualidade de vida nas nossas aldeias; a conclusão das obras da Unidade de Saúde Familiar *Hermínius* e aqui permitam-me que dê uma nota do estado em que se encontra a obra. Portanto, é um projeto que vem de trás, financiado através do PRR e sei que tem sido politicamente motivo de intervenção de algumas forças políticas. No estado em que as obras se encontram neste momento seria porventura uma irresponsabilidade, do ponto de vista da gestão pública, voltarmos atrás com este projeto. É um projeto que está financiado e alavancado naquilo que é um financiamento do PRR, que tem prazos muito curtos (até meados do próximo ano). A obra já está a mais de meio naquilo que é a sua concretização nas várias fases da execução. Seria uma total irresponsabilidade, com danos para aquilo que é o orçamento municipal, interrompermos a obra e, portanto, iremos concluir essa obra no ano de 2026, cumprindo aquilo que são os compromissos assumidos pelo Município da Covilhã ao nível da Unidade Local de Saúde, mas também daquilo que é o financiamento do PRR; depois também continuarmos com aquilo que são os programas de promoção de hábitos de vida saudável e de ações de promoção do envelhecimento ativo na nossa cidade que têm acontecido no nosso concelho e que tem produzido muito bons resultados. Queremos continuar a ser e a merecer a distinção que recebemos em novembro de uma cidade amiga do envelhecimento e, de preferência, a um envelhecimento ativo e feliz. -----

Depois, dar conta naquilo que são as prioridades da Cultura e do Desporto: uma dinamização daquilo que são as infraestruturas do Centro de Inovação Cultural e do Teatro Municipal da Covilhã. Vamos ter uma nova fase daquilo que é a vida do Teatro e do Centro de Inovação Cultural na Covilhã no próximo ano. Aguardamos com expectativa aquilo que foram as candidaturas

submetidas pela Autarquia aos apoios financeiros à programação. Esperamos que essa candidatura venha aprovada e que também permita densificar aquilo que é o Programa de Dinamização do Centro de Inovação Cultural e do Teatro Municipal da Covilhã, reafirmando um objetivo muito claro de que a Covilhã quer se afirmar não apenas pela oferta cultural de que dispõe para os seus munícipes e para quem nos visita, mas também, sobretudo, como um polo de produção cultural, de afirmação e crescimento de talentos também na área da cultura e isso tem acontecido ao longo dos anos. Queremos intensificar essa referência e essa centralidade cultural que a Covilhã tem vindo a adquirir; queremos continuar também naquilo que são a valorização das infraestruturas dos museus municipais e das estruturas culturais nas freguesias; continuar a afirmar a estratégia da Covilhã Cidade Criativa da UNESCO; proceder, ao nível das infraestruturas desportivas, à reabertura da Piscina Municipal; e também trabalhar naquilo que é a manutenção e requalificação das infraestruturas desportivas, nomeadamente no âmbito do complexo desportivo. -----

Ao nível do Ambiente e da Mobilidade, a reformulação dos horários e das rotas de serviço de transporte público rodoviário em todo o concelho é uma ambição. Esperemos que seja possível, durante o próximo ano, dar passos substanciais não só em aumentar as rotas, aumentar os horários, mas também conseguir um caminho naquilo que é a oferta em termos de passes e o custo financeiro dos passes. Reafirmamos aquilo que é o nosso objetivo ao mandato que é procurarmos criar as condições necessárias para que os covilhanenses no concelho da Covilhã tenham um passe idêntico em termos de montante àquilo que é o montante pago pelos cidadãos do concelho de Lisboa, isto é, 30 €; dar nota também da criação de uma brigada de Sapadores Municipais e isto responde também algumas questões que já foram aqui levantadas nesta Assembleia, nomeadamente em termos daquilo que são as obrigações que o Município tem para com a limpeza e manutenção do espaço público. Temos a expectativa que a criação de uma brigada de Sapadores Municipais permita ao Município aumentar aquilo que é a sua capacidade de resposta no cumprimento da lei daquilo que é a limpeza desses espaços, nomeadamente dos espaços florestais; queremos também reeditar aquilo que é o apoio às equipas florestais do concelho que já aconteceram no mandato passado e que queremos também manter e reeditar neste mandato; depois também procurar ter avanços naquilo que é um programa de reflorestação e recuperação das áreas ardidas. Como disse, arderam 20.000 hectares numa área de 11 freguesias do nosso concelho. Para que todos tenhamos consciência e noção da dimensão desta tragédia, é duas vezes e meia a área do concelho de Lisboa. Isto merece de facto, reflexão. Não conseguiremos fazê-lo sozinho, mas iremos avançar com determinação naquilo que é as condições que tivermos para fazer a reflorestação e a recuperação da área ardida destes territórios, dizendo a estas populações que continua a valer a pena viverem, trabalharem e criarem riqueza nas nossas aldeias, nas nossas freguesias e que não estão sozinhas nesse trabalho. A Câmara Municipal está convosco.

Depois dar conta daquilo que é o Apoio às Freguesias. Vamos manter, de grosso modo, aquilo que são o montante e as competências delegadas nas 25 freguesias do concelho da Covilhã. Subimos aqui ligeiramente. No montante global era 1.600 e poucos mil euros. Subimos na delegação de competências para 1.626.172,56 €/ano. Vamos ter, no próximo ano, uma inovação que vai procurar trazer às freguesias para aquilo que é um dos objetivos do mandato que é a reabilitação do espaço público e da regeneração urbana. Vamos dedicar anualmente 250.000 € alocados às

juntas de freguesia que irão dispor de uma verba, em função da sua dimensão, para alocarem em intervenções na regeneração urbana ou na requalificação do espaço público, para fazerem intervenção naquilo que consideram mais prioritário em cada uma das juntas de freguesia; acima de 1500 eleitores, temos um protocolo anual de 17.000 €, entre 1499 eleitores e 750 eleitores teremos um protocolo anual de 10.000 € e abaixo dos 749 eleitores teremos um protocolo anual de 7.500 €. É no total de 250.000 € anual que vamos investir procurando incentivar e capacitar as juntas de freguesia para acompanharem este objetivo do concelho, da Autarquia, do Município em cuidarmos e reabilitarmos o nosso espaço público; depois vamos também fazer a dotação orçamental daquilo que é o Regulamento de Apoio às Freguesias e vamos dotar com 62.500 € para apoios a eventos nas juntas de freguesia e 50.000 € para a aquisição de equipamentos de limpeza em cada uma das juntas de freguesia. É, no total, quase uma transferência de 2 milhões € - 1.980.000 € (números redondos) – que aumenta face àquilo que era em 2025 as transferências de verbas e de descentralização para as nossas juntas de freguesias numa política clara de reforço da descentralização, de proximidade e de coesão territorial, procurando que este objetivo de reabilitação urbana, regeneração do espaço público, de cuidado daquilo que é o espaço público de cada um de nós nos nossos territórios, possa ser um objetivo acompanhado por todas e por todos, independentemente de onde se encontram no nosso concelho. -----

O Equilíbrio e a Sustentabilidade deste orçamento está garantido através do cumprimento integral da Lei das Finanças Locais, com margem orçamental positiva de aproximadamente 440.000 € e numa gestão financeira realista, prudente e responsável. Este é um orçamento responsável. É um orçamento realista. É um orçamento equilibrado. É um orçamento sustentável, ambicioso e de compromisso com foco na comunidade, com foco nas pessoas e no futuro de uma Covilhã mais próspera e desenvolvido, preparado para dar resposta aos desafios do presente e construir o futuro da Covilhã, preparado para cumprir o programa eleitoral para o qual fomos eleitos e honrar o compromisso político com os covilhanenses.” -----

--- Submetido à apreciação, foram intervenientes: -----

- **Dr. Jorge Ricardo Gouveia Viegas (Cortes do Meio):** “Relativamente aos 5% de suposto aumento no auto de transferência de competências que falámos em reunião, nós, entre presidentes conversámos e ficámos na dúvida se, efetivamente, estes 5% dizem respeito aos 5% que já foram aprovados para 2025 e com retroativos a janeiro ou se, eventualmente, o Senhor Presidente está a pensar reforçar a verba com 5% já para o ano de 2026. -----

Depois dizer-lhe que julgo que é importante revermos o modelo do próprio auto de transferências e dou-lhe um exemplo muito claro que tive a oportunidade de lhe dizer isso na reunião. Estas transferências de competências são impossíveis de aceitar, de não aceitar pelas juntas de freguesia porque somos o “braço armado” da Câmara Municipal nas freguesias e os fregueses entendem que grande parte do que acontece na freguesia é uma responsabilidade da junta e, nessa medida, acho que temos que olhar com outra cara para este auto de transferências. Dou um exemplo muito claro: o estado de degradação das nossas estradas é aquilo que o Senhor Presidente conhece. Também o é nas freguesias e cabe-nos a nós também, muitas vezes, a responsabilidade de tapar o buraco à porta da pessoa. E são vários milhares de euros que as juntas de freguesia gastam em

betuminoso a frio para tapar esses buracos. Por isso acho que era importante pensar num reforço desta verba. -----

Há alguns mandatos, pelo menos aqueles que cá andam há mais tempo, temos vindo a defender os 5% do orçamento municipal. Este ano estaríamos a falar de 3,5 milhões para as juntas de freguesia. Julgo que era importante dotar este braço de trabalho armado da Câmara Municipal com mais recursos porque, eventualmente, chatearíamos menos a Câmara Municipal, os nossos fregueses ficariam mais bem servidos e julgo que é, acima de tudo, importante repensar este modelo, atendendo àquilo que é o trabalho efetivo das juntas de freguesia no nosso concelho.” --

- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (PCP):** “O Executivo Municipal apresenta-nos um Plano e Orçamento com 69.138.200 € de receita e despesa. É um Orçamento e um Plano com aumento de receitas correntes (6,12%) por via, no essencial, também do aumento das transferências correntes do Orçamento de Estado, sendo pouco credível o crescimento dos rendimentos de propriedade ou de venda de bens e serviços. -----

Nas receitas de capital, prevê o Executivo uma diminuição das transferências de capital e de venda de bens de investimento, um valor de receitas de capital superiores a anos anteriores, por via da inclusão do empréstimo já autorizado para resgate da concessão de saneamento a ADS, resgate justo e exequível para se acabar com a promiscuidade da concessão com uma empresa que lucra cerca de milhão de euros/ano à custa da exploração das populações do concelho. -----

Nas despesas correntes, temos a despesa com pessoal a pressionar o orçamento, despesas necessárias e urgentes para o funcionamento dos serviços municipais, incluindo os operativos e os resultantes da transferência de competências na área da Educação, Saúde e Ação Social. No Mapa de Pessoal, o Executivo identifica a necessidade de 307 postos de trabalho, 53% na área da Educação, reflexo da transferência de competências. A Câmara Municipal está a sentir a pressão da necessidade de pessoal nas escolas e o rácio do Ministério da Educação não se altera. -----

Nas Grandes Opções do Plano, comparando com as de 2025, temos uma redução do investimento municipal na área da Educação, Cultura, Habitação e Urbanismo e Comunicações e Transportes. Esta redução irá traduzir-se em deficientes respostas nas áreas referidas. -----

Verifica-se um reforço na área da Proteção Civil e nas transferências para empresas municipais, num caso por efeito dos fogos florestais de 2025 e no outro pelos subsídios à exploração da AdC no contrato-programa que iremos abordar no ponto 3.35 em que o Executivo terá que explicar. --

Nas Grandes Opções do Plano, verifica-se a ausência de qualquer estratégia de desenvolvimento concelhio, qualquer resposta aos anseios das freguesias, às expectativas dos recentes presidentes de junta de freguesia e eleitos, um plano e orçamento de gestão corrente para se pagar o que se deve e eventual conclusão do que se implementou e prometeu em período eleitoral. -----

Pela leitura dos números, vamos ter em 2026 mais Cultura, Desporto e Tempos Livres e Proteção Civil mais robusta. Em contrapartida, temos menos investimento na Educação, na Habitação, no Saneamento e Salubridade, no Desenvolvimento Económico e nas Comunicações e Transportes. -

Não concordamos com estas opções e prioridades. Não nos revemos neste Plano e Orçamento e, por isso, iremos votar contra.” -----

- **Francisco José das Neves Farias (CH):** “O debate do Orçamento Municipal é sempre um momento determinante da vida democrática local. É neste momento que se materializam as opções políticas, se definem prioridades e, sobretudo, se projeta a visão que o Executivo tem para o futuro do concelho. -----

O Orçamento da Câmara Municipal da Covilhã para 2026 apresenta um valor global a rondar os 69 M€. Este é um dado objetivo que importa analisar com serenidade, mas também com sentido crítico. -----

Quando olhamos para a realidade de concelhos vizinhos, como o do Fundão cujo Orçamento ultrapassa os 100 M€, é natural que surjam questões, não para promover comparações estereis, mas para compreender as razões desta diferença e retirar conclusões que possam ser úteis para o futuro da Covilhã. -----

A Covilhã não é um concelho menor. Não o é do ponto de vista territorial, não o é do ponto de vista demográfico, nem o é do ponto de vista institucional. A Covilhã tem uma Universidade, recursos humanos qualificados, história, património e um potencial que é amplamente reconhecido dentro e fora do concelho. Por isso, a questão central não é saber se a Covilhã pode ambicionar mais, mas sim se está a fazê-lo de forma consistente e estratégica. -----

Neste contexto, é inevitável referir que o Plano de Recuperação e Resiliência, que foi apresentado como uma oportunidade histórica para o país e em particular para os territórios do interior, muitos concelhos conseguiram transformar esse instrumento numa alavanca para investir, modernizar infraestruturas, dinamizar a economia local e criar condições para atrair e fixar população. Na Covilhã, a perceção que resulta da análise deste Orçamento é que essa oportunidade não foi plenamente aproveitada. Não se trata de negar o trabalho realizado, mas de reconhecer que o impacto estrutural destas oportunidades no orçamento municipal ficou aquém do que seria desejável. -----

O documento que hoje aqui discutimos revela uma forte aposta na gestão corrente, assegurar o funcionamento dos serviços, cumprir compromissos, manter a resposta básica à população. Tudo isso é importante e necessário. No entanto, a governação local não se esgota na gestão do quotidiano. Gerir é essencial, mas liderar implica ir mais longe. Implica definir uma estratégia clara e estabelecer prioridades de médio e longo prazo e criar condições para que o concelho evolua, se torne mais atrativo e mais competitivo. -----

Este orçamento cumpre os requisitos formais e legais, mas deixa em aberto as questões fundamentais. Como se pretende reforçar a dinâmica económica do concelho? Que medidas estruturantes estão previstas para atrair investimento? Que estratégia existe para fixar jovens e valorizar o capital humano que aqui se formam? -----

Estas questões são legítimas e que esta Assembleia deve colocar e discutir com sentido de responsabilidade. A interpretação que aqui fazemos é, por isso, institucional e construtiva. Não visa desvalorizar o trabalho desenvolvido, mas sublinhar que a Covilhã tem condições para fazer

mais e melhor. A diferença entre concelhos não resulta apenas dos recursos humanos disponíveis, mas sobretudo das opções estratégicas adotadas e das prioridades políticas definidas. -----

Entendemos que este Orçamento, tal como está apresentado, revela prudência e contenção, mas evidencia também uma ambição limitada face aos desafios que o concelho enfrenta. É com este espírito de exigência democrática, responsabilidade institucional e compromisso com o futuro da Covilhã que analisámos este documento. -----

Acreditamos que o concelho merece uma visão mais afirmativa, capaz de projetar crescimento, inovação e coesão territorial. A Covilhã tem potencial. Cabe às decisões políticas transformá-lo em realidade. Este Orçamento é, sem dúvida, um exercício notável de imaginação. Nele, a Covilhã surge como uma cidade próspera, dinâmica e em crescimento constante, o que é curioso porque basta sair à rua para perceber que vivemos uma realidade bastante mais pedagógica. Afinal, imaginação também é um recurso e este orçamento usa-a em abundância. -----

O documento fala muito em investimento estratégico, uma expressão elegante que aqui parece significar adiar problemas antigos com palavras novas. Fala-se de futuro, mas insiste em repetir opções do passado (as mesmas opções que nos trouxeram até aqui). Há verbas generosas para estudos, planos, requalificações conceptuais e intenções muito bem formatadas em PowerPoint. Já para aquilo que realmente afeta a vida das pessoas – habitação acessível, apoio ao comércio local, fixação de jovens, serviços básicos – encontramos valores modestos, quase tímidos, como se não quiséssemos incomodar demasiado a realidade. -----

Este orçamento também tem um mérito raro. Consegue tratar a descentralização como discurso e a centralização como prática. As freguesias continuam a ser lembradas sobretudo nos agradecimentos finais, mas pouco mais. E não posso deixar de referir a velha máxima orçamental aqui aplicada com rigor científico. Quando não sabemos bem o que fazer, criamos uma rubrica vaga e chamamos “outros projetos”. -----

Senhor Presidente, este orçamento não é tecnicamente mau. É politicamente conformado. Não ofende, não entusiasma, não transforma. Serve para manter a máquina a funcionar, mesmo que a cidade continue parada. -----

A Covilhã não precisa apenas de contas certas, precisa da ambição certa. Precisa de um orçamento que enfrente problemas e não que os contorne com linguagem administrativa. -----

Por isso, não concordamos com este orçamento. Não por gosto de oposição, mas por respeito pela cidade porque a Covilhã merece mais do que um Orçamento que sobreviva. Merece um orçamento que lidera. -----

Vamos falar claro porque os números ajudam para perceber a realidade. O Orçamento da Covilhã para 2026 ronda os 60 milhões e o do Fundão ultrapassa os 100 milhões. Repito, 60 milhões na Covilhã e mais de 100 milhões no Fundão. E a pergunta é inevitável. Somos assim tão pequenos? Temos assim tão menos necessidades ou simplesmente nos habituamos a pensar pequeno? O Fundão não é melhor que a Covilhã. Não tem mais população. Não tem uma Universidade. Não tem uma história. Mas tem algo que claramente faltou: uma estratégia para captar investimento e aproveitar oportunidades como o PRR. -----

O resultado está à vista. Um orçamento que se limita a gerir o dia-a-dia, a pagar contas, a manter serviços e a sobreviver. E atenção, gerir é importante, mas liderar é outra coisa. A Covilhã merece mais. Merece visão. Merece coragem. Merece liderança. Enquanto isso não aparecer neste orçamento, não contem connosco para o aplaudir.” -----

- **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP):** “Agradecer penhoradamente ao Senhor Presidente da Câmara o facto de, pela primeira vez em muitos anos, termos direito a uma apresentação do Orçamento. Aleluia! Graças a Deus ouviu-se a oposição! Fizeram-lhe bem os anos que esteve aqui na Assembleia a falar. Acho que lhe devo este cumprimento inicial e acho que é de honrar, de facto, esta situação, apesar de também termos que ter consciência a limitação que é uma apresentação dum documento desta natureza e de se reduzir a meras parangonas. Vamos esperar que tenhamos conhecimento não só daquilo que foi aqui apresentado pelo Senhor Presidente da Câmara, mas falta-nos no documento saber qual é que é a estratégia do Município para o desenvolvimento da Covilhã. -----

Continuamos a navegar à vista. Continuamos a não ter projetos-âncora definidos. Continuamos a ter a não ter ambição de assumir desafios perante a população da Covilhã e não venham dizer que isto não pode ser feito. Isto é um orçamento sempre de mão estendida, dependendo sempre do que é que vai abrir, dos projetos que vão abrir, dos financiamentos que vão abrir e que nos sejam atribuídos. Até poderia aceitar que isso seja uma política normal de funcionamento desta Câmara. Ora, efetivamente não. Temos e tivemos aqui um exemplo, quanto a mim errado, mas é um exemplo de definição, de estratégia ou de ambição de dizer vamos fazer isto e o caso concreto do resgate foi esse. É que se tomou a decisão, assumiu-se compromissos e faz-se independentemente de haver financiamentos de um lado ou do outro, ou projetos ou daqui e dacolá. -----

Portanto, aquilo que falta neste orçamento, para nós, é claramente esta ambição e esta estratégia de decidir para onde é que a Covilhã vai crescer, para onde é que a Covilhã se vai desenvolver. ----

Não posso deixar de referir aquilo que já aqui foi abordado ao de leve, mas acho que é o momento próprio para o fazer. Em que termos e em que momento é que é feito o exercício do direito de oposição e perguntar ao Senhor Presidente, das propostas do CDS – Partido Popular que foram feitas em sede da oposição, quais delas é que foram acolhidas na proposta do Município? Ou a proposta já estava fechada e nenhuma delas podia lá caber? É que o direito da oposição é exatamente para isso. O direito da oposição não é para ouvir propostas que estão fechadas. É para ouvir sobre propostas que possam ser incluídas num documento, numa proposta final e aquilo que vemos é que, do documento que foi apresentado antes do exercício do direito de oposição pela parte do CDS – Partido Popular, não foi alterado uma vírgula após o direito da oposição. Portanto, pergunto-lhe para que é que serviu o direito à oposição do CDS – Partido Popular e da Coligação Mais Covilhã? -----

Fizemos várias propostas que constam da ata que nos foi enviada. Considerámos que a Habitação é de um dos pontos de maior preocupação. Fala-se na habitação de maneira geral, mas o certo e verdade é que continuamos com o PDM a vigorar que está desatualizado e a urgência da atualização não está definida neste Orçamento, não sendo explícito quais é que são os objetivos habitacionais que o Executivo tem para o concelho. Realçámos a importância de uma via verde

para captar investimento na Covilhã. Já aqui ouvimos falar que existem empresas que precisam de resposta da Câmara que não existe e que não são tratados devidamente nessa matéria. Realçámos a importância e isto é vital: andamos a bater nisto há não sei quantos anos (em 2016 ou 2017) e fizemos este *countdown* para que a Câmara fizesse um levantamento do que é preciso fazer nas estradas do Município. É fundamental, de uma forma realística e objetiva, fazer-se um levantamento do estado das vias rodoviárias e, sobretudo, fazer a priorização e a calendarização do que é que são as intervenções. Não está no orçamento. Não está no Plano. Não está em lado nenhum a não ser na cabeça do Senhor Presidente e do Executivo. Acho que, como munícipes, temos o direito de saber e de exigir saber o que é que a Câmara quer fazer para isto ou continuamos aqui a dizer vamos fazer e não fazemos nada. -----

A falta de resposta social ao nível das creches tem meia dúzia de euros incluídos nas creches. Estamos sempre dependente também outra vez do Governo Central. Qual é que é a posição da Câmara no que diz respeito aos projetos que estavam e foram abandonados no último ano (das duas creches para construir)? Não está lá nada! -----

Falámos em questões básicas de funcionamento da Câmara, como fosse a investimentos e a iniciativa da inteligência artificial para o apoio da decisão à desburocratização dos processos administrativos como, por exemplo, no Urbanismo para a análise de processos e para serem mais rápido os processos. -----

Questionámos em concreto, e foi perante um dos vereadores responsável, o que é que está previsto fazer nas áreas ardidas, o que é que está definido e não se sabe, não se diz. -----

A preocupação do CDS – Partido Popular, nomeadamente nesta análise deste Orçamento, é que esta proposta de Orçamento, ao contrário do que se anunciou e que se esperava para depois da campanha eleitoral e do dizer que temos que melhorar, temos que reagir, temos que fazer, afinal é uma continuidade dos últimos 12 anos. Quem esperava encontrar uma ideia nova, não encontra. Quem esperava encontrar um projeto inovador, não encontra. Quem esperava ter algum dos problemas existentes, identificados, priorizados e orçamentados, dececiona-se. Quem esperava e acreditou que podia ser diferente, desiludiu-se e é isto que temos neste orçamento municipal. ---

Numa situação normal, se fosse uma força política nova, se não houvesse aqui nenhuma ligação com o passado, se o atual Presidente da Câmara não tivesse sido Chefe de Gabinete nos últimos anos, se não soubesse o que é que tinha que ser feito ou o que é que se podia fazer diferente, admitia que tivéssemos de copiar o orçamento anterior. -----

Senhor Presidente, temos claramente de perceber que não é o orçamento que o Senhor anunciou em campanha eleitoral. É igual aos anteriores todos, àquilo que o Senhor disse mal dos anteriores (“é preciso melhorar, é preciso corrigir, ...”). Afinal de contas, não é preciso fazer nada! É preciso manter tudo tal qual! Parece a velha máxima do gato ao leopardo. Pode-se mexer nalguma coisinha para tudo ficar na mesma e é isto que tem que ser criticado. -----

Volto a referir aqui, o nosso sentido de voto é único nestes instrumentos previsionais. É o seu primeiro orçamento. Neste momento e aquilo que temos a certeza é que já se esgotou 25% dos orçamentos que tem nos próximos quatro anos e perdeu copiando o que estava para trás. -----

Não podemos votar contra instrumentos previsionais porque queremos sempre dar o benefício da dúvida de que, pelo menos, aquilo que o Senhor acha que pode fazer que se faça. -----

Agora, efetivamente, não merece o nosso voto a favor, portanto, será a abstenção como é evidente.” -----

- **Prof. Doutor José Carlos Páscoa Marques (MIPP):** “A proposta de Orçamento Municipal para 2026, com todos os seus anexos e documentos complementares, permite começar a conhecer a visão que o Senhor Presidente da Câmara tem para o nosso Município, em particular pela perspectiva que lhe é dada de compromissos plurianuais 2026-2030. -----

Todas as forças políticas tinham os seus programas, mas o programa que os munícipes sufragaram por larga maioria foi o que apresentou o atual Executivo. Assim, enquanto Assembleia Municipal, os munícipes conferiram-nos também o mandato de verificar o cumprimento dos compromissos que esta maioria prometeu a todo o concelho. -----

Um Orçamento é sempre um livro de desejos, mas um orçamento sério é acompanhado do correspondente mapa de receitas e aqui não é exceção, pois elas constam do mesmo de forma detalhada, mas provavelmente muito otimista. -----

Compreendemos que o curto prazo entre a tomada de posse do novo Executivo e a apresentação destes documentos levou o Executivo a tomar precauções, quiçá a cuidados extremos, e a não se comprometer em demasia com o seu livro de receitas. -----

Um concelho sem pessoas não existe. As pessoas precisam de trabalho e condições económicas para viverem. Foi, por isso, com grande satisfação, independentemente das visões de cada formação política, que assistimos à proclamação *urbi et orbi* da criação, na Covilhã, de uma zona livre tecnológica. Hoje conhecemos a zona livre tecnológica de Troia, Marinha e Aero, de Matosinhos, Mobilidade, Aveiro TICE e de Viana do Castelo energias renováveis e oceânicas. Não conseguimos descortinar a informação relevante sobre o grupo de missão ou o orçamento necessário para suportar os estudos, pareceres e trabalhos iniciais subjacentes a esta zona livre tecnológica. Também não temos conhecimento de que espaços físicos a ela poderiam ser afetos e de que área de trabalho distintiva em relação a outras existentes poderia ter estas ZLT. Atendendo à visão plurianual do documento apresentado, que engloba todo o mandato, gostaríamos de saber se estas ZLT já não consta dos planos e da visão do Senhor Presidente.

Em relação à Barragem das Cortes, o documento refere apenas para o projeto 100.000 € para 2026 e assume o compromisso plurianual de 100.000 € unicamente para 2027, sendo descontinuado este compromisso a partir desse ano. Gostaríamos de conhecer a visão que enquadra este orçamento plurianual, muito em particular se a ideia é um projeto muito preliminar – estamos a falar de um total de 200.000 € - e se o projeto mais detalhado e a construção: -----

1 - Serão assumidos pela Câmara; -----

2 - Se optarão por um consórcio via CIM; ou -----

3 - Por uma parceria público privada. -----

Gostaríamos ainda que fosse feita a distinção entre os valores ponderados, constantes do documento, referentes à barragem de *per si* e ao observatório, pois os mesmos encontram-se agregados no documento. -----

Uma abordagem diferente da anterior é seguida para a expansão do Parque Industrial do Tortosendo - Fase 3. Em 2026 prevê-se um investimento de 50.000 €, mas posteriormente estão previstos 350.000 € em 2027, 2028, 2029, 2030, assumindo-se a obra um custo total de 1,45 M€. Para aferirmos a seriedade destes valores, basta identificar no orçamento a empreitada da obra de ampliação das infraestruturas do Loteamento da Quinta da Grila 298.000 € em 2026 e 498.000 € no total, o que mostra que, com os valores propostos, a Fase 3 talvez possa meramente ser iniciada de forma incipiente no presente mandato. -----

Identificamos ainda um valor de apenas 100.000 € para o Pavilhão Municipal da Covilhã 2026, que se mantém em 2027, passando 500.000€ por ano em 2028, 2029, 2030, totalizando 4,3 M€, com outros valores a distribuir por ano. A nossa leitura é que esta será uma obra para iniciar lá para o final do corrente mandato. -----

Em relação à Piscina Municipal, outro dos compromissos do atual Executivo perante os munícipes, o comportamento do investimento é inverso: 1,4 M€ em 2026, 200.000 € em 2027, 100.000 € em 2028 e por aí fora, o que faz um investimento de 2,34 M€. Esta construção da suposta nova piscina municipal, como descrito, será o maior investimento no setor do desporto e permite-nos também referir a questão do ensino, nomeadamente da natação onde a UBI tem alguns dos melhores especialistas do mundo na área e que tem de recorrer a equipamentos de outros municípios. A nossa leitura é que terminar esta obra está na mente do Senhor Presidente. Parabéns! -----

Já sobre as situações elencadas anteriormente, o nível de maturação é incipiente. -----

Reportando-nos agora à área social, o orçamento refere o apoio à construção, instalação e equipamentos de lares e centros de dia. Atendendo a que o nosso concelho tem cerca de três idosos para cada jovem, este investimento estratégico é muito relevante, um valor que ascende a um total plurianual de cerca de 4 M€. Como consideramos esta vertente muito importante, gostaríamos que o Senhor Presidente da Câmara distinguisse o tipo de apoios que perspetiva, tendo em vista maximizar a massa crítica sem perder a capacidade de chegar às freguesias mais distantes. -----

No contexto global, o orçamento apresenta um contexto demasiado otimista do lado da receita. Por outro lado, a visão que o Senhor Presidente imprime é bastante conservadora e peca por algum grau de rasgo e de inovação. Cremos que o Senhor Presidente tem grandes sonhos para a Covilhã. Não lhe pedíamos um orçamento sonhador, mas, desta perspetiva demasiado conservadora, impede-nos de conhecer a sua visão para a Covilhã, não de declarações mais eloquentes, mas a que se observa dos números puros e duros. -----

Relativamente ao mapa de pessoal, para terminar, importa fazer uma nota de rigor legal e de prudência na gestão pública. O ponto 3 e 5 do artigo 88.º da Lei do Trabalho em Funções Públicas é clara ao estabelecer que a existência de postos de trabalho de encarregados operacionais pressupõe a necessidade de coordenar pelo menos 10 assistentes operacionais do respetivo setor de atividade. Ora, quando se equaciona a criação ou manutenção de lugares de coordenação e

serviços que, neste momento, não têm esse número de trabalhadores a cargo, é necessária cautela. Não colocamos em causa o trabalho desenvolvido pelos serviços, nem a necessária reorganização interna, uma vez que estamos perante um Executivo recente e podem ter ocorrido ajustamentos estruturais, assim como, por exemplo, no Gabinete de Proteção Civil, para além do encarregado já existente (posto de trabalho ocupado), ainda se equaciona a contratação de mais um encarregado (posto de trabalho necessário), não tendo os 10 assistentes operacionais, mas apenas 1, equacionando-se a contratação apenas de 5 assistentes operacionais, ficando aquém dos 10 previstos na lei. -----

Uma coisa é reorganizar, outra é criar expectativas na realização de procedimentos concursais que não encontram respaldo legal. As contratações têm de assentar em necessidades objetivas, atuais e legalmente sustentadas, sob pena de fragilizar a credibilidade do próprio mapa de pessoal e da gestão dos recursos humanos do Município. -----

Além disso, queria dizer que, apesar disso, acreditamos no sonho do Senhor Presidente e vamos votar a favor da proposta de orçamento.” -----

- **Mestre Nuno Ezequiel Mendes Pais (PSD):** “Assumo hoje esta tribuna para analisar aquilo que devia ser o roteiro do futuro da Covilhã – o Orçamento Municipal para 2026. -----

Digo com clareza e com sentido de responsabilidade que o Grupo Municipal do PSD votará contra este orçamento. Não o fazemos por razões ideológicas. Não o fazemos por tacticismo político. Fazemo-lo por razões políticas, financeiras e transparência. -----

Senhor Presidente, o orçamento municipal é o principal instrumento político dum Executivo e é nele que se revelam as prioridades, as opções e, sobretudo, a ambição ou ausência. Este orçamento confirma aquilo que a Covilhã já conhece: um ciclo esgotado, com números grandes, mas com resultados pequenos. -----

Primeiro problema: falta de clareza e transparência. É inaceitável que um orçamento de cerca de 69 M€ seja apresentado sem uma verdadeira memória descritiva que explique, de forma clara e fundamentada, as principais rubricas de receita e de despesa. Temos mapas; temos números; mas não temos explicações suficientes e isso é pedir a esta Assembleia que aprove um orçamento às cegas. -----

Segundo problema: cresce o orçamento e cai a receita real. O orçamento de 2026 ascende 69.138.200 €, mais cerca de 5 milhões que em 2025, mas a receita efetiva diminuiu em 904.000 €, sensivelmente. O orçamento sobe, mas o dinheiro real disponível desce. Então, como é que se fecha este orçamento? Fecha com 5.880.000 € de receita não efetiva, ou seja, passivos financeiros. Isto é endividamento. O próprio documento assume que estes passivos financeiros estão ligados a um empréstimo para o resgate do contrato de concessão com a ADS – Águas da Serra. Ou seja, o orçamento fecha porque recorre a dívida. -----

É simples. 75% da receita é corrente. Quase metade depende de transferências do Estado. O crescimento do orçamento assenta, em grande parte, em financiamento externo, em fundos comunitários e em passivos financeiros. Isto não é autonomia financeira, Senhor Presidente. Isto

é dependência. E do lado da despesa o cenário repete-se. Mais de 70% da despesa é corrente: pessoal, bens e serviços, funcionamento da máquina municipal. -----

O investimento surge condicionado, fragmentado independentemente de decisões externas. Este orçamento não cria sequer uma margem estratégica. Limita-se a manter o sistema a funcionar. ---

Terceiro problema: o Município perde folga e aumenta o risco. A margem de equilíbrio orçamental cai de 5,7 M€ em 2025 para apenas 440.000 € em 2026. Isto significa uma coisa muito clara – o Município entra em 2026 sem margem para errar. Portanto, qualquer derrapagem poderá obrigar a cortes, cativações, aditamentos ou adiamentos ao longo do ano. E mesmo assim avançam para um resgate pesado, sem nota técnica e financeira completa, sem cenários alternativos comparáveis e sem clarificação integral dos encargos futuros, nomeadamente do serviço da dívida, custos operacionais e impactos tarifários, ou seja, o investimento estrutural para o ano 2026 deste Executivo é o resgate pesado, caro e insuficientemente explicado que condiciona a margem financeira para o resto do investimento municipal. -----

Senhor Presidente da Câmara, para que não se diga que este é um problema inevitável ou uma desculpa regional repetida até à exaustão, basta olhar aqui para o concelho vizinho liderado pelo PSD. No Fundão, um município com menos população e menos massa crítica que a Covilhã, o orçamento de 2026 é de 103 M€. Enquanto que aqui discutimos 69 M€ que só crescem por endividamento e com margem financeira quase inexistente, o Fundão assume sem rodeios uma agenda de grandes projetos, habitação, saúde, educação, espaço público e economia. Só na habitação afetam 44 M€ e na Covilhã apenas temos dois 2 M€. Aqui, Senhor Presidente, continuamos sem, a anunciada por si, a Estratégia Local de Habitação da Covilhã sem programa municipal robusto, sem metas claras e sem calendário credível. -----

Se olharmos ainda para o investimento por habitante, o retrato ainda é mais duro. Portanto, no Fundão investe cerca de 3.700 € por habitante; aqui na Covilhã investimos cerca de 1.500 €. Os fundos são os mesmos; os programas são os mesmos; e a região é a mesma. O que muda é a ambição política, a capacidade de decidir e é por isso, Senhor Presidente, que a Covilhã fica para trás e ficou para trás, não por falta de oportunidades, mas por falta de visão e coragem política. --

Quarto problema: O saldo corrente colapsa e a despesa dispara. O saldo corrente cai mais de 60%. A despesa corrente sobe 19%. A rubrica “Outras Despesas Correntes” salta de 43.000 € para 5,9 M€ e, ao mesmo tempo, o investimento real é comprimido. Há, por exemplo, uma redução muito expressiva na aquisição de bens e serviços, com cerca de 31% de queda, sem explicação programática. Ninguém sabe se isto é eficiência, se é uma reclassificação, se é um adiamento de contratos ou se é uma suborçamentação. Ou seja, menos investimento, menos transformação e, com isso, menos futuro. -----

Portanto, o Senhor Presidente, Senhores Deputados, isto é um orçamento de manutenção. Não é um orçamento de transformação. -----

Quinto problema: Os custos fixos elevados e rubricas nebulosas. As despesas com pessoal continuam acima dos 30% do orçamento e ainda com mais 33 trabalhadores em que o mapa de pessoal aponta para mais efetivos, passando de 719 para 752 postos ocupados. Para ter uma ideia, nos municípios da Comunidade Intermunicipal Beira e Serra da Estrela à qual a Covilhã pertence,

este valor situa-se entre os 20% a 25%. Portanto, estar acima desse intervalo significa menos margem para investimento, menos capacidade para responder a prioridades e mais risco quando surgem imprevistos. -----

Sexto problema: O orçamento de “Outros”. Senhor Presidente, este orçamento vive de rubricas vagas com valores astronómicos e sem explicação política. 4.6 M€ em “outros trabalhos especializados”, 2.3 M€ em “outros serviços”, 2.2 M€ em “encargos de instalações”, 2.8 M€ em “outros bens de capital”. São mais de 12 M€ em “outros”. Isto não é um orçamento do Presidente. Isto é um cheque em branco e, por isso, o PSD não assina cheques em branco. Entretanto, nem sequer é claro de que verbas estão previstas para a CIM Beiras e Serra da Estrela, nomeadamente em relação aos transportes, aos sapadores, quotas, projetos intermunicipais. Tudo fica difuso e difícil de explicar ou de perceber. -----

Sétimo problema: “participadas sem orçamento” e “prioridades sem calendário”. O mesmo se aplica às entidades participadas. Que verbas estão previstas para eventuais prejuízos? O orçamento informa que foi pedido às entidades participadas sob a influência dominante do respetivo orçamento, mas não foram recebidas até 31 de outubro de 2025 segundo informa. Isto significa que o Executivo quer aprovar um orçamento municipal sem termos o quadro completo do risco de perímetro municipal e, ao mesmo tempo, nas prioridades estruturais não vemos a dotação clara para matérias como a habitação jovem acessível, rede viária, recuperação de edifícios municipais, creches, melhoria da ampliação dos parques industriais do Canhoso e do Tortosendo, combate à pobreza ou violência doméstica, exclusão, bem como o apoio e crescimento de protocolos de transferências para as IPSS, transportes públicos e transporte flexível a pedido. Todas estas sem rubrica, sem calendário e sem compromisso. Estas omissões dificultam o escrutínio e deixam sérias dúvidas da execução efetiva em 2026. -----

Senhor Presidente, este orçamento não gere dívida, não gera futuro. É um retrato fiel, um ciclo político esgotado. Cresce por endividamento, perde folga, aumenta risco e mantém a Covilhã sem a ambição estruturante. -----

Senhor Presidente, este Orçamento não responde à crise da habitação. Não fixa jovens, nem famílias. Não projeta a economia local e não devolve a esperança nem à Covilhã, nem aos covilhanenses. -----

O PSD é uma alternativa clara e com compromisso com os covilhanenses: habitação jovem, médico para todos, passe único na Comunidade Intermunicipal, Covilhã investe, refeições gratuitas para o pré-escolar e primeiro ciclo e as obras estruturantes que continuam adiadas como a Barragem das Cortes, os passadiços do Zêzere, o Centro Cultural, o Pavilhão Multiusos, as Piscinas Municipais e a Escola Quinta da Lageosa. -----

Por isso, com coerência e responsabilidade e em defesa da Covilhã, o Grupo Municipal do PSD votará contra. Contra a falta de clareza. Contra a falta de folga financeira. Contra a dependência de endividamento para fechar este orçamento. Contra a falta de ambição. Contra um orçamento que levanta mais dúvidas do que respostas. -----

Votamos e insistimos contra o orçamento não por obstinação política, mas por imperativo de defesa dos interesses dos covilhanenses porque este orçamento não serve nem o presente, nem

o futuro da Covilhã e nem responde às necessidades reais de quem vive cá. A Covilhã não pode continuar a andar devagar enquanto o futuro exige ambição, visão e liderança. -----

Estamos aqui para defender o interesse público e o interesse dos covilhanenses e nunca abdicaremos desse papel.” -----

- **Dr. Afonso Manuel Mousaco Gomes (PS):** “Exmo. Sr. Presidente, -----

Não nos admira ser a única bancada que olhe, de uma forma integral, favoravelmente para este orçamento. Tem sido um hábito, que encaramos até com alguma naturalidade. No entanto, é sempre importante reforçar e lembrar que os covilhanenses atribuíram a este executivo Socialista a responsabilidade de governar, com uma maioria, que o executivo deve respeitar. -----

Discutir um orçamento não é, nem nunca deve ser, um mero exercício contabilístico. Não estamos aqui apenas a somar colunas de "deve" e "haver". Estamos aqui a definir o futuro do nosso concelho. Estamos a decidir que Covilhã queremos para 2026. -----

Este orçamento, a nosso entender, deve ser lido com sentido de responsabilidade e com consciência do contexto exigente que atravessamos. Num cenário de incerteza económica, este é um orçamento tecnicamente rigoroso, prudente e equilibrado, que protege a sustentabilidade financeira do Município e salvaguarda o futuro do concelho. Compararam aqui o nosso orçamento com o do Município vizinho, que é só, das Câmaras mais endividadas do país. Nestas condições, de ser a Câmara das mais endividadas do país, apresentar o maior orçamento da história pode parecer politicamente atrativo, mas é realmente irresponsável. -----

Estamos perante um documento com visão estratégica, articulado com as Grandes Opções do Plano e com o Plano Plurianual de Investimentos, assegurando continuidade na ação governativa e estabilidade nas políticas públicas, algo que, no nosso entender, é particularmente relevante para um concelho do interior. -----

Ao nível da receita, os números são claros. Regista-se um aumento das transferências correntes da Administração Central, na ordem dos 7%, como também já foi aqui referido, mas também uma redução significativa das transferências de capital em cerca de 25% e isto é importante sinalizar porque são aquelas que são decisivas para o investimento público. Esta realidade penaliza os territórios do interior, no entanto, isto não nos surpreende uma vez que é um reflexo da quantia de zero euros, por exemplo, que estão destinadas ao Plano de Revitalização do PNSE. -----

Ainda assim, este orçamento demonstra-nos que o Município não fica à espera. -----

E é aqui que o Orçamento revela um dos seus maiores méritos: apesar desta quebra, a Covilhã continuará a investir. São cerca de 3,2 milhões de euros de despesas de capital que são financiados com receitas correntes. Isto significa, nada mais e nada menos, que os impostos dos covilhanenses e os recursos correntes do Município estão a ser utilizados para construir futuro de todos nós. -----

Do lado da despesa, o aumento registado reflete precisamente opções políticas claras e inequívocas que, ao contrário de outros grupos municipais, encaramos de forma bastante positiva nomeadamente o resgate da concessão à Águas da Serra, no valor de cerca de 5,8 milhões de euros. Este aumento dos passivos financeiros resulta de uma decisão estratégica para recuperar

autonomia municipal e reduzir encargos estruturais no médio e longo prazo. E Senhor Presidente, temos mesmo de concretizar este resgate a bem dos Covilhanenses. -----

Quero ainda sublinhar a presença de políticas sociais neste Orçamento. A saúde, a ação social e o apoio às famílias assumem um papel prioritário, tanto na cidade como nas freguesias. Na habitação, há continuidade em políticas concretas, com reabilitação do parque habitacional, eficiência energética, programas de acesso à habitação e respostas de emergência social, num tempo em que este é um dos maiores desafios às nossas famílias. -----

Também nas áreas da cultura e do desporto encontramos sinais muito positivos. O investimento no Centro de Inovação Cultural, a valorização do Museu da Cidade, a intensificação das atividades desportivas e a promoção ao desenvolvimento do envelhecimento ativo e a reabertura da Piscina Municipal, reforçam a identidade da Covilhã, promovem inclusão, saúde e qualidade de vida. -----

Por fim, merece destaque a atenção dada ao ambiente, à mobilidade e à requalificação do espaço público – bandeiras do Partido Socialista que já transitam desde a campanha autárquica – com intervenções na rede viária, requalificação de espaços verdes, eficiência energética e resposta aos impactos dos incêndios, revelando uma visão integrada, sustentável do território e preocupada com o espaço que todos ocupamos e, como o Senhor Presidente da Câmara Municipal teve a oportunidade de apresentar, fica bem patente com os protocolos anuais que se pretendem criar e celebrar com as Freguesias, com o objetivo de cuidar do nosso espaço público. -----

É com esta convicção de que estamos a votar pela estabilidade e pelo futuro da Covilhã, que daremos o nosso voto favorável.” (Doc. 15 com as alterações introduzidas na leitura do mesmo) --

- Prof. Vítor Manuel Reis Silva (PCP): “Temos um Plano e um Orçamento para se pagar o que se deve e eventual conclusão do que se implementou em período eleitoral. -----

Nas Grandes Opções do Plano, não temos a inclusão de qualquer obra ou intervenção estrutural no concelho para 2026. Menos investimento na Educação e menos investimento na Habitação. ---

Não existe qualquer investimento de novo nos equipamentos coletivos estruturantes – Pavilhão Municipal Multiusos, Pavilhão da Boidobra, Piscina Municipal, parque urbano, escolas, creches, etc. -----

Na rede viária, com a redução na área de comunicações e transportes, não existe de forma clara a indicação de requalificação das vias municipais. -----

Não se assegura a equidade. Mantem-se a discriminação nos transportes e mobilidade das populações do concelho. -----

Na existência de articulação entre o orçamento municipal e as empresas municipais, como é que é possível não existir articulação? Como é que é possível o Município solicitar às empresas municipais o orçamento e as empresas municipais e os Senhores Administradores nomeados pela Câmara não entregam, não enviam o orçamento que obrigatoriamente tem que estar presente nesta Assembleia? Não se entende. Não se compreende a falta dessa articulação que existe entre

a Câmara Municipal e os Senhores Administradores das empresas municipais. É necessário e é fundamental corrigir estas situações. -----

É necessário e fundamental um Orçamento que, de facto, dê resposta às necessidades das populações e que vá de encontro àquilo que é necessário e que acabei de referir.” -----

- **Eng.º Pedro Miguel de Melo Bernardo (PS):** “Permita-me com alguma ironia, de facto, identificar que o Senhor Presidente convocou erradamente alguns deputados para esta Assembleia porque, pelos vistos, temos deputados mais preocupados com o concelho vizinho do que propriamente com o Concelho da Covilhã e revelam aparentemente um conhecimento maior do concelho vizinho do que o próprio Concelho da Covilhã. -----

Aquilo que aqui nos trouxeram, para além daquilo que é uma continuidade de uma linha discursiva que, de facto, deixou de ser de uma linha para uma bancada para passar a ser a três, isso é mau. É uma novidade para este mandato e, portanto, a nossa bancada da direita está bem orquestrada para aquilo que vai ser os próximos quatro anos e, pelo menos, já assim aparenta. -----

Aquilo que mais me choca é continuarem a desvirtuar aquilo que é a realidade que está na Covilhã porque virem a este púlpito, virem a esta Assembleia e dirigirem-se aos covilhanenses para dizer que a Covilhã é uma cidade caída no chão, que não tem ambição, que é uma cidade que não conta no interior, é uma coisa completamente desvirtuada da realidade. Veja-se aquilo que é o investimento privado que temos; Veja-se aquilo que é a atividade daquilo que temos dentro da cidade. É que a atividade privada existe. Senhor Deputado, a estratégia que tanto apregoa daquilo que queremos para a cidade é estimular que as pessoas participem, que as pessoas existam, que as empresas participem e tenham investimento dentro do município. As bancadas da direita apregoam muito daquilo que é a maledicência ao Município, aos covilhanenses e apresentar soluções pouco se vê.

O que temos que dizer, de forma muito objetiva e aqui é um bocadinho mais referente às opções do PSD, é que o PSD vem a esta bancada dizer que há poucas receitas ao Município. Senhor Presidente, temos já declarado aqui as intenções de voto para os próximos dois pontos. É que para aumentar a receita própria, temos que aumentar os impostos do IMI, temos que aumentar os impostos na Derrama, ... e, portanto, o PSD já aqui disse aquilo que vai ao próximo ponto e qual a sua intenção de voto. -----

Discordamos profundamente e este orçamento demonstra exatamente aquilo que vimos: de dar menos impostos às famílias, menos impostos às empresas, estimular aquilo que é a economia local e aquilo que é os apoios às famílias. -----

Há uma coisa, Senhores Deputados, que foi muito pouco abordado nesta Assembleia. Foi abordado pelo Senhor Presidente da Câmara na sua apresentação que, de facto, é aquilo que é o principal desafio que, se calhar e muito provavelmente, a Covilhã terá no próximo ano: dar ajuda ao território que ardeu no passado mês de agosto. Esse facto deve ser uma prioridade e nenhum dos Senhores aqui abordou esse tema nas intervenções que fizeram. A única pessoa que abordou este tema foi o Senhor Presidente da Câmara na sua intervenção. Essa certamente será uma prioridade. Esse será o território que mais precisa do Município da Covilhã ao longo do ano de 2026 e lá

estaremos, como estivemos em 2022 e como estaremos sempre naquilo que for a necessidade da população. -----

Para terminar, há outro ponto que também parece ser claro: os orçamentos são exercícios de opções governativas. É assim que é. Estar na oposição é fácil dizer que é necessário mais. Todos concordamos com isso. Agora é preciso dizer aquilo que temos que tomar como prioridades e temos que abdicar. Diga-nos lá se é para abdicarmos do posto da GNR do Tortosendo (2 M€). Digam-nos lá se abdicarmos da USF *Hermínius*. Digam-nos lá concretamente aquilo que temos que abdicar em prol daquilo que são as supostas iniciativas que aqui estão apresentadas. É tomar opções. É definir prioridades. -----

Para o Concelho da Covilhã, foi aqui definido neste Orçamento que a prioridade assenta em dois pontos: -----

1 - Aposta naquilo que é o apoio aos territórios ardidos; -----

2 - Reabilitação urbana. -----

Sobre o Orçamento, houve aqui várias intervenções ao longo da sessão e tiveram aqui a resposta daquilo que é o projeto de reabilitação urbana para a cidade. -----

Por fim e para terminar de forma muito concisa, a bancada do Partido Socialista, como sempre, estará nestas assembleias para construir, para ouvir e, de facto, aquilo que não pretendemos que aconteça é, de facto, esta posição intransigente de nem sequer valorizarem a vossa cidade.” -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** fez a seguinte intervenção final: -----

“Procurando contribuir também para aquilo que é a conclusão dos nossos trabalhos, vou procurar ser rápido. -----

O Senhor Presidente de Junta Jorge Viegas colocou uma questão se as verbas anunciadas da transferência de competências tinham ou não incluídos os 5% que tinham sido liberados no mandato anterior, mas que não tinham sido pagos no fundo. Dar-lhe conta que esta transferência de competências inclui exatamente esses 5% com efeitos retroativos a janeiro de 2025. -----

Dar-lhe conta também que gostava muito de poder aqui anunciar que não eram mais 5%, que eram mais 10% ou 20% ou 30% ou 50%. Não tenho nenhuma dúvida de que a descentralização nas juntas de freguesia, tal como a descentralização habitualmente do Estado para as autarquias municipais, é aproximarmo-nos daquilo que é o investimento e a gestão de dinheiros públicos das populações que geralmente são mais eficientes, mais eficazes, com maior proximidade. Infelizmente não o podemos fazer, Senhor Presidente, e não o podemos fazer com sentido de responsabilidade e também com a consciência de que aquilo que já hoje fazemos – as verbas financeiras que fazemos para a transferência de competências para as Juntas de freguesia do nosso concelho são, porventura, até mais elevadas do que acontece em muitos concelhos por este país fora para as mesmas transferências de competências. -----

Compreendo a expectativa e a ambição que cada um dos Senhores e Senhoras Presidentes de Junta têm em ter mais dinheiro à disposição para poderem fazer mais obra e compreendo com a

consciência de quem é Presidente da Câmara que também tem a mesma expectativa, face ao Governo, para aumentar as transferências financeiras para executarmos aquilo que são as competências que assumimos para executar no nosso município. Portanto, compreendo muito bem essa expectativa. Lamentavelmente não o conseguimos fazer. Aquilo que me comprometo convosco é, durante o decorrer deste mandato, podermos, eventualmente no futuro, se existir uma folga orçamental no futuro que possamos eventualmente fazê-lo. -----

Agora, como vos digo, temos noção e consciência de que aquilo que já hoje transferimos para as juntas de freguesia no Concelho da Covilhã, para as competências que delegamos, é porventura um valor até superior àquilo que é o habitualmente transferido noutros concelhos e não muito longe e da nossa dimensão. -----

Dar-lhe conta também que esta expectativa de reforço de orçamento também é uma expectativa que o Município tem em relação ao Estado Central das competências que tem delegadas. -----

Depois, em relação às intervenções dos partidos da oposição, quero agradecer todas as intervenções que foram feitas, sem exceção. Todas elas refletem, de alguma forma, aquilo que é a perspetiva, o posicionamento de cada um dos partidos, cada um dos deputados que as realizou sobre aquilo que é o Orçamento Municipal para 2026 e sobre aquilo que são as questões políticas para o nosso concelho. -----

O PCP – Compreendo as questões que coloca por definição. Tem reservas naquilo que é as prioridades e as estratégias de desenvolvimento no nosso concelho e com toda a legitimidade, fundamentadamente, naquilo que são o seu ponto de vista, votará contra. -----

Não consigo acompanhar naturalmente grande parte desses argumentos e fala em menos investimento na Educação. A verdade é que temos a expectativa de continuar a intervir na requalificação do património e das infraestruturas municipais, das escolas e dos jardins-de-infância no nosso concelho. Temos intenção também de continuar a investir naquilo que é a Habitação e poder aumentar aquilo que é o património municipal em termos de habitação disponível para várias áreas de intervenção. -----

Uma nota prévia que serve para o PCP, mas também para todas e todos os Senhores Deputados. É que no orçamento municipal passaremos a ter outra folga e outra disponibilidade financeira, como acontece todos os anos, quando lá para fevereiro conseguirmos reintegrar aquilo que é o saldo de gerência do ano de 2025 e talvez aí seja possível, de alguma forma, especificarmos um pouco mais esses projetos. Mas, Senhor Deputado Vítor Reis Silva, dar-lhe conta que tanto do ponto de vista da educação, como do ponto de vista da habitação, como do ponto de vista das estradas, dos passeios, do espaço público, eles são, como já referencieei, uma prioridade. -----

Compreendemos que este não é o Orçamento do PCP e, com toda a legitimidade política que tem, irão votar contra. -----

Sobre o Senhor Deputado Francisco Farias do Partido Chega, vou registar a sua intervenção e a intervenção do PSD porque vou gostar muito de ouvir os senhores deputados naquilo que será, daqui por uns tempos, o relatório de contas e atividades daquilo que são as autarquias. Não tenho nenhum problema, para que fique claro, com aquilo que é o sucesso dos meus vizinhos. Pelo contrário, fico muito satisfeito quando os meus vizinhos ou quem está à minha volta prospera.

Aquilo que não posso fazer é ter uma consciência de irresponsabilidade naquilo que é a gestão da minha “casa” e aquilo que lhes garanto é que, tal como anunciámos na campanha eleitoral, não estamos aqui para prometer. Estamos aqui para fazer acontecer e é isto que vai acontecer com este orçamento municipal. Já agora, sou do tempo em que estava na Assembleia Municipal e que também me lembro de termos orçamentos de 100 M€ com taxas de execução de 20 e poucos por cento. Enfim, são formas de estar e são formas de orçamentar e de governar. Não quero criticar. Cada um tem a sua estratégia e tem a sua forma de fazer. Eu, olhos nos olhos aos covilhanenses, sempre disse que mais do que prometer ia fazer acontecer e é isso que quero fazer. Este orçamento reflete exatamente isso. É um orçamento sério, realista, consequente, ambicioso que vai permitir cumprir e honrar aquilo que são as estratégias e as prioridades políticas que os covilhanenses sufragaram em 12 de outubro de 2025. -----

Quero-lhe dizer que seria para nós muito fácil trazer aqui um orçamento mais inflacionado. Há muitas formas de o fazer. Não é a minha forma de estar na política. Queremos olhar de olhos para as pessoas, para vocês aqui nesta casa da democracia, mas sobretudo para os nossos concidadãos e dizer-lhes que aquilo que apresentamos é aquilo que realisticamente temos consciência que é possível fazer. Obviamente que todos queremos fazer mais. Todos temos ambição para fazer mais e todos procuramos caminhos para o fazer. Com realismo, é o orçamento que nos permite olhar de frente para os covilhanenses e dizer-lhes que vamos continuar na senda do desenvolvimento. -

O Senhor Deputado João Bernardo saúda a abstenção do CDS. Compreendo muito bem também que este não é o orçamento do CDS. Têm outras prioridades, outras ambições e outras expectativas. A verdade é que acabámos de sair de eleições e esta é aquela que é a composição, resultado da vontade dos covilhanenses. -----

Este é o orçamento que a maioria do Partido Socialista e a maioria na Câmara Municipal, que tenho a honra de liderar, apresenta com a expectativa de que é o Orçamento que permite continuar a Covilhã na senda do desenvolvimento. -----

Os Senhores têm a oratória e a retórica de oposição que entendam. Aquilo que me surpreendeu sempre e que me continua a surpreender é como é que, com um concelho tão pouco ambicioso, tão pouco desenvolvido e tão pouco atrativo, os investidores continuam a achar exatamente o contrário. Aquelas pessoas que fazem conta ao rendimento dos seus euros, continuam a preferir a Covilhã para investir e isto vê-se na quantidade de empresas que abrem, na quantidade de imóveis que estão em construção, na quantidade de empresas e de investimentos privados que estão a acontecer no nosso território. Aquilo que verdadeiramente me espanta é como é que essa Covilhã negra, sem futuro, parada que os Senhores traçam, onde os Senhores vivem, consegue mobilizar aquilo que é o investimento e a confiança de quem verdadeiramente quer, no final do dia, rentabilizar o seu investimento. -----

Respeito aquilo que é a sua opção e as vossas opções da direita em termos de caracterização do estado de desenvolvimento do nosso concelho. Não é de todo aquilo que felizmente os covilhanenses vivem e os investidores percecionam porque têm naturalmente confiança e continuam a investir na Covilhã como sempre tem acontecido e como vai continuar a acontecer. -

Sobre o Senhor Deputado José Páscoa, saudar a decisão acertada de votar o Orçamento favoravelmente. Acho que faz bem. É um Orçamento que permite cumprir e ir ao encontro daquilo que são as expetativas que os covilhanenses têm em relação ao desenvolvimento da nossa cidade.

Do ponto de vista da zona livre tecnológica da Covilhã, que foi proposta por nós na campanha eleitoral, quero-lhe dar conta que estamos já a trabalhar e, naturalmente, como o Senhor Deputado imagina, não é com campanhas e com candeias que andamos aqui em anúncios. Terão, naturalmente, quer esta Câmara, quer os covilhanenses terão notícia oportunamente sobre aquilo que é um compromisso e também uma ambição do nosso mandato que é a criação de uma zona livre tecnológica da Covilhã como um fator essencial para aquilo que é a alavancagem de criação de emprego, de criação de empresas, transferência tecnológica daquilo que são as investigações e desenvolvimentos científicos para aquilo que é as empresas e, portanto, tenho essa expectativa de poder dar nota a breve prazo. -----

Sobre a questão da Barragem das Cortes, dar conta que, já no meu mandato, tive a oportunidade de assinar uma contratação de serviços que nos permitem avançar naquilo que são os cadernos de encargos para a barragem. Aquilo que é, de facto, muito relevante e que é essencial é termos pelo menos uma resposta de sim ou de não porque se for não também vamos resolver de outra forma. Mas era de facto essencial perceber se aquilo que é o compromisso assumido pelo Governo no Decreto-Lei do Plano de Revitalização do Parque Natural da Serra da Estrela, onde está previsto um financiamento de 30 M€, se não me falha a memória, para este projeto em concreto, se ele de facto pode ou não ser honrado, se vai ou não ser honrado pelo Estado Português porque esse financiamento, como imagina, é determinante e condiciona aquilo que é a forma de desenvolvimento do projeto. Já tive várias reuniões com autarcas e com responsáveis governamentais sobre este assunto e gostava genuinamente que isso fosse possível. Agradeço, já agora, a intervenção política dos partidos da direita que, neste momento, suportam o Governo para que sensibilizem, no fundo, o Governo que atualmente nos governa, para que possam, de alguma forma, dotar orçamentalmente aquilo que é o Plano de Revitalização para que ele se possa concretizar. -----

No ano de 2025, tínhamos para todos os projetos do interior 1.5 M€ que, até à data, não tenho informação que já tenha sido executado, nem para o Plano de Revitalização, nem para qualquer outro projeto do interior do país. -----

Portanto, aquilo que espero sinceramente é que em 2026, ao contrário daquilo que está inscrito no Orçamento de Estado para 2026, possa existir uma alteração ou algum passe de mágica que permita o Plano de Revitalização ter algum financiamento para que nos permita, de facto, concretizar um conjunto de projetos que são determinantes não só para o concelho da Covilhã, mas para todo o território da área ardida do incêndio de 2022 na área do Parque Natural da Serra da Estrela. -----

Sobre o PSD, percebemos que vive noutro território, vive noutra realidade e é o partido do contra. Não sei exatamente quantos contras é que ouvi na intervenção, mas foram muitos. Enfim, está a marcar aquilo que é a sua posição. Respeito a posição e a estratégia política de cada um dos partidos. -----

Aquilo que quero, com confiança, dizer aos covilhanenses é que estamos com responsabilidade a governar os destinos do concelho numa perspetiva de ambição que vai ao encontro dos compromissos que assumimos e esses compromissos são muito claros: prioridade à habitação; prioridade à regeneração urbana; prioridade à requalificação das estradas e do espaço público; prioridade à criação de emprego. Estas quatro prioridades vão ser possíveis de desenvolver com este Orçamento Municipal para 2026 e tenho confiança que vamos concretizar ao longo do mandato.” -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – ***Proposta de Orçamento para 2026; Mapa de Pessoal para 2026; Listagem de Prédios Municipais, por Freguesia, para Alienação; Tabela Geral de Taxas Municipais; Tabela Geral de Preços e Outras Receitas Municipais e Autorização para Dispensa de Autorização Prévia da Assembleia Municipal***, foi a mesma aprovada por maioria com 34 votos a favor (PS, MIPP e DMI), 9 votos contra (PSD, CH, PCP e Dra. Magna Carla Sousa Lourenço (IND)) e 2 abstenções (CDS-PP). -----

Não votaram, por não se encontrarem presentes na sala, os Deputados Municipais João José de Sousa Corono (MIPP), Dr. Sérgio Nuno Proença Rodrigues (Orjais) e ainda o Senhor Dr. Nuno Filipe Abreu Pedro (PS) e a Senhora Dra. Ana Maria Puebla Simões (PSD) nos termos do n.º 4 do artigo 31.º do Código do Procedimento Administrativo. -----

--- Foram feitas as seguintes Declarações de Voto: -----

- **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP):** “O CDS – Partido Popular absteve-se nesta votação do Orçamento e todos os demais pontos incluídos nele porque, apesar de tudo, é sempre o primeiro orçamento, supostamente, deste novo ciclo político em que os covilhanenses confiaram maioritariamente e nós respeitamos essa opção. -----

Não poderemos reprová-lo sem dar o benefício da dúvida de que este será apenas o orçamento de transição para uma nova época de desafio político nos próximos anos. -----

Não podemos dizer que este Orçamento, e essa é a razão fundamental pela qual nos abstivemos, não é o orçamento que nos foi apresentado em campanha eleitoral. É um orçamento de continuidade dos anteriores, sem impulso forte do desenvolvimento económico e territorial. Continua a ser um Orçamento que protege o presente, mas sem projeto nem orientação política definida em que se investe pouco no futuro, sobretudo em áreas de inovação, competitividade, crescimento económico sustentável e, obviamente, nunca poderíamos aprová-lo. -----

Não posso deixar aqui de dizer que a bancada do CDS-PP nunca disse, nem nunca traçou nenhum cenário negro sobre a Covilhã. Aquilo que se diz é uma coisa muito simples, que o PS precisa de perceber porque, apesar de vir aqui invocar tantas vezes que tem uma maioria, a maioria não chega a 40% dos eleitores daqueles que votaram. -----

Portanto, temos que ter respeito. Volto a dizer: para sermos respeitados, é preciso dar-nos o respeito. Não podemos vir aqui com esta arrogância de dizer que “temos a maioria e fazemos o que queremos e vocês têm que aguentar o que nós quisermos”! -----

Aquilo que digo aqui sobre a questão deste Orçamento e sobre as opções políticas deste Executivo Municipal é muito simples. É verdade que os privados têm aquilo que têm e, se não fossem os privados, mal seria da Covilhã porque da Câmara não podemos contar com muito. -----

Já aqui fiz uma proposta a nível orçamental que era uma coisa simples: o de devolver 10% daquilo que os privados investem no concelho da Covilhã e devolvê-lo em infraestruturas, coisa que não está previsto em lado nenhum. -----

Sejam respeitosos para com aqueles que investem cá aquilo. Aquilo que o Município da Covilhã tem que fazer em termos orçamentais é alavancar esse investimento. Não é ter uma estratégia parasita como temos vindo a acontecer nos últimos 12 anos de dizer “vocês venham cá investir que nós cá estamos para cobrar aquilo que vocês querem dizer”. Não aceitamos isto.” -----

- **Prof. Doutor José Carlos Páscoa Marques (MIPP):** “O MIPP votou favoravelmente o Orçamento porque, no fundo, foi este o programa que foi sufragado pelos eleitores na Covilhã. É esta a maioria que nos governa e, portanto, também se estivéssemos em minoria, ou seja, se necessitassem dos votos, estaríamos dispostos a votar a favor precisamente porque, neste primeiro Orçamento especialmente, gostamos de dar o benefício da dúvida em termos do trabalho que vem no futuro.

Obviamente que cá estaremos, com a exigência habitual que já nos habituaram nas nossas intervenções durante esta sessão, para fazer a oposição necessária.” -----

- **Prof. Amadeu Luís Pinto Fragas Alberto (CH):** “Prometeram mudança. Entregam a estagnação. Um orçamento que falha aos covilhanenses. -----

Este Orçamento Municipal para 2026 é o retrato fiel de um Executivo que prometeu mudança, mas governa na continuidade. Prometeu ambição, mas entrega estagnação. -----

Durante a campanha eleitoral, este Executivo falou repetidamente em fixar população, atrair jovens, reforçar a habitação acessível, valorizar o espaço público, modernizar os serviços municipais e tornar a Covilhã um verdadeiro polo regional de desenvolvimento. Hoje, confrontados com o orçamento, perguntamos onde estão essas promessas. -----

Prometeram uma aposta forte na habitação como resposta à perda da população e à dificuldade de acesso a casa. No entanto, o que vemos é um orçamento sem escala, sem programa robusto e sem uma estratégia comparável a de municípios vizinhos e sim ainda bem que falamos de bons exemplos. Enquanto o Fundão afeta 44 M€ à sua estratégia local de habitação, a Covilhã limita-se a intervenções dispersas, incapazes de responder às necessidades reais das famílias e dos jovens.

Prometeram valorizar o espaço público e requalificar a cidade, mas a verdade é que os covilhanenses continuam a conviver com ruas degradadas, equipamentos municipais envelhecidos e uma cidade que, em muitos bairros e freguesias, parece esquecida. -----

O investimento previsto é insuficiente e não corresponde às expetativas criadas junto da população. -----

Prometeram apoio às freguesias e descentralização, mas o orçamento continua a tratá-las como meras executoras de serviços sem meios financeiros adequados para responderem aos problemas locais. As freguesias continuam a ser chamadas para a fotografia, mas não para a decisão. -----

Prometeram modernizar a administração municipal e gerir melhor os recursos, mas mantêm uma estrutura pesada, pouco eficiente e não é capaz de libertar verbas para aquilo que realmente importa: investimento, segurança, habitação e qualidade de vida. -----

O discurso da eficiência ficou na campanha. A prática perdeu-se no Orçamento. Prometeram ainda defender os contribuintes, mas este Orçamento não traduz verdadeiramente racionalização da despesa nem uma estratégia clara de redução de encargos para os munícipes. -----

Pede-se sempre mais esforço aos cidadãos, oferecendo-lhes pouco em troca. Gostava de chamar a atenção a todos os munícipes para a consulta dos documentos e desafio a verificarem a veracidade dos mesmos. Castelo Branco 81 M€ de orçamento; Guarda 99,4 M€ de orçamento; Fundão 103 M€ de orçamento; Covilhã 69 M€ de orçamento em que o encargo com o pessoal se situa acima dos 30%. -----

Este orçamento é reflexo de uma gestão danosa dos últimos 12 anos de governação que em muito esbanjou e pouco tem para aplicar. -----

O Chega não aceita esta política de promessas fáceis e execução fraca. Não aceita que a Covilhã continue a perder tempo enquanto os outros concelhos avançam, investem e se afirmam. -----

Este orçamento, entre as promessas eleitorais feitas aos covilhanenses, não responde aos desafios do concelho e não prepara o futuro por isso o nosso voto só pode ser de rejeição política clara, rejeição da estagnação, rejeição da falta de ambição e rejeição do Executivo que prometeu uma Covilhã com futuro, mas apresenta um orçamento do passado.” -----

- **Dr. Bruno Madeira Redondo (Peso):** “*Enquanto Deputado Municipal e na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia do Peso, apresento a declaração de voto relativamente ao ponto 3.29 da ordem de trabalhos, referente à Proposta de Orçamento Municipal para 2026, ao Mapa de Pessoal para 2026, à listagem de Prédios Municipais, por Freguesia, para Alienação, à Tabela Geral de Taxas Municipais, à Tabela Geral de Preços e Outras Receitas Municipais e à Autorização para Dispensa de Autorização Prévia da Assembleia Municipal.* -----

*O sentido do meu voto foi **A FAVOR.*** -----

Este sentido de voto assenta, em primeiro lugar, no dever que tenho, enquanto Presidente da Junta de Freguesia do Peso, de defender os interesses da população que represento. Considero que a Proposta de Orçamento Municipal para 2026 contempla investimentos relevantes para a freguesia do Peso, nomeadamente a intervenção na cantina escolar e na Rua de Santa Maria Madalena, entre outras obras que foram objeto de diálogo e discussão prévia. -----

Estas intervenções correspondem a necessidades há muito identificadas, com impacto direto na qualidade de vida da população, na segurança, nas condições educativas e na valorização do espaço público da freguesia. -----

Sem prejuízo de manter uma postura exigente e vigilante quanto à execução das medidas previstas, entendo que o Orçamento Municipal para 2026 constitui um instrumento que permite dar resposta a prioridades concretas da freguesia do Peso, razão pela qual votei favoravelmente.” (Doc.16) -----

3.30 – APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DE FIXAÇÃO DE IMI PARA O ANO DE 2025

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 22 de dezembro de 2025, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para efeitos do disposto nas alíneas e) e d) do n.º 1 e na alínea k) do n.º 2 do artigo 25.º, conjugado com a alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, através do ofício n.º 6737/25 de 2025.12.22 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, foram intervenientes: -----

- **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP):** “Congratular, de facto, as taxas mínimas previstas na lei que é uma medida que o CDS, obviamente, reconhece e concorda plenamente. ---

A pergunta que lhe coloco é: para quando o IRS? Para quando começarmos a falar da devolução de parte do IRS que cabe ao Município? Não venhamos com esta questão de que é uma questão política ou ideológica de que só os mais ricos é que recebem estas isenções ou têm estas devoluções porque, em termos de em termos de IMI, aplica-se exatamente a mesma situação. ---

Portanto, se temos capacidade para reduzir para o mínimo as taxas de IMI, acho que também podemos, de facto, começar a pensar seriamente em devolver parte do IRS aos nossos concidadãos.” -----

- **Dra. Ana Catarina Baptista Bernardino Trindade Branco (MIPP):** “O IMI não é um imposto qualquer. É provavelmente o imposto municipal mais sentido pelas famílias porque chega todos os anos sem falhar e chega independentemente do rendimento de quem o paga. -----

Reconhecemos que a proposta de manutenção da taxa de IMI evita um agravamento direto da carga fiscal num contexto que continua difícil para muitas famílias. Num concelho com salários médios e baixos e com uma população envelhecida, é relevante para minimizar o encargo fiscal das famílias. -----

Contudo, no documento que foi apresentado a esta Assembleia Municipal prevê penalizações para proprietários, como prédios urbanos devolutos há mais de um ano ou prédios em ruínas ou ainda a majoração no triplo da taxa aplicável aos prédios rústicos com áreas florestais que se encontram em situação de abandono, conforme o ponto 4, 8 e 9 do artigo 112.º do Código do IMI, que vem um imposto agravar-se caso não realizem essas mesmas obras. É natural que a autarquia queira ver a reabilitação dos edifícios, proporcionando um concelho mais cuidado e organizado, mas deixamos a questão: foram consideradas as realidades sociais dos proprietários? Há freguesias onde o valor patrimonial não acompanha o estado real dos imóveis, nem o acesso a serviços públicos. Há famílias para quem o IMI pesa mais do que devia, não por falta de responsabilidade, mas por falta de capacidade económica. -----

A política fiscal municipal não deve limitar-se à arrecadação das receitas ou à penalização do incumprimento. Deve também refletir uma visão de justiça territorial e social sobretudo num concelho marcado por assimetrias profundas entre as freguesias.” -----

- **Dra. Vânia Sofia Saraiva Neves (PS):** “Só sublinhar dois ou três pontos que foram já referenciados pelo Senhor Presidente da Câmara, em que demonstra, uma vez mais, que a proposta do IMI por parte do Executivo fixa estas taxas que já vêm de promessa do mandato anterior em 2018 e temos as taxas mínimas a 0,3 para prédios urbanos e 0,8 para prédios rústicos. -----

Esperemos e queremos que isto continue assim para benefício de todos os covilhanenses. -----

Tenhamos consciência que esta proposta vai de encontro às necessidades das famílias, tal como foi referido pelo Senhor Presidente, beneficiando ainda do IMI familiar os agregados mais numerosos, tendo uma bonificação de 30 € para quem tem 1 filho, 70 € para quem tem 2 e 140 € para quem tiver 3 ou mais. -----

A penalização para os prédios devolutos ou em ruína com o agravamento da taxa caso não sofram obras ou reabilitação prende-se ao incentivo à sua manutenção, à sua requalificação e, posteriormente, à entrada no mercado de arrendamento, também como referido pelo Senhor Presidente da Câmara. -----

Portanto, temos o IMI equilibrado para quem reside e uma penalização para quem abandona. ----

Todas estas medidas são para aumentar a qualidade de vida dos covilhanenses de forma a dar uma folga no orçamento anual que nos últimos anos tem sido conturbado devido à crise económica que atravessamos.” -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – ***Fixação das seguintes taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis para o ano de 2025 a aplicar no âmbito da cobrança a ocorrer no ano de 2026:*** -----

- ***Prédios Rústicos: taxa de 0,80%*** -----
- ***Prédios Urbanos: fixação da taxa de 0,30%*** -----

Ao abrigo do disposto no n.º 3 do art.º 112.º do CIMI, que as taxas previstas nas alíneas b) e c) do n.º 1 sejam elevadas, anualmente, ao triplo nos casos: -----

- **Prédios urbanos que se encontrem devolutos há mais de um ano, ou prédios em ruínas, como tal definidos em diploma próprio; -----**
- **Prédios urbanos parcialmente devolutos, incidindo o agravamento da taxa, no caso dos prédios não constituídos em propriedade horizontal, apenas sobre a parte do valor patrimonial tributário correspondente às partes devolutas. -----**

Ao abrigo do disposto no n.º 8 do art.º 112.º do CIMI, que a taxa aplicável a prédios urbanos que, face ao seu estado de conservação, não cumpram satisfatoriamente a sua função ou façam perigar a segurança de pessoas e bens, e como tal, considerados prédios urbanos degradados, seja majorada em 30%; -----

Ao abrigo do disposto no n.º 9 do art.º 112.º do CIMI, majorar no triplo a taxa aplicável aos prédios rústicos com áreas florestais que se encontrem em situação de abandono, não podendo da aplicação desta majoração resultar uma coleta de imposto inferior a 20€ (vinte euros) por cada prédio abrangido. (Considerando-se em ruína o edifício que desmoronou ou foi demolido no todo ou em parte e que mantém total ou parcialmente as fachadas exteriores e/ou paredes resistentes (mestras), no qual se tornou impossível a utilização para o fim a que se destinava e cuja reparação/reconstituição apenas é possível por via de reconstrução (deverá considerar-se a definição de reconstrução constante do RJUE, na redação em vigor à data da aplicação no Concelho)); -----

Ao abrigo do disposto no artigo 112.º-A do CIMI, que fixa o regime do IMI aos prédios de sujeitos passivos com dependentes a cargo, na redação aditada pela Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, a fixação de uma redução da taxa do imposto municipal sobre imóveis que vigorar no ano a que respeita o imposto, a aplicar ao prédio ou parte de prédio urbano destinado a habitação própria e permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar, e que seja efetivamente afeto a tal fim, atendendo ao número de dependentes que, nos termos do Código do IRS, compõem o respetivo agregado familiar, de acordo com a seguinte tabela: -----

Número de dependentes a cargo	Dedução fixa (em €)
1	30€
2	70€
3 ou mais	140€

foi a mesma **aprovada por unanimidade.** -----

Não votaram, por não se encontrarem presentes na sala, os deputados municipais: João José de Sousa Corono (MIPP) e Dr. Sérgio Nuno Proença Rodrigues (Orjais). -----

3.31 – APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DE FIXAÇÃO DA DERRAMA PARA O ANO DE 2025

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 22 de dezembro de 2025, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 25.º, conjugado com a alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, através do ofício n.º 6738/25 de 2025.12.22 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido à apreciação, foi interveniente o Deputado Municipal **Prof. Doutor José Carlos Páscoa Marques (MIPP)** que iniciou dizendo que “o Município decidiu abdicar de 450.000 € de receita através da presente proposta de isenção de derrama. -----

Como indicado no documento, este valor indicativo corresponde a valores médios expectáveis de 2020 e 2021 num momento em que a pandemia ainda estava a fazer os seus estragos nas empresas, pelo que o valor expectável deve estar a pecar por defeito, esperamos nós. -----

O valor da receita de Derrama identificado no Orçamento para 2026 é, portanto, apenas 119.000 €.

O Executivo da Câmara Municipal justifica a proposta devido às dificuldades que as empresas sentem com a crise da guerra na Ucrânia, embora algumas até elas possam beneficiar e não apresenta um estudo sobre o impacto dessa guerra precisamente sobre as empresas que estavam sujeitas a Derrama e deixaram de estar. -----

Uma outra justificação elencada é a de tornar o ambiente fiscal do Município mais atrativo para as empresas que se queiram aqui instalar. -----

É ainda claro que as empresas com menos de 150.000 € de volume de negócios ficam isentas de Derrama. -----

É ainda claro que a Assembleia Municipal pode criar isenções e taxas reduzidas de Derrama baseadas em volume de negócios das empresas beneficiadas, sector de atividade em que as empresas beneficiárias operam no município e criação de emprego no município. Ficamos sem saber o valor da redução por empresa, isto é, qual o número de empresas alvo abrangidas e o impacto que tem esta medida na criação de emprego. Em boa verdade, o Executivo da Câmara Municipal não justifica cabalmente esta redução. Apresenta apenas argumentos qualitativos não suportados num estudo. -----

Assim e se não for fornecida informação adicional, poderá o Município estar a abdicar de quase meio milhão de euros que queremos até pecar por defeito e bem sabemos a falta que as receitas fazem ao Município. Ainda há pouco estávamos a discutir que precisávamos de mais receitas em detrimento de valores que, divididos pelo número de empresas, podem ser para elas apenas residuais.” -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – ***Fixação da taxa normal de Derrama para o ano 2025 em 1,00%; Redução da taxa de derrama, ao abrigo do disposto no n.º 12 do artigo 18.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, aos sujeitos passivos com um volume de negócios que no ano anterior não ultrapasse os 150.000,00€ para a taxa de 0,10%, com o fundamento de fomentar a economia local atendendo à grave crise que atualmente se verifica; e isentar de derrama aos sujeitos passivos, independentemente do volume de negócios, com sede social no Município da Covilhã, que se configura como a delimitação do âmbito subjetivo de aplicação da isenção*** foi a mesma ***aprovada por maioria com 41 votos a favor (PS, PSD, CH, PCP e DMI), 2 votos contra (MIPP) e 2 abstenções (CDS-PP).*** -----

Não votaram, por não se encontrarem presentes na sala, os deputados municipais: João José de Sousa Corono, Dr. Sérgio Nuno Proença Rodrigues (Orjais), Dr. Duarte Nuno Simões Rodrigues (Paul) e Eulália Maria Antunes Ramos Pombo (Tortosendo). -----

--- Foram feitas as seguintes Declarações de Voto: -----

- **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP):** “A abstenção do CDS nesta matéria tem a ver com esta lógica de que, afinal de contas, é tanto o investimento que não precisamos de o fomentar mais. Considero que a Derrama é um sinal de atratividade para o investimento no nosso concelho e acho que nessa circunstância devemos, de facto, também olhar, quer queiramos quer não, para os municípios que concorrem diretamente connosco e aqui, bem ao lado, temos municípios que não têm Derrama, que não aplicam Derrama e que não querem saber da Derrama para nada porque querem, de facto, é investimento e empresas a funcionar no seu concelho. -----

É preciso, de facto, equacionar e dizer que, em nosso entender, fica aquém. É o que é. Tem as vantagens que tem, mas fica sempre aquém quando aquilo que interessa é fixar pessoas e trazer população para o nosso concelho e as empresas são um veículo primordial para que isso aconteça.”

- **Dra. Vânia Sofia Saraiva Neves (PS):** “Só sublinhar aqui que o nosso voto é favorável porque a fixação da Derrama é muito importante para o nosso crescimento, mas mais importante é a isenção para as empresas com sede social no Município. -----

Está claramente provado que a Câmara Municipal quer promover melhorias às nossas empresas, aos jovens empresários para que estes se desenvolvam e que se possam fixar no nosso concelho.

Estes valores que aparentemente são insignificantes, são valores que refletem uma redução de cerca de 1.000 € em comparação aos anos de 2020 e 2021. -----

Como disse o Senhor Presidente, a Covilhã é um município amigo das empresas e do emprego e o Centro Empresarial da região.” -----

3.32 – APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO DA PROPOSTA DE AQUISIÇÃO, POR LOTES, DO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA EM BTN, BTE, MT E IP – MUNICÍPIO DA COVILHÃ

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 19 de dezembro de 2025, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para efeitos do disposto nas alíneas k) do n.º 1 do art.º 25.º, b) do n.º 1 do artigo 23.º e m) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual e da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, através do ofício n.º 6715/25 de 2025/12/21 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, foram intervenientes: -----

- **Doutora Mónica Cristina Cerqueira Ramôa (PCP):** “Algumas preocupações. Vou-me focar mais na iluminação pública. -----

Está previsto no caderno de encargos a iluminação pública a contratualizar no valor de um pouco mais de 2.500.000 € mais IVA. Tem este valor em conta, e uma vez que é para 24 meses, a melhoria da iluminação pública, já que a iluminação pública é manifestamente insuficiente? Ou seja, são 4.700.000 € de energia elétrica da qual não sabemos, porque não está no caderno de encargos que a Câmara entregou à ENERAREA, se esta energia elétrica vem de fontes limpas ou se vem de fontes poluentes. Qual é a percentagem de cada uma?

Mais: este caderno de encargos vai de encontro à avaliação feita nos relatórios que aprovámos ainda neste ano civil de Monitorização do Plano de Sustentabilidade Energética e Relatório de Monitorização do Plano e Adaptação às Alterações Climáticas? É que, como garantiu nestes relatórios, o compromisso que a Câmara Municipal da Covilhã assumiu foi de reduzir 55% das emissões de CO2 até 2030. Ora, se não sabemos qual é a origem desta energia, pelo menos aqui na Assembleia não tivemos essa informação, nem está no caderno de encargos, como é que pensa a Câmara garantir isto, uma vez que, para esta energia, será fornecida sem sabermos exatamente qual é que é a sua fonte porque não está no caderno de encargos? Quanto a nós, deveria ter colocado uma vez que quer pugnar pelo ambiente e pela sustentabilidade, etc, etc. É preciso depois concretizar estas intenções e é aqui que se concretizam.” -----

- **Dr. Nuno Filipe Abreu Pedro (PS):** “Relativamente a esta questão que a Senhora Deputada colocava, percebo a bondade de termos objetivos de energia limpa e de impor qual é que é o tipo de energia que vamos consumir, mas a verdade é que, não há muitos meses, viemos de um apagão generalizado provocado por, às vezes, estarmos excessivamente dependentes de fontes de energia renováveis e que nem sempre consegue responder àquilo que são as necessidades da rede elétrica. -----

Portanto, considero que é razoavelmente prudente não impormos um constrangimento tão grande ao tipo de energia que vamos consumir desde logo porque depois, por exemplo, a iluminação noturna pode estar comprometida porque os painéis solares funcionam pouco, pode não haver vento e, portanto, às vezes, termos essa imposição tão cega do tipo de energia que vamos consumir pode não ser prudente para atingirmos os objetivos que pretendemos.” -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – ***Assunção dos Compromissos plurianuais inerentes ao(s) contrato(s) de energia a celebrar, de acordo com o previsto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, nos termos da proposta quantificada na informação n.º 9341/25 do Diretor do DFMA, datada de 05-11-2025 e autorização da delegação de competências da Câmara Municipal na ENERAREA para abertura de procedimento concursal para a aquisição de energia elétrica para as diversas instalações de consumo do Município da Covilhã***, foram as mesmas ***autorizadas por maioria com 32 votos a favor (PS, MIPP e DMI) e 13 abstenções (PSD, CDS-PP, CH, PCP, Dra. Magna Carla Sousa Lourenço (IND) e Dr. Bruno Madeira Redondo (Peso))***. -----

Não votaram os Senhores: João José de Sousa Corono (MIPP), Dr. Sérgio Nuno Proença Rodrigues (Orjais), Dr. Duarte Nuno Simões Rodrigues (Paul) e Eulália Maria Antunes Ramos Pombo (Tortosendo) por não se encontrarem presentes na sala. -----

--- Foi feita a seguinte Declaração de Voto pelo Senhor **Mestre Nuno Ezequiel Mendes Pais (PSD)**:

“O Grupo Municipal do PSD abstêm-se por uma razão muito simples: isto é, no fundo, dar um aval à própria ENERAREA de negociar em nome do Município e não o Município diretamente. -----

Poderíamos eventualmente ponderar por uma aprovação, mas teríamos que saber ao certo qual a contratação concreta porque, neste caso, não estamos a contratar. Estamos a dar autorização para contratar que é um bocado diferente. Só por isso.” -----

3.33 – APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DE ISENÇÃO DE TAXAS URBANÍSTICAS NAS FREGUESIAS AFETADAS PELOS INCÊNDIOS

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 05 de setembro de 2025, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 25.º, conjugado com a alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, através do ofício n.º 5013/25 de 2025.09.17 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido à apreciação, foram intervenientes: -----

- **Dra. Ana Catarina Baptista Bernardino Trindade Branco (MIPP):** “A proposta de isenção de taxas urbanísticas está alinhada com o espírito do Decreto-Lei n.º 98-A/2025, de 24 de agosto, aprovado pelo Governo, que estabelece medidas de apoio e mitigação do impacto de incêndios rurais, onde se prevê a execução de medidas de apoio a pessoas afetadas, incluindo as famílias das vítimas que perderam a vida ou sofreram lesões incapacitantes em consequência dos incêndios. -----

Estes apoios têm em vista a reconstrução de habitação, a retoma das atividades económicas, o auxílio dos agricultores, a reparação de infraestruturas e de equipamentos e a recuperação dos ecossistemas e da biodiversidade, a reflorestação e recuperação de florestas e a contenção de impactos ambientais, entre outros. -----

O Governo, através deste Decreto-Lei, estabelece um quadro normativo de alcance e versatilidade sectorial para responder com maior celeridade e eficácia às carências que se venham a verificar em decorrência de incêndios rurais, podendo ser adaptados e utilizados em função das necessidades específicas. -----

Também neste Decreto-Lei, considerando a urgência na execução das medidas para a recuperação das regiões afetadas, torna-se necessário e urgente prever um regime excecional de contratação de empreitadas de obras públicas, locação ou aquisição de bens e de serviços que concilie a celeridade procedimental, exigida pela gravidade dos danos causados, com a defesa do interesse público e a transparência na afetação de fundos públicos. -----

Reconhecemos que a decisão da Câmara Municipal em avançar com a isenção das taxas na reunião de 5 de setembro de 2025 é uma medida positiva. Mostra sensibilidade para com as dificuldades reais das famílias, associações e pequenos agentes económicos que sentem todos os dias o peso do custo de vida e da burocracia. Num contexto exigente esta tomada de posição não é relevante. É um sinal político claro que merece ser valorizado. -----

Mas reconhecer o que está bem-feito não nos deve impedir de dizer, com sentido de responsabilidade, que podíamos e deveríamos ir mais longe. Desde logo porque a isenção de taxas por si só é muitas vezes um alívio pontual, mas não resolve problemas estruturais. Ajuda no imediato? Sim, mas não substitui uma estratégia mais profunda de apoio ao desenvolvimento local, à fixação de pessoas, à dinamização económica e social do concelho. -----

Não resolve os problemas de quem não tem capacidade financeira para avançar com projetos de quem enfrenta procedimentos difíceis de cumprir numa fase de reconstrução. Desde logo porque o Decreto-Lei prevê apoios sociais, apoios à atividade económica e à agricultura, mecanismos excecionais de contratação e medidas de acompanhamento para acelerar processos. Ora aqui a proposta que aqui analisamos fica circunscrita à isenção das taxas urbanísticas quando o impacto dos incêndios foi muito mais vasto do que só o licenciamento das obras. -----

Claro que devemos salientar que esta medida vigora pelo período de cinco anos, afirmando-se como uma medida justa e adequada para apoiar as populações, como salientou o antigo Presidente da Câmara Municipal da Covilhã. -----

Tratando-se de um contributo para ajudar a minorar as perdas, bem como em articulação com a AdC na água gasta no combate aos fogos também não iria ser cobrada, assim como a iniciativa tida

em parceria com a Universidade da Beira Interior, com vista ao apoio psicológico de tantas famílias que viram os seus bens dizimados pela força do fogo. -----

O Município conhece o território e conhece as pessoas. Podia e devia assumir um papel mais ativo de ponte entre os munícipes afetados e os instrumentos nacionais já existentes, garantindo acompanhamento técnico gratuito na instrução de processos urbanísticos, bem como um acompanhamento contínuo até à conclusão do processo. -----

Esta proposta não diferencia situações, nem territórios. Sabemos que os incêndios não afetaram todos da mesma forma, nem todas as freguesias têm a mesma capacidade de resposta. Uma medida verdadeiramente justa devia ter em conta essa desigualdade de impacto e integrar-se numa estratégia municipal de recuperação pós-incêndios e não funcionar como uma resposta isolada. -----

A reconstrução exige mais do que aliviar custos administrativos. Exige visão estratégica, proximidade às pessoas, articulação com instrumentos nacionais e uma resposta municipal que vá além do mínimo exigido. -----

Em suma, valorizamos esta proposta. A Câmara fez bem em avançar com a isenção de taxas urbanísticas, mas achamos que é pouco face ao quadro legal existente e à diminuição do problema.

Referir ainda que o Senhor Presidente da República, na semana passada, promulgou uma alteração ao Decreto-Lei que veio estipular um reforço das medidas de apoio e que as medidas de apoio sociais de carácter excecional, de apoios às perdas de rendimento e reposição do potencial produtivo. Também a Autarquia poderia criar um fundo municipal de apoio complementar para compartilhar custos de projetos, pareceres técnicos ou taxas externas não abrangidas por esta isenção, a realização de um relatório público de execução que seja apresentada a esta Assembleia, onde conste os números de processos, os tempos médios, as dificuldades identificadas. -----

De qualquer forma, embora o Movimento Independente Pelas Pessoas valorize esta iniciativa de isenção de taxas urbanísticas, os habitantes das zonas afetadas necessitam que a Autarquia os acompanhe, desde o incêndio até à reconstrução porque reconstruir não é só licenciar, é garantir também que ninguém fica para trás.” -----

- **Eng.º Pedro Miguel de Melo Bernardo (PS):** “Já tive oportunidade de referir-me aquilo que foi a desgraça que aconteceu em agosto no nosso território. -----

Este documento, por parte da bancada do Partido Socialista, mais do que um instrumento de isenção de taxas urbanísticas, mais de um instrumento que tem intenção política de que haja uma regeneração e um apoio direto ao investimento nos territórios e a estas 12 freguesias há, acima de tudo, uma leitura política que tem de ser tida por este documento. É que, de facto, estas 12 freguesias podem contar com o Executivo da Câmara Municipal. Podem contar com o Partido Socialista neste momento extremamente difícil que atravessam. Foi durante o incêndio. Foi assim no pós-incêndio. -----

É conhecida a questão da assunção de despesas com águas de combate ao incêndio durante essas semanas, a questão do apoio técnico que houve nos dias seguintes para o levantamento de danos, enfim, todo o apoio e suporte que tem havido a nível de limpeza também nas áreas ardidas. -----

Há muito trabalho que está a ser desenvolvido. Outro que também existe está limitado por aquilo que são as condições meteorológicas que têm afetado o território também. -----

Mas há um sinal político que é isso que temos que reter: mais do que taxas, queremos reconhecer com isto a esperança que temos que retomar ao território e é nisso que todos temos que estar empenhados naquilo que é o grande desafio que estas 12 freguesias irão ter nos próximos meses, quiçá anos, e que estaremos juntos nessa retoma de esperança para o futuro desse território.” ---

- **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP):** “Concordamos plenamente com esta isenção que aqui é proposta, mas não podemos deixar de concordar com a intervenção da Deputada do MIPP e, de alguma maneira, com a intervenção do Deputado que me antecedeu. -----

Algumas coisas estão a ser feitas e isso é bom. Tudo o que se faça é pouco. A preocupação que temos que deixar é que, se calhar, está-se a perder a oportunidade, de facto, de traçar um futuro para estes territórios que foram afetados. Falta-nos o caminho. Falta-nos estratégia. Falta-nos saber o que é que se quer fazer com aqueles territórios. Falta falar com as juntas de freguesia e definir com os proprietários. Temos uma terra queimada e é saber o que é que se pretende fazer com eles. -----

A isenção das taxas é muito bom, assim como as contenções de terras, mas falta-nos de facto o delinear o futuro. E o delinear do futuro é agora. E aliás, não é agora porque, se calhar, até já vamos tarde porque já existem muitos territórios onde a vegetação já começa a invadir tudo. Infelizmente, temos essa constatação quando passamos por eles e já começamos a ver pouco preto e demasiado verde. -----

Temos as condições que temos, mas temos que saber sobretudo o que é que queremos fazer antes de intervir e acho que é isso é que falta a esta Câmara. -----

Fica o desafio de, para além destas medidas e já existem as comissões para os pós-incêndios, pensar em conjunto do que é que se quer fazer destes territórios por forma a criar a atratividade para que as pessoas possam nele fixar.” -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – ***Isenção de Taxas Urbanísticas nas Freguesias afetadas pelos Incêndios de agosto de 2025, como medida de apoio e mitigação do impacto dos incêndios ocorridos no Concelho, nas pessoas e empresas afetadas (Aldeia de São Francisco de Assis, Barco e Coutada, Casegas e Ourondo, Cortes do Meio, Dominguiço, Erada, Paul, Peso e Vales do Rio, São Jorge da Beira, Sobral de São Miguel, Tortosendo e Unhais da Serra) pelo período de 5 (cinco) anos, a contar da presente deliberação, sendo reavaliada, após o término desse prazo, a eventual necessidade da sua prorrogação*** foi a mesma ***aprovada por unanimidade***. -----

Não votaram, por não se encontrarem presentes na sala, os deputados municipais: João José de Sousa Corono (MIPP), Dra. Ana Maria Puebla Simões (PSD), Dr. Sérgio Nuno Proença Rodrigues (Orjais), Dr. Duarte Nuno Simões Rodrigues (Paul) e Eulália Maria Antunes Ramos Pombo (Tortosendo). -----

--- Foi feita a seguinte Declaração de Voto pelo Senhor **Francisco José das Neves Farias (CH)**: “Não queria deixar de manifestar o meu reconhecimento à Câmara Municipal da Covilhã pela proposta de isenção das taxas urbanísticas das freguesias afetadas pelos incêndios, enquanto medida concreta, justa e orientada para a rápida recuperação do território das populações atingidas. -----

Num concelho do interior, frequentemente esquecido pelo poder central, esta iniciativa demonstra que o poder local pode e deve agir com rapidez, firmeza e proximidade, colocando as pessoas à frente da burocracia e da inércia do Estado. A isenção das taxas urbanísticas e de encargos injustos sobre as famílias, agricultores e pequenos proprietários que já sofreram perdas significativas, permitindo acelerar a reconstrução, a reabilitação e o regresso à normalidade é uma resposta prática, sem discursos vazios, que respeita quem trabalha, investe e vive no território. --

O Chega valoriza esta opção política porque traduz bom senso, justiça fiscal e respeito pelas vítimas, enquanto reduz os entraves administrativos que apenas atrasariam a recuperação económica e social das freguesias afetadas. -----

Assim, reafirmando que este tipo de decisões firmes, responsáveis e focados nas populações devem orientar a ação autárquica, sobretudo a emergência e catástrofe, por isso o nosso total apoio e o voto a favor.” -----

3.34 – APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DE PRORROGAÇÃO DE ISENÇÃO DE IMI POR MAIS 5 ANOS – PROCESSO N.º 149/19

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 21 de novembro de 2025, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 16.º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais e conforme previsto no n.º 6 do artigo 45.º do EBF – Estatuto dos Benefícios Fiscais, através do ofício n.º 6313/25 de 2025.11.28 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido à apreciação, não se registaram intervenções. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Prorrogação de Isenção de IMI por mais 5 (cinco) anos – Processo n.º 149/19** foi a mesma **aprovada por maioria com 39 votos a favor (PS, PSD, MIPP, CH, PCP e DMI) e 02 abstenções (CDS-PP)**. -----

Não votaram, por não se encontrarem presentes na sala, os Senhores(as) João José de Sousa Corono (MIPP), Dra. Ana Maria Puebla Simões (PSD), Pedro Gaspar Matias (Aldeia de S. Francisco de Assis), Prof. Vítor Barata Fernandes (Barco), Dr. Gilberto Miguel Fortuna Melfe (Ferro), Dr. Sérgio Nuno Proença Rodrigues (Orjais), Dr. Duarte Nuno Simões Rodrigues (Paul) e Eulália Maria Antunes Ramos Pombo (Tortosendo). -----

3.35 – APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DA CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS-PROGRAMA ENTRE O MUNICÍPIO DA COVILHÃ E A ADC – ÁGUAS DA COVILHÃ, EM. PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS:

- A) PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DE ESPAÇOS VERDES PÚBLICOS**
- B) COMPENSAÇÃO DE ADOÇÃO DE PREÇOS SOCIAIS**
- C) PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO ÂMBITO DA PROTEÇÃO CIVIL MUNICIPAL E NA BENEFICIAÇÃO DE REDES EM EDIFÍCIOS MUNICIPAIS**
- D) PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GESTÃO DE LIMPEZA URBANA EM ESPAÇO PÚBLICO**
- E) PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO CROAC – CENTRO DE RECOLHA OFICIAL DE ANIMAIS DA COVILHÃ**

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 18 de julho de 2025, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para efeitos do disposto no n.º 5 do artigo 47.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua redação atual, através do ofício n.º 4303/25 de 2025.07.22 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Ausentou-se da sala, nos termos do n.º 4 do artigo 31.º do Código do Procedimento Administrativo, o Senhor Dr. Nuno Filipe Abreu Pedro (PS), não participando na apreciação e na votação do assunto. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, foram intervenientes: -----

- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (PCP):** “Tive a preocupação de consultar a lei que é referida nos documentos e, de facto, a lei obriga que exista a atribuição de subsídios à exploração pelas entidades públicas participantes no capital social, portanto que exige a celebração de um contrato-programa. -----

Entendo isto, mas é de 2012. Ora, como já cá ando há alguns anos, é a primeira vez e o primeiro ano em que nos é proposta esta decisão, sendo legal e tendo enquadramento legal. -----

A questão que queria perceber era o contexto. Como é que chegámos aqui? Por que é que, durante 12-13 anos, a AdC no fundo cumpriu com estas missões, com estas tarefas e com este serviço e a Câmara nunca transferiu para a AdC ou, pelo menos, nunca atribuiu subsídios à exploração? Porque é que isto acontece? 1 M€, penso que carece de uma justificação, de uma contextualização para a gente entender como é que, de um ano para o outro, passado 12 ou 13 anos, decidimos gastar ou decidimos subsidiar, digamos assim, a AdC porque de facto a AdC, quando foi criada, foi criada para gerir a água e não foi para prestar serviços à Câmara. A AdC, quando foi criada, inicialmente com capital totalmente municipal e depois houve a venda dos 49% (houve aquela negociata), mas a verdade é que a AdC, ao longo destes anos, assumiu essas tarefas eventualmente com os lucros da água, com o rendimento da água, com o rendimento que a exploração de água dá e foi executando essas tarefas mais de ordem municipal. É uma empresa municipal que estava, no fundo, a desenvolver esse trabalho sem despesa para a Câmara. E, neste momento, aquilo que nos está a ser proposto é que a Câmara tenha uma despesa de 1 M€/ano para a AdC, cumprindo a lei. -----

Aquilo que me parece é que, de facto, não há copos de água grátis com os privados, não é?!” -----

- **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP):** “Durante estes anos todos, nunca houve necessidade destes contratos-programa. Se calhar, ao contrário do que foi aqui alertado, de haver aquele défice com a AdC que já vai, salvo erro, nas últimas contas, na ordem dos 12 M€ segundo o Revisor Oficial de Contas. Ainda não sabemos quanto é que é porque ainda não nos foi informado. Supostamente é esta Assembleia que tem que apreciar esse valor, mas a Câmara nunca nos apresentou isso e sempre nos disse que eram valores que eram incobráveis porque eram valores que eram ilegais e aquelas coisas todas que aqui fomos ouvido ao longo destes últimos 12 anos. -----

Há aqui um momento de rutura, penso eu. Acho que devo parabenizar este Executivo por assumir finalmente a legalidade das despesas que são feitas, mas questionar efetivamente se isto tem a ver apenas com essa situação ou se também é uma consequência da Águas da Serra estar a exigir 8 M€ à AdC e precisamos sabemos efetivamente, enfim, se será uma forma encapotada de pagar essas situações. É preciso explicar a mudança de comportamento e por que é que isto é feito. -----

Sabemos que a ADS – Águas da Serra está em litígio com o Município e com todas as empresas municipais à conta da decisão de forçar um resgate da maneira como foi feito com legitimidade. Acho que é normal. Cada um defende os seus interesses, mas claramente temos que perceber é o que é que a Câmara está a fazer e por que é que está a abrir esta porta agora que pode efetivamente vir a prejudicar ainda mais as outras que estão para trás. A pergunta que lhe fiz há bocado relativamente a esta matéria dos 8 M€ é: estes 8 milhões € são destes serviços? É parte das Águas da Serra sobre estes valores que eram devidos a AdC e nunca foram pagos? Ou é de outra coisa? E o Senhor Presidente disse que era uma exigência, que era um crédito. Ser um crédito

é, mas quero saber qual é que é o crédito. Foram serviços, foram serviços que as Águas da Serra prestaram a AdC e que não foram pagos? Quais?” -----

- **Prof. Doutor José Carlos Páscoa Marques (MIPP):** “O conjunto de contratos-programa identifica um conjunto de serviços e compensações que tiveram lugar, tanto quando depreendi dos documentos, entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2025, neste caso prestados pela AdC, o que totaliza mais de 1,7 M€. -----

A questão que se põe é se não deveríamos estar a aprovar os contratos-programa para 2026 em lugar dos de 2025. -----

Por outro lado, seria importante, além da aprovação destes contratos-programa que se preveem anuais pelo menos é o que se depreende dos documentos enviados, que também fosse anualmente anexado um relatório sobre a satisfação pública ou um relatório de monitorização da qualidade dos serviços prestados nos casos aplicáveis, de modo a avaliar se o contrato cumpre com o rácio qualidade-custo do serviço. Se calhar até estamos a pagar pouco! -----

Dependendo do índice de satisfação e do nível de serviço prestado, será possível verificar se o preço do serviço é o necessário e suficiente para as ações em causa. Note-se, a título de exemplo, que o articulado no artigo 10.º “*Indicadores de Eficácia e Eficiência*” está plasmado em todos os contratos-programa apresentados, em todos eles, com exatamente a mesma descrição lata e genérica: mais não sei quantos de satisfação, ..., apesar de os objetos dos contratos serem diferentes. Não houve, portanto, uma adequação deste articulado a cada um dos serviços por forma a que venha o relatório, por forma a podermos avaliar capazmente o resultado do contrato.

Pensamos que, sempre que os contratos-programa recorrentes com a AdC nos sejam propostos para aprovação, os mesmos devem vir munidos de informação relevante para avaliar se estão sub ou sobre financiados e, por último, salvo opinião mais abalizada, não deveria ser no último dia do ano que devem de ser presentes à aprovação.” -----

- **Mestre Nuno Ezequiel Mendes Pais (PSD):** “Em relação a este ponto, traz para deliberação contratos-programa com a AdC para um conjunto alargado de funções municipais, entre espaços verdes, limpeza urbana, CROAC, Proteção Civil, compensação de preços sociais. -----

A nossa preocupação não é se o serviço é preciso porque ele é preciso. A nossa preocupação é a robustez jurídica, financeira e de fiscalização de um instrumento que envolve, como já aqui todos falaram, verbas relevantes e responsabilidades. -----

Portanto, em primeiro lugar, precisamos saber qual é o período destes contratos, qual é o cabimento orçamental e as rubricas porque não ficou bem claro e, se são contratos só para 2025, por que razão é que estão a ser votados no último dia do ano e ainda quanto e com que fundamento. -----

Em segundo, para fiscalizar não basta aprovar valores. É necessário também avaliar os níveis de serviço, o reporte, as auditorias, os acertos de contas e pareceres obrigatórios, incluindo o fiscal

único, quando aplicável. Sem essa documentação, esta deliberação fica um bocado vulnerável na Assembleia e perde um bocado o controlo. -----

Portanto, acho que devemos exigir sempre transparência, rigor e controlo. Queremos deixar um conjunto de questões para ficar em ata: -----

- Qual o período de cada contrato? Se é de 2025/2026 ou plurianual? -----
- Qual o cabimento da rubrica orçamental? Se por contrato ou se é para 2025/2026? -----
- Se houve pagamentos em 2025 antes da deliberação da Assembleia Municipal? Se houve, quais, quanto, em que rubricas e com que suporte legal? -----
- Onde estão os níveis, as frequências métricas e as penalidades para os espaços verdes, limpeza, CROAC que não sejam cumpridas? Se existe parecer fiscal único, qual o parecer jurídico? -----

Só para finalizar, uma questão que nos remete ao orçamento, apesar de já termos votado contra. Nas responsabilidades contingentes, na página 40, o documento afirma que não se verifica a existência de responsabilidades contingentes. No entanto, as contas já em 2024 mencionam provisões e processos judiciais. -----

A questão é: qual é o ponto de situação do processo com a AdC neste caso e por que razão não foi provisionado o risco financeiro deste litígio? Ainda agora apareceu mais 8 milhões €.” -----

- **Dr. Afonso Manuel Mousaco Gomes (PS):** “Em boa hora o Senhor Membro desta Assembleia Municipal, João Corono, recordou o tema em torno da AdC e Águas da Serra porque esta questão que estamos aqui a discutir surge de mais uma armadilha, chamemos-lhe assim, que constou no contrato parassocial, à margem do acordo nocivo que foi celebrado à época. -----

Desconheço o motivo pelo qual o Presidente à época não pagou estes contratos. Deduzimos que o anterior Executivo não o tenha feito por motivos conhecidos de ordem financeira. Mas é importante assumir, com honestidade e frontalidade, que era algo que estava por regularizar e, embora também, estamos a tratar de pagar a entidade que cumpre algumas obrigações que são da Câmara Municipal da Covilhã e que estão contratualizadas à luz da lei. Ou seja, isto trata-se, de certa forma, de uma regularização que era importante fazer. -----

Desta forma, consideramos também que ficam mais claras as atribuições à Águas da Covilhã, que se traduzem também em mais investimento que, em nosso entender, esperamos que seja um caminho para melhorar os serviços prestados à população nesta matéria com o objetivo de nos desonerar a longo prazo, fruto desse mesmo investimento.” -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – ***Proposta da Celebração de Contratos- Programa entre o Município da Covilhã e a ADC – Águas da Covilhã, E.M. para Prestação de Serviços de Gestão e Manutenção de Espaços Públicos – Prestação de Serviços de Gestão e Manutenção de Espaços Verdes Públicos; Compensação de Adoção de Preços Sociais; Prestação de Serviços no âmbito da Proteção Civil Municipal e na Beneficiação de Redes em Edifícios***

Municipais; Prestação de Serviços de Gestão de Limpeza Urbana em Espaço Público; e Prestação de Serviços de Gestão e Manutenção do CROAC – Centro de Recolha Oficial de Animais da Covilhã foi a mesma **aprovada por maioria com 35 votos a favor (PS, PSD, MIPP, PCP e DMI) e 05 abstenções (CDS-PP, CH e Dra. Magna Carla Sousa Lourenço (IND))**. -----

Não votaram os Senhores: Dr. Nuno Filipe Abreu Pedro (PS) nos termos do n.º 4 do artigo 31.º do Código do Procedimento Administrativo e ainda João José de Sousa Corono (MIPP), Dra. Ana Maria Puebla Simões (PSD), Pedro Gaspar Matias (Aldeia de S. Francisco de Assis), Prof. Vítor Barata Fernandes (Barco), Dr. Gilberto Miguel Fortuna Melfe (Ferro), Dr. Sérgio Nuno Proença Rodrigues (Orjais), Dr. Duarte Nuno Simões Rodrigues (Paul) e Eulália Maria Antunes Ramos Pombo (Tortosendo) por não se encontrarem presentes na sala. -----

--- Foi feita a seguinte Declaração de Voto pelo Senhor **Mestre Nuno Ezequiel Mendes Pais (PSD)**: “O Grupo Municipal do PSD vota a favor não só para não ser sempre contra, como o Senhor Presidente nos quer apelidar, mas também porque assumimos a responsabilidade do cargo e deixamos a ressalva nesta declaração todas as questões que coloquei anteriormente.” -----

3.36 – APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DE NORMAS DE ATRIBUIÇÃO DO “CARTÃO BRANCO/FAIR-PLAY”

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 21 de novembro de 2025, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º, conjugado com a alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º ambas do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, através do ofício n.º 6277/25 de 2025.11.27 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido à apreciação, foi interveniente o Deputado Municipal **Eng.º Pedro Miguel de Melo Bernardo (PS)** que iniciou dizendo ser “um tema que, muitas das vezes, quando discutimos desporto e aquilo que são as estratégias desportivas, são estes pequenos instrumentos que, apesar de aparentemente simples, dão corpo àquilo que deve ser o real sentido do desporto que é cultivar homens e mulheres através da prática desportiva. -----

Este Cartão Branco é um instrumento utilizado ou promovido pelo Plano Nacional de Ética do Desporto. É com grande orgulho que vejo o Município da Covilhã ser dos poucos ou ter sido dos pioneiros a integrar este projeto e, portanto, merece uma menção de grande louvor aquilo que é o trabalho desenvolvido pelo Executivo Municipal, mas também por todos os técnicos municipais no âmbito desportivo.

Porque estamos já num tema sobre *Fair-Play* e porque já não vou falar mais, aproveito já para desejar umas boas entradas a todos os presentes e um feliz 2026 para todos e para as famílias.” –

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – ***Normas de Atribuição do “Cartão Branco/Fair-Play”*** foi a mesma ***aprovada por unanimidade.*** -----

Não votaram, por não se encontrarem presentes na sala, os Senhores(as) Dr. Nuno Filipe Abreu Pedro (PS), João José de Sousa Corono (MIPP), Dra. Ana Maria Puebla Simões (PSD), Pedro Gaspar Matias (Aldeia de S. Francisco de Assis), Prof. Vítor Barata Fernandes (Barco), Dr. Gilberto Miguel Fortuna Melfe (Ferro), Dr. Sérgio Nuno Proença Rodrigues (Orjais), Dr. Duarte Nuno Simões Rodrigues (Paul) e Eulália Maria Antunes Ramos Pombo (Tortosendo). -----

3.37 – APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DE “REGULAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA E ÁGUAS RESIDUAIS DA COVILHÃ”

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 22 de dezembro de 2025, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º, conjugado com a alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º ambas do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, através do ofício n.º 6750/25 de 2025.12.22 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido à apreciação, não se registaram intervenientes. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – ***“Regulamento Municipal de Água e Águas Residuais da Covilhã”*** foi a mesma ***aprovada por maioria com 28 votos a favor (PS, MIPP e DMI) e 11 abstenções (PSD, CDS-PP, CHEGA, PCP, Dra. Magna Carla Sousa Lourenço (IND) e Dr. Bruno Madeira Redondo (Peso)).*** -----

Não votaram, por não se encontrarem presentes na sala, os Senhores(as) João José de Sousa Corono (MIPP), António Maria Proença Petrucci do Lago Saraiva (PSD), Dra. Ana Maria Puebla Simões (PSD), Pedro Gaspar Matias (Aldeia de S. Francisco de Assis), Prof. Vítor Barata Fernandes (Barco), Dr. Gilberto Miguel Fortuna Melfe (Ferro), Dr. Sérgio Nuno Proença Rodrigues (Orjais), Dr. Duarte Nuno Simões Rodrigues (Paul), Eulália Maria Antunes Ramos Pombo (Tortosendo) e Mestre Licínio Aguilar Machado (Vales do Rio). -----

--- Foi feita a seguinte Declaração de Voto pelo Senhor **Mestre Nuno Ezequiel Mendes Pais (PSD)**:
“Queria justificar a nossa abstenção. Foi porque, no fundo, esta deliberação já estava aprovada

pelo anterior Executivo e não fomos diligenciados para o processo, daí a razão para nos abstermos.” -----

3.38 – APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DE “REGULAMENTO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO JOVEM DO MUNICÍPIO DA COVILHÃ”

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 21 de novembro de 2025, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º, conjugado com a alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º ambas do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, através do ofício n.º 6287/25 de 2025.11.27 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido à apreciação, foram intervenientes: -----

- **Doutora Mónica Cristina Cerqueira Ramôa (PCP):** “O PCP é a favor dos orçamentos participados. Os participativos colocam-nos aqui algumas preocupações, nomeadamente a história dos orçamentos participativos no nosso concelho que não foram exatamente um bom exemplo, de modo que temos muitas reservas. Não quer dizer que vá correr mal, mas temos algumas reservas em relação ao orçamento participativo e agora dos jovens ainda por cima. Temos a obrigação de ser exemplo e de que tudo corra bem. -----

Portanto, temos aqui algumas reservas em aprovar este orçamento porque, de todo não se enquadra na nossa visão do que deve ser a política e do que deve ser a política participada numa gestão municipal.” -----

- **Dra. Ana Catarina Baptista Bernardino Trindade Branco (MIPP):** “A aprovação do Regulamento do Orçamento Participativo Jovem do Município da Covilhã constitui um passo importante no reforço dos mecanismos de participação cívica dos jovens na vida pública local. -----

O Regulamento estabelece regras claras quanto à elegibilidade, às fases do processo e à competência dos órgãos municipais na sua execução, o que contribui para a transparência e segurança jurídica do instrumento. -----

Importa, então, enquadrar este Regulamento no contexto mais amplo das políticas municipais da juventude. Em muitos municípios, o Orçamento Participativo Jovem não é apenas um procedimento anual, mas um instrumento integrado numa estratégia contínua de envolvimento cívico, com previsibilidade financeira, com acompanhamento técnico e avaliação de impacto. Exemplo: Valongo ou Gaia. -----

Para o Movimento Independente Pelas Pessoas peca por tardio. Temos ao nosso redor Manteigas em 2023 e Fundão em 2022. -----

Desde 2016, o Concelho da Covilhã conta com um Conselho Municipal da Juventude que visa estimular a participação cívica, criando espaços de afirmação e envolvimento dos jovens nos processos de tomada de decisão, mas só agora a Covilhã vê nascer este Orçamento Participativo Jovem, ao contrário do que ocorre em outros municípios que já há vários anos os integram nas estratégias municipais da juventude. -----

De qualquer forma, surge numa altura em que os jovens enfrentam dificuldades tanto no emprego como na habitação e até mesmo na sua decisão de ficar ou sair do concelho. E os nossos jovens não precisam apenas de serem ouvidos. Precisam de se sentir úteis e sentir que a sua participação tem consequências reais na terra onde vivem, onde muitos cresceram e nasceram. -----

O Regulamento remete, no seu artigo 7.º, que a dotação financeira para a decisão anual é afeta ao orçamento municipal, onde estabelece um valor máximo que cada projeto poderá ter. Contudo, no orçamento apresentado, ou pelo menos não me apercebi disso, nada nos indica qual é esse valor para o ano de 2026. Deixamos a questão: será que é para ficar esta proposta de regulamento mais um ano na gaveta? -----

O MIPP propõe que o orçamento tenha manutenção plurianual garantida com o valor mínimo fixo anualmente, não dependendo da boa vontade de cada mandato. Assim, se este valor for definido, será mais credível para a participação dos jovens. Nada impede que a Câmara Municipal assuma, em sede das Grandes Opções do Plano, uma dotação indicativa anual para o Orçamento Participativo Jovem, reforçando a credibilidade do processo e a confiança dos participantes sem comprometer as competências legalmente atribuídas aos órgãos municipais. -----

Propomos ainda que os projetos aprovados no âmbito do Orçamento Participativo Jovem que representam contributos qualificados da população jovem para a definição de prioridades locais devam ser consideradas no planeamento municipal, reforçando a ligação entre a participação cívica e a decisão política. O sucesso deste mecanismo dependerá de forma como for operacionalizado. -----

Os jovens do Concelho da Covilhã, os que são naturais residentes ou os jovens que estudem ou que exerçam a sua atividade profissional precisam de espaços para decidir, para acreditar que este concelho também é deles e é feito para eles.” -----

- **Mafalda Lourenço Nunes (PSD):** “A bancada do PSD vota favoravelmente o Regulamento do Orçamento Participativo Jovem do Município da Covilhã por entender que este representa um passo importante no reforço da participação democrática dos jovens e na sua inclusão nos processos de decisão do Município. -----

Saudamos o trabalho desenvolvido pela Comissão Permanente, na pessoa do seu Presidente João Cristóvão, bem como o contributo técnico da Dra. Sónia Reis, da Ana e da Janine e à Sra. Vereadora Regina que permitiu a elaboração de um regulamento consistente, claro e orientado para a juventude covilhanense. -----

Com este voto favorável, o PSD reafirma o seu compromisso com políticas públicas que valorizam a participação cívica, a transparência e o envolvimento ativo dos jovens na vida democrática local.”

- **Beatriz Mangana Duarte (PS):** “O Orçamento Participativo Jovem é uma oportunidade única para envolver os jovens na construção da comunidade que desejam, dar-lhes voz, responsabilidade e espaço para inovar, renovar e melhorar o concelho. -----

Importa salientar que este Regulamento foi elaborado em articulação com o Conselho Municipal da Juventude, refletindo as ambições, perspetivas e prioridades da nossa juventude local. Trata-se, portanto, de um documento que traduz a visão dos jovens e assegura que as suas ideias estão no centro das decisões. -----

Apesar de este documento já ter sido rejeitado anteriormente em reunião de Câmara, ele continua com a mesma convicção: dar aos jovens a oportunidade de participar e de decidir. -----

É tempo de passar das intenções à ação. É essencial que hoje este Regulamento receba o voto favorável desta Assembleia, pois só assim podemos avançar para a sua execução e transformar ideias em realidade. -----

Este projeto não é apenas um investimento financeiro. É, acima de tudo, um investimento na cidadania ativa, na criatividade e na esperança de uma geração que quer participar e contribuir. --

A aprovação deste documento representa um sinal claro de confiança e credibilidade nos jovens, na sua capacidade de inovar e na importância de os envolver nas decisões que moldam o nosso concelho. Incluir os jovens não é um favor. É abrir caminho para uma comunidade mais dinâmica e unida porque a sua participação não é apenas uma opção é a chave para um concelho mais forte e inovador. -----

É por saber ouvir os jovens, por perceber que as suas aspirações e propostas são importantes que votamos favoravelmente este Regulamento porque acreditamos que juntos podemos construir um futuro mais justo, inovador e cheio de oportunidades.” -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** começou por se “socorrer nas descrições individuais e nominativas da Senhora Deputada Mafalda para agradecer o trabalho de todas e todos aqueles que estiveram envolvidos na construção deste Regulamento a começar pela Senhora Vereadora Regina Gouveia e pelo Senhor Presidente do Conselho Municipal da Juventude – Eng.º João Cristóvão. -----

Depois quero dar conta também que este é o último passo de um processo jurídico-administrativo que se conclui com a aprovação do Regulamento na Assembleia Municipal. -----

Isto começou há bastante tempo atrás com uma deliberação e com uma proposta dos jovens no Conselho Municipal da Juventude e é com grande orgulho que vejo que é já neste mandato que este Orçamento se concretiza. -----

Quero dizer também à Senhora Deputada do PCP que compreendo as reservas e também sou favorável a orçamentos participados, mas também participativos. Acho que esta é uma

oportunidade e um sinal que damos, sobretudo aos jovens que laboriosamente trabalharam esta proposta no Conselho Municipal da Juventude, que os ouvimos e que lhes demos espaço de ação e de intervenção. -----

Subsequentemente a esta deliberação de aprovação do Regulamento, o Executivo Municipal, também em resposta à Senhora Deputada Ana Branco em que agradeço a intervenção e o trabalho que teve na preparação, o Orçamento, irá naturalmente definir o montante, as regras e os limites financeiros de funcionamento do Orçamento Participativo. -----

Aquilo que acho que é essencial é dizermos aos jovens que a “casa da democracia” está cá para os ouvir, mas mais do que os ouvir, para lhes dar a oportunidade de ação, de intervenção. Eu próprio estou pessoalmente profundamente empenhado em dar espaço e voz aos jovens e trazê-los a conhecer aquilo que é o trabalho do Executivo Municipal. Tive, aliás, oportunidade há dias de anunciar uma iniciativa, que irei iniciar em janeiro de 2026, onde irei convidar os jovens do 12.º ano da Covilhã, rapazes e raparigas, a passarem um dia com o Presidente da Câmara para que possam perceber com proximidade o que é uma Autarquia, o que é que nós que estamos deste lado, também na Assembleia Municipal, mas no Executivo Municipal fazemos e esta é uma medida muito feliz, do meu ponto de vista. -----

Quero dizer a todas e a todos os jovens do nosso concelho que a Autarquia da Covilhã (e falarei por todos) é uma autarquia amiga dos jovens que encontra neles uma esperança e um caminho de futuro. E é aqui também que encontram essa oportunidade. -----

Aproveito, concluindo com a generosidade do Senhor Presidente, uma vez que é a minha última intervenção, de desejar a todas e a todos um ano de 2026 com muita saúde e que ele nos mantenha com essa saúde, com a força, com o vigor, com o trabalho para trabalharmos a favor da Covilhã e construirmos uma Covilhã mais próspera e desenvolvida.” -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **“Regulamento do Orçamento Participativo Jovem do Município da Covilhã”** foi a mesma **aprovada por maioria com 39 votos a favor (PS, PSD, MIPP, CDS-PP, CHEGA e DMI) e 02 abstenções (PCP)**. -----

Não votaram, por não se encontrarem presentes na sala, os Senhores(as) João José de Sousa Corono (MIPP), Dra. Ana Maria Puebla Simões (PSD), Pedro Gaspar Matias (Aldeia de S. Francisco de Assis), Prof. Vítor Barata Fernandes (Barco), Dr. Gilberto Miguel Fortuna Melfe (Ferro), Dr. Sérgio Nuno Proença Rodrigues (Orjais), Dr. Duarte Nuno Simões Rodrigues (Paul) e Eulália Maria Antunes Ramos Pombo (Tortosendo). -----

Foram feitas as seguintes Declarações de Voto: -----

- **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP)**: “Esta aprovação é uma aprovação por respeito profundo e admiração pelos jovens e pelo trabalho do Conselho Municipal da Juventude. -----

É nessa condição e nessa esperança que este trabalho dê frutos, efetivamente, no futuro que o CDS aprova esta proposta de Regulamento. -----

Deixo apenas uma palavra ao Executivo que é: não estrague isto. Sabemos o que é que aconteceu com os orçamentos participativos anteriores em que a grande maioria ainda nem sequer foram pagos e, portanto, agradeço e peço extraordinariamente que não estrague esta situação.” -----

- **António Maria Proença Petrucci do Lago Saraiva (PSD):** “Reforçar a ideia que a Mafalda transmitiu que é naturalmente positiva a aprovação deste Regulamento e de fazer também um elogio ao anterior Executivo porque, efetivamente, somos capazes de ser dos poucos concelhos no país em que o Conselho Municipal da Juventude efetivamente funciona e acho que é algo que nos deve orgulhar a todos, independentemente de cores partidárias.” -----

Aproveito esta declaração de voto para fazer algo que também me fizeram da primeira vez que vinha a uma Assembleia Municipal e de retribuir as gentis palavras que me deram na altura à Beatriz e de lhe desejar muita sorte como Deputada Municipal e que, independentemente de cores partidárias, tenho a certeza que trará o contributo dos jovens para aqui que é o mais importante.”

- **Dr. Afonso Manuel Mousaco Gomes (PS):** “Quero utilizar este espaço precisamente para reforçar as palavras do António e realçar o facto de termos tido a intervenção da Deputada Municipal mais jovem de Portugal o que é um sinal positivo e de vitalidade desta nossa Assembleia e do qual todos nos devíamos orgulhar.” -----

ENCERRAMENTO DA SESSÃO

--- Por se ter chegado ao fim dos trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu por encerrada a Sessão eram vinte horas e trinta minutos, da qual se lavrou a presente ata que, para sua inteira validade e fé, no fim, vai ser assinada: -----

O Presidente,

A 1.ª Secretária,

O 2.º Secretário,